

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

HENRIQUE VILLIBOR FLORY

TRANSFORMANDO NECESSIDADES EM OPORTUNIDADES:
políticas públicas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais
de baixa renda

SÃO PAULO
2009

HENRIQUE VILLIBOR FLORY

TRANSFORMANDO NECESSIDADES EM OPORTUNIDADES:
políticas públicas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais
de baixa renda

Dissertação apresentada à Escola de Administração
de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas, como requisito para obtenção do título de
Mestre em Administração de Empresas.

Campo de conhecimento: Estratégia

Orientador: Prof. Dr. Tales Andreassi

SÃO PAULO

2009

Flory, Henrique Villibor.

TRANSFORMANDO NECESSIDADES EM OPORTUNIDADES:
políticas públicas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais
de baixa renda / Henrique Villibor Flory. - 2009.

176 f.

Orientador: Tales Andreassi.

Dissertação (MPA) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Empreendedorismo – Aspectos sociais. 2. Políticas públicas – São
Paulo (Estado). 3. São Paulo (Estado) – Condições sociais. 4.
Desenvolvimento econômico. 5. Política social. I. Andreassi, Tales. II.
Dissertação (MPA) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III.
Título.

CDU 352(816.1)

HENRIQUE VILLIBOR FLORY

TRANSFORMANDO NECESSIDADES EM OPORTUNIDADES:

políticas públicas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais
de baixa renda

Dissertação apresentada à Escola de Administração
de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas, como requisito para obtenção do título de
Mestre em Administração de Empresas.

Campo de conhecimento:

Data de aprovação:

___/___/___

Banca Examinadora:

Dedico esta obra à Josefina Fadul Villibor

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me incentivaram, ou de algum modo, colaboraram para a realização deste trabalho. De modo especial, agradeço:

À minha família, por todo o amor e apoio dedicado em todos os momentos.

Ao meu orientador, Prof Dr Tales Andreassi, por todas as excelentes contribuições durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores, Marco Antonio Carvalho Teixeira e Marcos Augusto de Vasconcelos, pelas observações valiosas e pertinentes sugestões no Exame de Qualificação.

A todos os professores do mestrado MPA (Mestrado Profissional Acadêmico) da Fundação Getúlio Vargas por terem contribuído para o meu crescimento intelectual e pessoal.

A Adriana Xavier, por suas sugestões, apoio e presença constante.

Ao senador Eduardo Suplicy pelas idéias que nortearam alguns dos principais capítulos desta dissertação.

Aos dirigentes e toda a equipe envolvida, nos cases analisados neste trabalho, pela receptividade e atenção a mim dispensadas durante o desenvolvimento deste trabalho e, principalmente, fizeram-me melhor compreender a importância de se incentivar o empreendedorismo para pessoas de baixa renda. Agradecimentos especiais para:

O ex prefeito de Tarumã, Dr Oscar Gozzi, a Ana Luiza Yassuda, assistente social, da Prefeitura de Tarumã.

O ex-subprefeito do Itaim Paulista, Dr Diógenes Sandim Rodrigues, a Diretora da Camara de Animação Econômica, Luzia M. A. Soares e a Mirna de Oliveira Sabino (*in memoriam*).

Aos amigos, em ordem alfabética, Benedita Camargo, Celso Castro, Paula Graciela, Luciano Dias, Mariza Costa, Rodrigo Rojas, William Rodrigues, que tanto me auxiliaram na realização deste trabalho.

A Suely Fadul Villibor Flory, minha mãe, por tudo o que ela significa para toda a família.

A todos os amigos, funcionários e professores da Brandeis University e da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).

“Quando falo do “fim da pobreza”, portanto, refiro-me a dois objetivos intimamente relacionados. O primeiro é acabar com o sofrimento de um sexto da humanidade que vive na miséria e luta diariamente para sobreviver... O segundo objetivo é assegurar que todos os pobres do mundo, inclusive aqueles que estão na pobreza moderada, tenham uma chance de subir na escada do desenvolvimento...

Que o futuro diga da nossa geração que mandamos para a frente poderosas correntes de esperança e que trabalhamos juntos para curar o mundo.”

Jeffrey Sachs, “O fim da pobreza”

RESUMO

Este trabalho objetiva caracterizar e analisar, de forma exploratório-descritiva e apoiando-se em três estudos de caso, os programas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais de baixa renda, nas seguintes comunidades do Estado de São Paulo: São José dos Campos, Tarumã e a Subprefeitura do Itaim Paulista - São Paulo, gerando subsídios que possam corroborar e apontar falhas nos programas existentes, alicerçando as sugestões para melhoria dos mesmos. São enfocados os seguintes aspectos: efetividade dos programas e políticas atuais, planejamento integrado do município e inserção social, principais empecilhos e facilitadores dos programas analisados, e sugestões e caminhos a serem seguidos. O estudo dos casos selecionados e a revisão de literatura efetuada formam a base para uma série de reflexões e sugestões, visando aumentar a eficácia e eficiência dos programas aqui analisados, inseridos no planejamento integrado e sustentável dos municípios.

Os resultados mostram que, apesar de haver clara consciência dos gestores quanto às falhas e necessidades dos programas existentes, e um bom entendimento das expectativas e potencialidades do público-alvo, os programas ainda falham em operacionalizar as soluções para correção de falhas e otimização e integração das ações.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Planejamento integrado e sustentável dos municípios. Inserção social. Combate à pobreza. Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This work aims to describe and analyze, in an exploratory-descriptive way, three case studies on support programs for entrepreneurship among low-income populations, in the communities of São José dos Campos, Tarumã and the district of Itaim Paulista in São Paulo City, State of São Paulo. This work also aims to generate evidence that points to and corroborates flaws in these programs in order to offer improvements for such programs. The focus of this work will be the effectiveness of the programs and policies, integrated municipal planning and social inclusion, primary obstacles and facilitators of these programs, and suggestions and paths to follow.

The selected case studies and the analysis of the literature form the basis for a series of reflections and suggestions to improve the efficiency and efficacy of the programs themselves, within the integrated and sustainable planning by the municipalities.

The results show that, despite the managers being clearly aware of the failures and needs of the existing programs, and a good understanding of the expectations and capabilities of the target-audience, the programs still fail to put into action the solutions that would correct these failures and integrate and optimize these solutions.

Keywords: Entrepreneurship. Sustainable and integrated planning by the city. Social inclusion. Poverty Reduction, Combat on Poverty. Economic Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empreendedores Iniciais (TEA), por países – 2005	33
Quadro 2 – Motivação dos empreendedores iniciais, por países – 2005	34
Quadro 3 – Organograma dos segmentos do desenvolvimento sustentável e seus setores	63
Quadro 4 -- Dados numéricos sobre a população: gênero, idade, escolaridade, renda familiar e classe social	68
Quadro 5 – Informações Municipais – Município de Tarumã	71
Quadro 6 – Informações Municipais – Município de Tarumã	72
Quadro 7 – Informações Municipais – Município de São José dos Campos	74
Quadro 8 – Informações Municipais – Município de São José dos Campos	75
Quadro 9 – Informações Municipais – Município de São José dos Campos	76
Quadro10 – Informações Municipais – Município de São José dos Campos	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por gênero e faixas de idade – São José dos Campos	93
Gráfico 2 – Distribuição por faixa de escolaridade e posse de automóvel – São José dos Campos	94
Gráfico 3 – Gráfico das respostas sobre a melhora da qualidade de vida e a relação da participação com essa mudança – São José dos Campos.	95
Gráfico 4 -- Gráfico das respostas sobre falta de continuidade no apoio público e falta de financiamento – São José dos Campos	96
Gráfico 5 -- Gráfico das respostas sobre a falta de oportunidades e aprendizagem sobre o próprio negócio – São José dos Campos	97
Gráfico 6 -- Gráfico das respostas sobre a facilidade em vender os produtos e a aprendizagem de captação de recurso – São José dos Campos	98
Gráfico 7 -- Distribuição por gênero e faixas de idade – Itaim Paulista	100
Gráfico 8 -- Distribuição por posse de automóvel e posse de geladeira – Itaim Paulista	101
Gráfico 9 -- Gráfico das respostas sobre a melhora da qualidade de vida e a relação da participação com essa mudança – Itaim Paulista	102
Gráfico 10 -- Gráfico das respostas sobre falta de continuidade no apoio público e suporte em estrutura – Itaim Paulista	103
Gráfico 11 – Gráfico das respostas sobre a falta de oportunidades e falta de financiamento – Itaim Paulista	104
Gráfico 12 – Gráfico das respostas sobre a falta de clientes e interesse em empreender – Itaim Paulista	105
Gráfico 13 - Gráfico das respostas sobre aprendizagem sobre o próprio negócio e confecção de produtos e serviços – Itaim Paulista	106
Gráfico 14 – Gráfico das respostas sobre a percepção de melhora na capacidade administrativa e a aprendizagem de captação de recurso – Itaim Paulista	106
Gráfico 15 – Distribuição por gênero e faixas de idade – Tarumã	109
Gráfico 16 – Distribuição por faixa de escolaridade e posse de automóvel – Tarumã	110

Gráfico 17 – Gráfico das respostas sobre a melhora da qualidade de vida e a relação da participação com essa mudança – Tarumã	111
Gráfico 18 – Gráfico das respostas sobre falta de continuidade no apoio público e falta de financiamento – Tarumã	112
Gráfico 19 – Gráfico das respostas sobre a falta de oportunidades e falta de clientes – Tarumã	113
Gráfico 20 – Gráfico das respostas sobre interesse em empreender e conhecimento do negócio – Tarumã	114
Gráfico 21 – Gráfico das respostas sobre facilidade na venda dos produtos e confecção de produtos e serviços – Tarumã	115
Gráfico 22 – Gráfico das respostas sobre a percepção de melhora na capacidade administrativa e a aprendizagem de captação de recurso – Tarumã	116
Gráfico 23 – Gráfico das respostas sobre abertura do negócio próprio e participação em cooperativa – Tarumã	117

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Identificação do problema	17
1.2	Justificativa	22
1.3	Objetivos	25
1.3.1	Geral	25
1.3.2	Específicos	26
1.4	Problema	27
1.5	Organização da pesquisa	27
2	REVISÃO DE LITERATURA	29
2.1	Definições de empreendedorismo	29
2.2	Estratégias de desenvolvimento e combate à pobreza	37
2.3	Importância do empreendedorismo social e sua inserção no planejamento integrado e sustentável dos municípios	40
3	METODOLOGIA	44
3.1	Natureza da pesquisa	44
3.2	Método de pesquisa	45
3.2.1	Estudo de caso: instituições participantes	46
3.2.2	Coleta de dados	49
3.3	Instrumentos para a realização da pesquisa	50
3.4	Limitações da pesquisa	52

RODRIGO, TEMOS QUE REVER OS NÚMEROS DE PÁGINA!!!!

4	PLANEJAMENTO MUNICIPAL PARTICIPATIVO E INSERÇÃO SOCIAL	54
4.1	Considerações iniciais	54
4.2	Os Municípios Brasileiros: recursos financeiros	58
4.3	Gestão municipal participativa e inclusão social	60
5	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TRÊS MUNICÍPIOS SELECIONADOS PARA OS ESTUDOS DE CASO	62
5.1	Considerações iniciais	62

5.2	Elementos da descrição dos municípios	63
5.2.1	Subprefeitura do Itaim Paulista	66
5.2.2	Prefeitura de Tarumã	69
5.2.3	Prefeitura de São José dos Campos	73
5.3	Considerações finais: razão da escolha dos casos	79
6	CASOS: CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTUDADOS	81
6.1	Subprefeitura do Itaim Paulista: Arranjos Produtivos Locais e oportunidades de geração de ocupação e renda	81
6.2	Prefeitura de Tarumã: Ações inovadoras e geração de renda	84
6.3	Prefeitura de São José dos Campos: Sala do Empreendedor e ações de apoio ao empreendedorismo	87
7	RESULTADOS DOS ESTUDOS DE CASO	91
7.1	Considerações iniciais	91
7.1.1	São José dos Campos	91
7.1.2	Itaim Paulista	99
7.1.3	Tarumã	107
7.2	Descrição dos resultados comparados e consolidados	117
7.3	Respostas às perguntas específicas deste trabalho	120
7.3.1	Como foi detectada a necessidade de cada programa?	121
7.3.2	Quais são as semelhanças e diferenças entre eles?	122
7.3.3	Os programas analisados nesta dissertação estão efetivamente sendo bem sucedidos?	122
7.3.4	Quais são os principais empecilhos e facilitadores para a criação de programas mais efetivos?	123
7.3.5	Quais são as sugestões para programas futuros?	124
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
8.1	Síntese conclusiva das idéias desenvolvidas	125
8.2	Sugestões e recomendações finais	126
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE - Questionários aplicados	136

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem sido estudado pelas mais diversas áreas do saber, notadamente as Ciências Humanas, como a Economia, Sociologia, Administração, Psicologia, Educação, entre outras, por ser um dos mais relevantes vetores de transformação dos cenários econômicos, possibilitando a ascensão de classes sociais de baixa renda. É identificado, por economistas e administradores, como uma das principais forças dinâmicas de crescimento e desenvolvimento econômico, gerando riquezas, viabilizando inovações e contribuindo para o progresso do país.

O desenvolvimento, inicialmente concebido e atrelado a aspectos filosóficos, políticos e econômicos, adquire em nossos dias uma ótica mais pragmática, integrando-se a outros aspectos como o social, o institucional e o ambiental, fundamentando-se em novos paradigmas e na idéia de cidadania ampla, que pressupõe a inclusão social dos excluídos e uma distribuição de renda mais justa.

A mudança de expectativas na compreensão do desenvolvimento das sociedades humanas reflete-se em profundas transformações nos processos e resultados das atuações sociais, gerando novas teorias e políticas de desenvolvimento (SEN, 1981; SEN, 2008; SINGER, 2002; SUPPLY, 2008), notadamente a partir de 1980 em diante, quando se consolida a meta do “desenvolvimento local, integrado e sustentável” (VERGARA, 2004), estruturada e vista como uma busca integrada entre segmentos vários da sociedade, tais como: econômico-financeiro, político-institucional, científico-tecnológico e de saneamento, sócio-cultural e jurídico legal, entre outros (SACHS, 2005).

Configura-se um novo modelo de desenvolvimento, que não se apóia somente na captação de recursos externos, mas busca também possibilidades e iniciativas que advenham de políticas e instrumentos de fomento produtivo no âmbito local (YUNUS, 2000; POLAK, 2008), incentivos às indústrias e aos produtores, com arranjos produtivos locais, oportunidades de ocupação e geração de renda, através de associações, cooperativas e ações sociais, visando uma maior qualidade de vida e preservação do meio ambiente, sob a forma de capacitação das próprias comunidades para geração de renda e criação de vias de comércio amplas e mercados locais.

Centra-se, pois, a grande preocupação das administrações municipais no desenvolvimento mais adequado para as gerações futuras, privilegiando-se políticas

que postulem um desenvolvimento integrado, harmonioso e acima de tudo, sustentável que preserve os recursos e o meio ambiente para os próximos anos.

Desenvolvimento integrado e sustentável pressupõe planejamento ascendente, autonomia e participação da população local, bem como análise e perspectivas de mercado, visando à melhoria de vida dos habitantes, com interação das dimensões ambiental, social, político-institucional e econômica, preservando-se, consequentemente, a competitividade, sustentabilidade, liquidez e governabilidade (GUIMARÃES, 1994).

As iniciativas locais, pela proximidade dos cidadãos e pelo controle social e institucional, são mais realistas e eficientes além de mais econômicas e voltadas às expectativas da população do município (POLAK, 2008).

A partir da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 2003) iniciam-se os processos de descentralização política e econômica dos municípios (municipalização) dando maior autonomia bem como maiores atribuições e responsabilidades às administrações municipais, nem sempre com o equivalente repasse de verbas federais e estaduais, ocasionando muitos problemas a resolver e escassez de verbas para as propostas orçamentárias locais. Assim sendo, muitos municípios apresentam sérias dificuldades na concretização de ações de administração e de desenvolvimento, dependendo em demasia dos “Fundos de Participação de Estados e Municípios”, ligado ao Governo Federal.

Tornam-se indispensáveis iniciativas que concretizem ações diversas, tanto pela implementação de incentivos e políticas de inclusão, que aumentem as possibilidades de envolvimento das classes sociais de baixa renda, quanto pela participação de prefeituras e empresas parceiras em iniciativas coletivas, que garantam a inserção e manutenção dos participantes no mercado de trabalho. É crucial que a administração municipal participe de programas bem sucedidos de fomento e incentivos governamentais, operados pelas próprias prefeituras, bem como Associações Comunitárias, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras, em ações que promovam o empreendedorismo em classes sociais de baixa renda, possibilitando a inclusão social de um sem número de pessoas que se encontram fora do mercado formal de trabalho.

Os desafios mais sérios, que se apresentam aos municípios, relacionam-se com políticas de desenvolvimento que ultrapassem simplesmente a necessidade de dirigentes e servidores qualificados, centrando-se na criação de novas alternativas

que implantem ações eficazes para a promoção do desenvolvimento sustentável, prevendo a inclusão social e oportunidades palpáveis para os cidadãos de baixa renda.

Os municípios, de modo geral, crescem a reboque do desenvolvimento nacional e de perspectivas e características regionais, nem sempre planejadas racionalmente, mas induzidas por fatores diversos. A evolução da sociedade e o advento da globalização geram inúmeros problemas e incertezas, mas, ao mesmo tempo, oferecem novas oportunidades, num ambiente altamente competitivo, que vai exigir a construção de uma nova cidade sob o conceito de um “município intencional” com organização integrada, planejamento sustentável e gestão participativa (LOPES, 1998).

É preciso, portanto, que esse “município intencional” planeje, não somente seus princípios e ações norteadoras de políticas públicas municipais, mas que se preocupe também em criar oportunidades e ações efetivas de inclusão no mercado de trabalho e condições melhores para interação social e qualidade de vida das classes sociais de baixa ou nenhuma renda (SINGER, 2002; SUPPLY, 2008; SACHS, 2005).

Este estudo propõe-se a avaliar três programas, que desenvolvem ações dessa natureza, buscando através de cooperativas, associações e ONGs o desenvolvimento de renda para pessoas que se unem, através de políticas municipais de incentivo, para conseguirem sua inserção no mercado profissional e melhores condições de vida. São desenvolvidos em três administrações públicas paulistas: subprefeitura do Itaim paulista (São Paulo); prefeitura de São José dos Campos e prefeitura de Tarumã, escolhidos por contemplarem um bairro de cidade de grande porte (SP), uma cidade grande e uma pequena do interior do Estado, e pela efetividade de suas realizações e programas de inclusão da população carente.

1.1 Identificação do problema

Esta dissertação analisa, de forma exploratório-descritiva, as políticas públicas de apoio ao empreendedorismo em classes sociais de baixa renda, em ações efetivas realizadas em três municípios do Estado de São Paulo, apoiando-se em estudos de caso, tendo em mente oferecer subsídios que possam corroborar,

apontar dificuldades e entraves e oferecer sugestões aos programas existentes e a outros que venham a se realizar.

É preciso ter em mente que os municípios do Estado de São Paulo são, na sua maioria, de pequeno e médio porte e que, nem sempre, têm atividades econômicas significativas, não tendo capacidade de gerar os impostos que, tradicionalmente, são de sua alçada, tornando-se dependentes dos Fundos de Participação de Estados e Municípios, o que compromete seu desenvolvimento e consequentemente a qualidade de vida local.

Cada município configura-se como um universo em si mesmo, com uma diversidade de problemas e necessidades especiais que só poderão ser resolvidos através de planejamento integrado, envolvendo agentes promotores, programas de incentivo que preveem o aporte de um conjunto de ações planejadas públicas e privadas, acionadas pelas forças da própria comunidade.

Após pesquisar programas de algumas prefeituras do interior – São José dos Campos, São José do Rio Preto, Cândido Mota, Tarumã e subprefeitura do Itaim na cidade de São Paulo, entre outras, optou-se pelo estudo de três casos: o da subprefeitura do Itaim Paulista, bairro de São Paulo, e o dos municípios de Tarumã e São José dos Campos, pelos seus resultados e pelo planejamento e execução de nível profissional, promovendo a implantação de arranjos produtivos locais e ações inovadoras de empreendedorismo.

O primeiro programa selecionado, intitulado **Desenho e implantação de projeto piloto de arranjos produtivos locais e suas oportunidades de geração de ocupação e renda**, contou com a parceria da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e foi realizado de janeiro de 2007 a janeiro de 2009 na subprefeitura do Itaim Paulista. O segundo, realizado a partir de 1997 (Sala do Empreendedor) até a presente data, aborda as ações realizadas pela Prefeitura de São José dos Campos, incentivando e criando ações efetivas de inclusão e participação de pessoas de baixa renda em programas de preparação, desenvolvimento, capacitação e acompanhamento de ações efetivas de empreendedorismo em ONGs, cooperativas e associações. O terceiro caso, realizado na prefeitura de Tarumã, denomina-se **Ações inovadoras - geração de renda**, foi implantado desde 2002 e está em andamento até a presente data. Esse projeto tem uma atuação dinâmica e bem sucedida na área social do município.

É interessante enfatizar que todas as três municipalidades receberam o “Prêmio Prefeito Empreendedor” do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de São Paulo em 2008, famoso no Brasil por ser o mais notável prêmio destinado aos governos municipais, em reconhecimento a seus esforços na criação de um ambiente positivo para o empreendedorismo entre a população.

A seleção de um exemplo desses três casos é justificável porque são projetos ativos, com resultados positivos, que beneficiaram um grande número de pessoas, mobilizando as comunidades envolvidas, e forneceram apoio efetivo a empreendedores de classes mais carentes, a fim de promover a cooperação entre diferentes grupos, trabalhando em sinergia. Todos os projetos estão localizados em regiões com pessoas de baixa renda, sendo uma delas uma subprefeitura nos limites da cidade de São Paulo, outra uma cidade grande e a última uma pequena cidade no interior da região agrícola do Estado, próxima à terceira maior usina açucareira e alcooleira do país (Nova América).

Foram levados em consideração outros dados como: o número de pessoas atendidas, os resultados obtidos e a diversidade das regiões envolvidas, configurando-se uma “estrutura de amostragem” (COLLINS; HUSSEY, 2005, p. 148) satisfatória, uma vez que se podem identificar variáveis quantitativas e qualitativas, selecionar amostras e dados necessários para realizar uma pesquisa exploratória/descritiva. Conclui-se que as razões do sucesso e a viabilidade de se transformar necessidades em oportunidades não se resume à análise e ao estabelecimento de perfis de empreendedores de sucesso, mas antes à superação de desafios, que devem ser enfrentados para se formarem empreendedores bem sucedidos, investindo em métodos de aprendizado, pessoal e organizacional, treinamentos e capacitações, indispensáveis para que se possa exercer o papel de empreendedor, bem como oferecimento de condições e oportunidades, como acesso ao capital (microempréstimos), distribuição e divulgação de produtos e serviços gerados pela atividade empreendedora incipiente.

É consenso entre os estudiosos da área que a participação dos jovens em atividades extracurriculares, treinamentos e cursos para desenvolver suas habilidades de liderança e empreendedorismo traz resultados extremamente favoráveis para sua vida adulta. É o que constata Quinn (1999):

In a rare consensus among experts, a variety of development “think tanks” – including the Academy for Educational Development, Chapin Hall Center for Children, International Youth Foundation, Public/Private Ventures, and the Search Institute (which now encompasses the pioneering Center for Early Adolescence) – have described the development needs of youth and have articulated how communities can ensure that their youths have opportunities to be safe, develop competence, and forge positive relationships with adults and peers¹. (QUINN, 1999, p. 9).

É preciso pensar a interação crucial entre políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, notadamente para classes sociais de baixa renda, no esforço de inclusão social, que contemple desde a formação escolar até os incentivos creditícios e financiamentos públicos e privados, que possam viabilizar as micro e pequenas empresas.

Acrescente-se, ainda, a necessidade de disciplinas nas grades curriculares do Ensino Fundamental, Médio e Universitário sobre empreendedorismo, com programas de capacitação, apoio logístico, desburocratização e inclusão digital, possibilitando o acesso às inovações tecnológicas que poderão ampliar, significativamente, as chances de sucesso de projetos e idéias originais. Nos Estados Unidos a preparação dos jovens para o engajamento democrático na vida adulta, possibilitando melhor desempenho e integração social, tem sido preocupação constante, inclusive com ênfase na necessidade de maior participação do poder público federal, estadual e municipal.

¹ Em um raro consenso entre especialistas, de uma variedade de “tanques de idéias” – incluindo a *Academy for Educational Development, Chapin Hall Center for Children, International Youth Foundation, Public/Private Ventures, e o Search Institute* (que agora abrange o pioneiro *Center for Early Adolescence*) – tem-se descrito as necessidades de desenvolvimento da juventude e articulado como comunidades podem garantir que seus jovens tenham oportunidades para estar seguros, desenvolver competências e forjar relacionamentos positivos com adultos e iguais. (QUINN, 1999, p. 9, tradução nossa).

*Finally, our work should be designed to increase, rather than diminish, the role of public policies in social and economic life. Research on education and democratization clearly demonstrates that democratic engagement in adult life is the result of having participated as a youth. Cognitive knowledge and attitudes do not predict later participation, but student participation affairs is the best school for democracy*² (GINN, 1996, p. 356).

Com o advento da globalização, a integração entre diversos países gera efeitos os mais diversos, desde as vantagens da rapidez da comunicação digital, que permite a todos o acesso quase instantâneo ao conhecimento e a mercados mais desenvolvidos, até os problemas advindos da exclusão social e os grandes monopólios digitais. Em seu relatório sobre estudo de caso na comunidade do Grande Bom Jardim, Toledo, PR, os autores sublinham que:

A integração mundial, por meio da globalização, gera efeitos paradoxais: exclusão social, protecionismo, ações em rede anti-hegemônicas e fortalecimento local com potencialização de vocações. Com a emergência de experiências efetivas de desenvolvimento social a partir do “empoderamento comunitário” e balizadas por redes sociais locais, o sistema capitalista pós-industrial está passando por mudanças silenciosas em sua estrutura. Os arranjos produtivos autogestionários baseados na cooperação, a concepção de mercado justo, o surgimento da socioeconomia solidária e a formação de redes associativas de desenvolvimento local sustentável e integrado sinalizam uma terceira via como contraponto ao sistema econômico neoliberal dominante. (MOREIRA; VIDAL; FARIAS, 2003, p.1).

² Por fim, nosso trabalho deveria ser desenhado para incrementar, ao invés de diminuir, o papel das políticas públicas na vida econômica e social. A pesquisa em educação e democratização demonstra claramente que o engajamento democrático na vida adulta é resultado da participação enquanto jovem. Conhecimento cognitivo e atitudes não preveem participação posterior, mas a atividade de participação estudantil é a melhor escola para a democracia. (Ginn, 1996, p. 356, tradução nossa)

Os incentivos creditícios, as agências governamentais e outras organizações, em especial dos municípios, viabilizaram os Arranjos Produtivos Locais (APLs), facilitando a formação e manutenção de empresas, cooperativas e associações comunitárias, através de negociações conjuntas entre clientes e fornecedores.

Estes são essencialmente os problemas abordados na Economia Solidária. Segundo Singer (2008), "...definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática..."

Sposito e Carrano (2003) traçam um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil nos últimos anos, particularmente a partir da eleição do Presidente Lula, apontando aquelas que nascem de iniciativas municipais diversificadas, que podem contribuir para a configuração de um novo paradigma para estas questões. O estudo dos três casos selecionados no corpus básico de nossa pesquisa pode contribuir para esta questão, mostrando os trabalhos desenvolvidos em prefeituras de cidades de diversos portes.

1.2 Justificativa

Um dos temas mais discutidos nos últimos vinte anos é, sem dúvida, o do empreendedorismo e de como fomentá-lo, dadas as condições brasileiras. Particularmente importante, mas com uma quantidade de estudos e/ou propostas bem menor, é a questão do empreendedorismo entre classes sociais de baixa renda. O empreendedorismo de oportunidade (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM), 2005), nos estudos atuais, é quase sempre retratado como ligado à tecnologia e à inovação, sendo outras formas de empreender quase sempre associadas ao empreendedorismo de necessidade, sendo este ligado à população de baixa renda em geral.

Segundo o mesmo relatório (GEM), as principais causas para um baixo nível de empreendedorismo no Brasil são:

1. Falta de acesso ao capital
2. Burocracia de abertura/manutenção/fechamento de firmas

3. Falta de capacitação técnica/gerencial
4. Falta de cultura de estímulo ao espírito empreendedor

Pesquisas realizadas pelo SEBRAE sobre “perfil empreendedor” (SEBRAE, 2007) junto a seus alunos e professores revelaram que a **motivação** aparece em primeiro lugar como fator desencadeador do empreendedorismo com 37%, seguido de **atitude** com 25%, **capacitação** com 24% e **criatividade** com 14%.

No campo dos instrumentos de ação estão relacionados os incentivos creditícios, particularmente os de micro-crédito e os do Banco do Povo, e a atuação mais contundente das agências governamentais, particularmente ligadas aos municípios e ao apoio à formação dos APLs (Arranjos Produtivos Locais), com decorrentes incentivos fiscais, creditícios, de capacitação e negociação conjunta, frente a fornecedores e clientes em comum (POLAK, 2008).

Avulta, nesse cenário, a importância dos municípios, uma vez que a experiência tem comprovado que ações planejadas, tanto nos setores públicos quanto privados, devem ser acionados na própria localidade ou região administrativa, para que haja resultados positivos e objetivamente mensuráveis.

O desenvolvimento integrado e sustentável dos municípios deve prever equidade político-econômica, a par de preocupações sociais e ambientais, envolvendo nas decisões tomadas a participação ativa de todos os interessados. É preciso planejar, na estrutura organizacional do município, os espaços para inclusão social e a participação das classes de baixa renda em atividades corporativas e associativas, inserindo-os na economia local.

Em relação à criação de instituições, o estudo aponta para a criação de Associações, Cooperativas e ONGs, de forma que se destaque o incentivo à cooperação entre esferas governamentais, empresas já existentes, escolas e universidades, de forma a se extrair o máximo dos benefícios potenciais dessas ações conjuntas sob a supervisão da administração municipal.

Na verdade, é preciso elaborar programas em prol do estímulo ao empreendedorismo como condição necessária para a promoção da competitividade local, regional e mesmo para a vantagem comparativa brasileira, perante seus concorrentes internacionais, referindo-se à atenção primordial que deve ser dispensada à “formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis, inclusive o gerencial, utilizando a educação como verdadeiro e real

agente de mudança, enquanto instrumento capaz de formar atitudes e aptidões necessárias para a efetiva modernização” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA DAS EMPRESAS INOVADORAS – ANPEI, 1990).

Assim, pelo exposto anteriormente, verifica-se que para garantir uma maior competitividade no país, faz-se necessária a adoção de uma série de medidas por parte do governo, da iniciativa privada e do Terceiro Setor, medidas essas de caráter macro e micro-econômico tanto no âmbito federal e estadual e prioritariamente municipal. Dentre tais medidas descritas, destaca-se a adoção de programas, visando à desburocratização, concessão de incentivos fiscais e creditícios para micro e pequenos empreendedores, bem como à capacitação técnica e gerencial dos recursos humanos. Nesse contexto, ressalta-se a importância de uma efetiva Política de Apoio ao Empreendedor direcionada principalmente às comunidades de baixa renda, como forma de contribuição à diminuição da desigualdade social e do risco social dos jovens nas comunidades de baixa renda, bem como visando ao desenvolvimento da cidadania plena e do país como um todo.

A valorização dos governos locais tem-se revelado uma tendência no Brasil a partir das décadas de 80 e 90, em oposição ao planejamento sócio-econômico centralizado que se fazia no país. Os governos locais aparecem como agentes renovadores de políticas públicas, impulsionados pelos processos de descentralização, previstos na Constituição de 1988 – quando os municípios conseguem maior autonomia, através da descentralização político-administrativa. Acrescentem-se também os processos de mudança dos padrões de produção e a internacionalização dos fluxos de capital nos dias de hoje, e os municípios aparecem como via natural para promover o desenvolvimento sustentável, uma vez que conhecem melhor as necessidades, aspirações e a realidade local.

Partindo dos pressupostos anteriormente descritos, chega-se aos objetivos deste trabalho, que serão abordados no item a seguir.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

O objetivo geral da pesquisa é o de analisar, de forma exploratória/descritiva, os programas de apoio ao empreendedor de baixa renda, gerando subsídios que venham alicerçar melhorias e/ou novas políticas públicas e privadas de estímulo e incentivo ao empreendedorismo entre as comunidades sociais menos favorecidas, destacando-se a necessidade de inserção desses programas no planejamento sustentável dos municípios, onde as atividades são desenvolvidas. Serão estudados três casos concretos de programas de fomento ao empreendedorismo realizados por prefeituras, com apoio de políticas públicas em parceria com o SEBRAE e ONGs: prefeitura de São José dos Campos- SP, prefeitura de Tarumã - SP e subprefeitura do Itaim Paulista/Vila Curuçá – São Paulo, capital. A seleção dos casos levou em consideração as diferenças intrínsecas ao trabalho em cidades de pequeno, médio e grande porte.

O modelo atual dos programas nacionais de incentivo ao empreendedorismo e à inclusão social, embora consiga atingir, em um primeiro momento, um grande número de interessados, não tem conseguido um resultado final significativo. Tome-se como exemplo o projeto “Jovens Empreendedores”, do Governo Federal, organizado em oito etapas, selecionando pessoas de dezesseis a vinte e quatro anos, que apresentou os seguintes resultados numéricos (BOCATO, 2006):

- 40.000 pessoas se inscreveram
- 20.000 foram selecionadas
- 18.000 passaram pela verificação cadastral
- 3.500 foram capacitados (em todo o país)
- 694 elaboraram planos de negócios
- 90 planos foram aprovados pelo Comitê de crédito
- 05 financiamentos foram concedidos
- A assessoria técnica (pós-crédito) nem sequer foi iniciada

Verifica-se, pelos dados acima, que embora o alcance inicial do projeto fosse impressionante, a concessão de cinco financiamentos como resultado final do programa é decepcionante. Em nossa ótica, a *performance* final decepcionante do Programa pode estar ligada à necessidade de envolvimento efetivo e planejado dos municípios. É preciso inserir os programas de incentivo no Planejamento Sustentável e Integrado dos Municípios, viabilizando resultados mais efetivos e numericamente significativos. Um plano nacional, centralizado e monolítico é inviável. É preciso partir do planejamento dos municípios para desenvolver, com sucesso, programas de inclusão social e empreendedorismo dentro do âmbito local, utilizando as potencialidades e características específicas dos municípios e comunidades onde estão inseridos.

1.3.2 Específicos

Os objetivos específicos são:

1. Analisar as políticas públicas de apoio ao empreendedorismo nos programas selecionados para os estudos de caso desta pesquisa, em classes sociais de baixa renda, identificando a transformação de necessidade em oportunidades através de atividades diversas, tais como: planejamento dos programas de inclusão pelos municípios, capacitação, concessão de crédito e microcrédito, conscientização e sensibilização para o empreendedorismo e associativismo, cooperação mútua e comercialização dos produtos finais dentro do Planejamento Integrado e Sustentável dos municípios.
2. Estudar e avaliar três casos concretos de utilização de projetos e programas públicos voltados aos empreendedores de baixa renda, realizados nas prefeituras de São José dos Campos, Tarumã e na subprefeitura do Itaim Paulista/Vila Curuçá. O protocolo de avaliação levará em conta o histórico do programa, objetivos, duração, impacto social, abrangência regional, participação dos envolvidos em cada etapa e os resultados obtidos.

1.4 Problema

O problema de pesquisa a ser analisado neste trabalho é:

- Como estão estruturados os programas de apoio ao empreendedorismo para as pessoas de baixa renda, nos estudos de caso do “corpus básico” desta dissertação?

O conjunto de perguntas abaixo relacionadas auxiliam a compreensão do problema descrito:

1. Como foi detectada a necessidade de cada Programa?
2. Quais são as semelhanças e diferenças entre eles?
3. Os programas analisados nesta dissertação estão efetivamente sendo bem sucedidos?
4. Quais são os principais empecilhos e facilitadores para a criação de programas mais efetivos?
5. Quais são as sugestões para programas futuros?

A análise dessas questões dentro de um Planejamento Integrado e Sustentável dos Municípios permitirá aprofundar o conhecimento acerca dos programas de apoio ao empreendedorismo para os cidadãos de baixa renda selecionados nesta dissertação, contribuindo assim para o aperfeiçoamento dos programas de inclusão social e profissional, apoiando-se na necessidade de sinergia das políticas públicas municipais, estaduais e federais, interagindo com empresas privadas e do Terceiro Setor, atendendo às necessidades e características locais e regionais.

1.5 Organização da pesquisa

Em função do problema de pesquisa apresentado e dos objetivos já mencionados, a dissertação ficou dividida em oito capítulos. Neste primeiro capítulo, apresentam-se, resumidamente, os principais propósitos e razões do estudo, identificando o escopo do trabalho, seus objetivos, justificativas e o problema a ser pesquisado, bem como argumentos que justificam a realização deste trabalho.

O capítulo segundo refere-se às revisões bibliográficas relacionadas ao tema da dissertação, de modo a formar uma estrutura teórica conceitual, que servirá de

base para a pesquisa de campo. Subdivide-se em três itens que enfocam conceitos de empreendedorismo, as estratégias de desenvolvimento sustentável e combate à pobreza e a importância do empreendedorismo social e sua inserção no planejamento integrado e sustentável dos municípios nos países em desenvolvimento.

O capítulo terceiro elabora o referencial metodológico utilizado ao se proceder a pesquisa de campo, considerando o enfoque do estudo, o método da pesquisa escolhido, as amostras e a coleta de dados. Apresenta, também, as limitações encontradas, bem como sugestões e contribuições para trabalhos futuros nas áreas de Administração de Empresas, Administração Pública, Economia, Sociologia e Educação.

O planejamento integrado e sustentável dos municípios é focado no capítulo quarto, subdividindo-se em três itens: conceituação, recursos financeiros dos municípios brasileiros e gestão municipal participativa e a inclusão social.

A contextualização e descrição dos municípios selecionados e a caracterização e descrição dos programas estudados são desenvolvidos nos capítulos cinco e seis.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo são descritos no sétimo capítulo, procurando identificar, na prática, como se caracterizam alguns dos conceitos teóricos abordados nos capítulos anteriores. Avalia-se o desempenho dos envolvidos no projeto, desde os organizadores aos participantes nas atividades propostas.

Por fim, o capítulo oito – Considerações Finais – arrola as principais conclusões do estudo, apresentando suas sugestões e contribuições para políticas públicas futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Definições de empreendedorismo

O empreendedorismo, por ser campo de estudos recente, apresenta vários termos que não constam da língua portuguesa e, assim, usam-se livremente neologismos que acabam confundindo o leitor. Faz-se necessário, então, a definição dos termos principais utilizados neste estudo, para melhor compreensão desta pesquisa. Usaremos, neste trabalho, a etimologia proposta por David (2004, p. 27) de empreendedorismo social e intraempreendedorismo. Ambos articulam-se com diversas áreas de estudo, estruturando-se uma visão interdisciplinar das políticas públicas e privadas de apoio ao empreendedorismo.

Empreendedorismo social engloba projetos de inclusão social de pessoas de baixa renda, através de atividades privadas ou públicas, que se apoiam em políticas municipais, estaduais, federais e internacionais. A criação de cooperativas, associações e grupos de trabalho permite a preparação, acompanhamento e continuidade de ações coletivas, voltadas para a inclusão de uma parcela da população, que não tem oportunidade nem capacitação ou qualificação específica para ingressar no mercado de trabalho. Cabe aos empreendedores sociais, através de estudos, pesquisas e ações sobre as reais necessidades da região, criar oportunidades de atividades empreendedoras orientadas para a população de baixa renda, normalmente esquecida pelo empreendedor tradicional.

O intraempreendedorismo ocorre dentro das próprias organizações, públicas ou privadas, através da ação empreendedora de funcionários, possibilitando o desenvolvimento econômico da organização e o crescimento pessoal e profissional do intraempreendedor.

No relatório *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2008), encontramos diferentes opiniões e definições de visões históricas do empreendedorismo e os papéis por ele desempenhados em diferentes fases econômicas dos séculos XVIII, XIX e XX. Frisa-se nesse relatório que Cantillon (1755) foi o primeiro estudioso a definir o empreendedor como alguém que tenha disposição de suportar, individualmente, o risco financeiro de seu empreendimento. Essa definição reflete o papel do empreendedorismo no século XVIII, centrado mais na noção estática de

empreendimento pessoal do que na noção dinâmica de criação de novos negócios e oportunidades.

No final do século XIX, Marshall (1890) estudou a importância da classe dos empreendedores na economia de mercado, descrevendo como os empreendedores industriais exploravam economias de talento e escala e, em uma crítica premonitória, comparava os mais bem sucedidos às árvores de grande porte em uma floresta, privando de ar e luz as outras árvores e a vegetação próxima. Esta visão reflete bem o segundo estágio do empreendedorismo de escala intensiva como um reflexo da maximização da eficiência, mesmo com o prejuízo de empreendimentos de pequeno porte.

Em seguida, o GEM cita Schumpeter (1934, 1942) como o pioneiro na ligação do aspecto dinâmico do empreendedorismo para a inovação e o desenvolvimento econômico; seu conceito de “destruição criativa” liga-se diretamente ao papel do empreendedorismo em países que atingiram o estágio de empreendedorismo de inovação. Outras definições ainda mais recentes também são citadas como relevantes e atuantes no mesmo relatório:

Current views on entrepreneurship vary, and this underlines the multifaceted nature of entrepreneurship. Davidsson (2004) lists seven phenomena associated with entrepreneurship, while Wennekers and Thurik (1999) provide thirteen different concepts of entrepreneurship. In a recent study, Godin and colleagues (2008) identify six common elements of entrepreneurship. Looking at the proposed constructs in some detail, three main components may be identified: entrepreneurial attitudes, entrepreneurial activity and entrepreneurial aspiration (Acs and Szerb, 2008). These are interlinked in a complex set of feed-forward and feedback loops. For example, positive attitudes towards entrepreneurship may increase entrepreneurial activity and aspiration, which in turn positively affect attitudes as more positive role models appear. Positive aspirations may change the nature of activity, and in turn, change attitudes.³ (GEM, 2008, p. 9).

³ Visões atuais sobre empreendedorismo variam, e isto sublinha a natureza multifacetada do empreendedorismo. Davidsson (2004) lista sete fenômenos associados ao empreendedorismo, enquanto Wennekers and Turik (1999) apontam treze conceitos diferentes de empreendedorismo. Em um estudo recente, Godin e colegas (2008) identificam seis elementos comuns do empreendedorismo. Debruçando-se sobre os construtos propostos em detalhe, três componentes principais podem ser identificados: atitudes empreendedoras, atividade

Estudiosos da área têm dado ênfase à importância de atividades extracurriculares e cursos de treinamento para desenvolver habilidades em liderança e empreendedorismo nos jovens, como resultados altamente satisfatórios para suas vidas adultas (QUINN, 1999; DOLABELA, 1999; DORNELAS, 2001; JOHNSON, 2003). O mesmo procedimento, aplicado a jovens e adultos, isto é, a participação em cursos, treinamentos e orientação vocacional, mais monitoramento e aconselhamento podem gerar resultados positivos, dependendo da continuidade da ajuda das políticas públicas, a fim de que se produzam resultados sustentáveis.

Dessa maneira, os estudos sobre empreendedorismo, sob diferentes condições, desde países com um alto grau de desenvolvimento até os mais carentes e os em ascensão, vêm sendo produzidos por diversos autores e serão examinados para avaliar os diferentes contextos e sua aplicabilidade no Brasil. (McCLELLAND, 1962, 1971, 1987; MELLO; OLIVO, 1995; MELO NETO; FROES, 2002).

Oportunidades de Empreendedorismo (GEM, 2005) mostram-nos que, em estudos atuais, o empreendedorismo é quase sempre enquadrado como unido à tecnologia e inovação (SARASVATHY, 2001), e a outras formas de empreendimento. Empreendedorismo é raramente associado à necessidade das pessoas de baixa renda.

Mudanças nas teorias do desenvolvimento, relacionadas às pesquisas sobre Empreendedorismo e desenvolvimento são estudadas por autores diversos, destacando a relevância do papel do empreendedorismo na sociedade atual (AMIT; GLOSTEN; MULLER, 1993; SEN, 2008; YUNUS, 2000; SACHS, 2005).

Exceções devem ser feitas a todos os estudos de empreendedorismo social, indo de trabalhos como o dos projetos do Banco *Grameen* e o de Paul Polak, com o *International Development Enterprises (IDE)* a estudos como o do impacto que as Casas Bahia causam nas populações brasileiras de baixa renda ou também a programas de bolsas de estudos para meninas como o “Instituto Bom Aluno”, no Brasil, e o “*Room to Grow*”, na Ásia (POLAK, 2008; WOOD, 2006; PRAHALAD, 2004). Todos esses trabalhos mostram experiências bem sucedidas de apoio ao

empreendedora e aspiração empreendedora (Acs and Szerb, 2008). Estas estão interligadas em um complexo conjunto entrelaçado de retroalimentadores e reforços positivos. Por exemplo, atitudes positivas acerca do empreendedorismo podem incrementar a atividade e as aspirações empreendedoras que, por sua vez, afetarão positivamente as atitudes assim que novos modelos positivos apareçam. Aspirações positivas podem mudar a natureza da atividade e, por sua vez, mudar as atitudes (GEM, 2008, pág. 09, tradução nossa).

empreendedorismo para populações de baixa renda, particularmente do sexo feminino e em idade escolar, que geram resultados mais consistentes e duradouros.

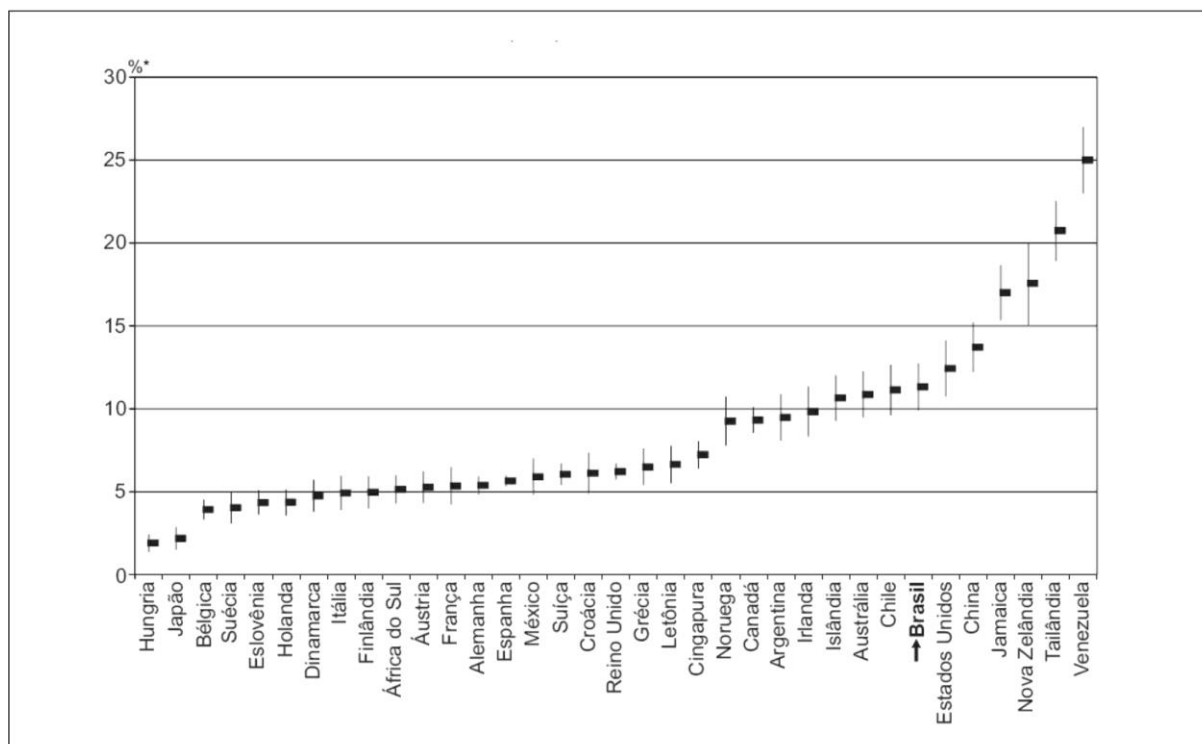
A análise e os estudos desenvolveram uma abordagem exploratória, entretanto, os estudiosos e pesquisadores admitem que elementos de outros tipos de pesquisa (descritiva ou causal) também se fazem presentes em pequenas proporções (SELLTIZ et al., 1975; SBRAGIA, 1977).

O raciocínio teórico e a pesquisa científica sobre o gerenciamento, e o estudo de caso baseiam-se em Collins e Hussey (2005) e em Yin (2005). Metodologias associadas serão empregadas, incluindo a de natureza exploratória do estudo de caso, análise de registros e análise de informações e de arquivos de mídia. Entrevistas pessoais serão conduzidas, utilizando questionários para a avaliação de dados quantitativa e qualitativamente a partir dos registros nos projetos. Os resultados finais serão obtidos por meio da confluência das informações e dos dados de documentos oficiais, de análises e da avaliação final dos três casos discutidos.

Outro conceito norteador está na diferenciação de motivação entre os empreendedores por *oportunidade* e os empreendedores por *necessidade* (GEM, 2005). Os empreendedores por *oportunidade* possuem outras alternativas profissionais, além de se tornarem empreendedores, e decidiram empreender por vislumbrar uma oportunidade de mercado, enquanto os empreendedores por *necessidade* são impelidos a empreender por falta de opções, ou seja falta de qualificação profissional, desemprego, e iniciam empreendimentos caseiros, sem estrutura ou estratégia. Para os efeitos deste trabalho, as divisões entre empreendedores *nascentes*, *novos* e *estabelecidos* serão também utilizadas na classificação da população atingida em cada programa analisado, sendo dada maior ênfase aos empreendedores nascentes.

Definem-se como empreendedores nascentes aqueles cujos empreendimentos não ultrapassam dois anos de existência; empreendedores novos situam-se entre dois e cinco anos e os estabelecidos comandam empreendimentos com mais de cinco anos de existência.

Como se pode perceber, apesar de constar como um dos países onde mais se iniciam empreendimentos (Gráfico 1), quando analisada a taxa entre empreendedores por oportunidade/empreendedores por necessidade (Quadro 1), o Brasil cai para a penúltima posição, sendo essa uma característica comum entre quase todos os países considerados de renda média.



Quadro 1 – Empreendedores Iniciais (TEA), por países – 2005

Fonte: GEM, 2005, Executive Report

* Percentagem da população adulta entre 18-64 anos (Intervalo de confiança 95%)

PAÍSES	MOTIVAÇÃO PARA EMPREENDER					
	Razão Emp. Oportunidade/ Emp. necessidade		Oportunidade		Necessidade	
	Razão	Posição	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Dinamarca	27,4	1	4,2	23	0,2	35
Islândia	18,2	2	9,5	6	0,5	30
Nova Zelândia	12,7	3	16,2	1	1,3	15
Holanda	11,5	4	3,9	25	0,3	34
Noruega	9,8	5	7,8	10	0,8	22
Bélgica	8,7	6	3,4	29	0,4	33
Eslovênia	7,8	7	3,8	27	0,5	31
Estados Unidos	7,2	8	10,5	4	1,5	13
Austrália	7,1	9	9,3	7	1,3	14
Reino Unido	6,7	10	4,7	20	0,7	27
Finlândia	6,3	11	3,8	26	0,6	28
Suíça	6,1	12	5,1	18	0,8	21
Canadá	6,0	13	7,5	11	1,3	16
Espanha	5,9	14	4,7	19	0,8	22
Áustria	5,9	15	4,4	21	0,8	25
Grécia	5,7	16	5,3	17	0,9	19
Suécia	5,6	17	3,2	30	0,6	29
Cingapura	5,3	18	6,1	14	1,2	17
Itália	5,0	19	4,0	24	0,8	24
Letônia	4,9	20	5,4	16	1,1	18
México	4,7	21	4,3	22	0,9	19
Irlanda	4,2	22	7,9	9	1,9	11
Japão	4,2	23	1,8	34	0,4	32
Chile	2,8	24	8,2	8	2,9	7
Tailândia	2,8	25	13,9	3	5,0	5
Alemanha	2,4	26	3,8	28	1,6	12
Argentina	2,2	27	6,3	13	2,9	8
Jamaica	1,7	28	10,0	5	6,0	3
Venezuela	1,6	29	15,6	2	9,4	1
Hungria	1,5	30	1,1	35	0,7	26
África do Sul	1,5	31	3,0	31	2,0	10
França	1,3	32	2,6	33	2,1	9
China	1,2	33	7,3	12	6,2	2
Brasil	1,1	34	6,0	15	5,3	4
Croácia	0,9	35	2,9	32	3,1	6
Média	5,9	6,2	1,9

Quadro 2 – Motivação dos empreendedores iniciais, por países - 2005
 Fonte: GEM, 2005.

Os mesmos estudos denotam a grande mortalidade de empreendimentos iniciados *por necessidade*, comparativamente àqueles iniciados *por oportunidade*. Além da longevidade, os últimos tendem a gerar mais empregos e apresentar taxas de crescimento maiores.

Assim, pelo exposto anteriormente, verifica-se que, para garantir maior competitividade ao país, faz-se necessária uma clara política pública que consiga transformar nosso contingente de empreendedores por necessidade em empreendedores por oportunidade.

Lopes (1998), comentando a rápida e profunda evolução da sociedade em um mundo globalizado com inusitadas oportunidades em ambientes altamente competitivos, ressalta a importância da construção de uma nova cidade, um novo município. Enfatiza que é findo o tempo das cidades ou dos municípios acidentais, sendo chegado o tempo do “município intencional”, onde “o futuro é pensado e construído de forma organizada, integrada, planejada e participativa”(LOPES, 1998, p. 21).

O município intencional é o caminho mais seguro para a construção de um ambiente aberto ao mundo, integrado, com oportunidades para realização pessoal e empreendedora, cauteloso com a degradação ambiental e com uma forte identidade na construção de uma sociedade justa e estruturada.

Nesse desafio encontram-se alinhados as políticas públicas e os empreendedores sociais, conforme afirmam tanto Yunus (2000) quanto Sen (2008). Como também afirma Oliveira (2003), os empreendedores sociais tornam-se “agentes de mudança no setor social” e baseiam-se em cinco “razões fundamentais”:

1. adotar uma missão de gerar e manter valor social (não apenas valor privado);
2. reconhecer e buscar, implacavelmente, novas oportunidades para servir a tal missão;
3. engajar-se em um processo de inovação, adaptação e aprendizagem contínua;
4. agir, arrojadamente, sem se limitar pelos recursos disponíveis;
5. exibir um elevado senso de transparência para com seus parceiros e público e pelos resultados gerados. (OLIVEIRA, 2003, p.182-183).

Conceituar empreendedorismo, tal como será utilizado nesta pesquisa, torna-se, pois, indispensável, uma vez que muitas definições são vagas e amplas, abordando antes o sucesso de indivíduos e empreendimentos pontuais do que o estudo de procedimentos e fatores necessários, mas nem sempre suficientes, para que se configure o empreendedorismo. Sem dúvida o maior obstáculo para a criação de um conceito operatório sobre empreendedorismo é que a maioria das pesquisas sobre o tema gira em torno de: quem é o empreendedor e o que ele faz. O problema dessa abordagem é que se deixa de lado a interação de dois fenômenos: a existência de oportunidades lucrativas e as características do próprio empreendimento (mercado, cenário, etc.).

A definição do campo apenas sob a ótica individual gera conceitos incompletos e pontuais, que não se aplicam a outros estudos e situações, uma vez que se restringe a casos específicos. Analisar um empreendimento sob esse enfoque deixa de lado variações do tipo e qualidade de oportunidades que contextualizaram o caso, negligenciando-se, ou não sendo possível de mensurar, outras variáveis que colaboraram para o sucesso ou fracasso do empreendimento. Perde-se um suporte empírico do conceito de empreendedorismo para a avaliação de outros casos e para sua generalização em políticas públicas efetivas.

Assim sendo, o conceito abordado nesta pesquisa vê o empreendedorismo como uma somatória de como, por quem e quais as oportunidades efetivas que permitiram o desenvolvimento sustentável de um novo negócio.

Shane e Venkataraman (2000) oferecem-nos uma definição abrangente de empreendedorismo, bem de acordo com a perspectiva desta pesquisa, em seu artigo *The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research*:

*In contrast to a previous research, we define the Field of entrepreneurship as the scholarly examination of how, by whom, and with what effects opportunities to create future goods and services are discovered, evaluated, and exploited (Venkataraman, 1997). Consequently, the field involves the study of sources of opportunities; the processes of discovery, evaluation, and exploitation of opportunities; and the set of 'individuals' who discover, evaluate, and exploited them*⁴ (SHANE; VENKATARAMAN, 2000).

⁴ Em contraste a uma pesquisa prévia, nós definimos o campo do empreendedorismo como um exame escolar de como, por quem, e com quais efeitos oportunidades para criação de bens e serviços futuros são descobertos, avaliados e explorados (Venkataraman, 1997). Consequentemente, o campo envolve estudos de fontes de

2.2 Estratégias de desenvolvimento e combate à pobreza

Para o escopo deste trabalho, também se faz necessária uma análise mais profunda sobre os conceitos de desenvolvimento e combate à pobreza. É inegável que o homem, hoje, vive em condições econômicas melhores do que em qualquer outra época da humanidade, e que estes avanços devem-se, em grande parte, à atividade empreendedora (SCHUMPETER, 1934, 1942; GEM, 2008). É inegável, também, que alguns bolsões de pobreza e miséria, como a África subsaariana e partes da Ásia, sobrevivem e mostram-se mais difíceis de combater do que quaisquer outras partes do mundo (SACHS, 2005).

O Brasil, nesse contexto, já é considerado um país relativamente rico, não estando entre as 50 nações mais pobres do mundo (portanto, não sendo objeto de ajuda internacional) e sendo, atualmente, até mesmo credor do FMI; porém, mesmo apresentando tal situação, o combate à pobreza no Brasil ainda apresenta um longo caminho pela frente, com as imensas desigualdades regionais e sociais ainda por serem minimizadas. Vergara e Correa (2004) afirmam que só se concebe a possibilidade de resolução dos problemas municipais e regionais pela ação coordenada de todos os atores sociais: governo, sociedade civil organizada e setor privado.

O conceito de desenvolvimento como liberdade (SEN, 2008), nesse sentido, não mais se liga à questão eminentemente política que dividiu o mundo em Primeiro Mundo (os países capitalistas ricos), Segundo Mundo (os países do antigo bloco soviético) e Terceiro Mundo (os países autárquicos, não-alinhados). Os países são, dessa forma, divididos em ricos (ou PIB per capita alto), médios, baixos e os “menos desenvolvidos”. A própria ONU enumera a lista dos 50 países mais pobres do mundo, que devem ser objeto de ajuda internacional.

É no âmbito desses países que aproximadamente 1 bilhão de pessoas vive em condições de pobreza absoluta, ou miséria, apresentando um rendimento per capita igual ou inferior a US\$ 1.00 por dia. Esse é o conceito de pobreza absoluta que se trata nas discussões de erradicação da pobreza; não é, entretanto, o conceito operacional desse trabalho .

oportunidades; o processo da descoberta, avaliação e exploração de oportunidades; e o conjunto de “indivíduos” que descobrem, avaliam e exploram-nas (SHANE; VENKATARAMAN, 2000, tradução nossa).

Mesmo a população que vive acima desses patamares, porém, está longe de apresentar condições de vida adequadas. Como, no Brasil e no mundo, podemos escolher entre as estratégias para se minorar e até mesmo erradicar a pobreza, é um grande tema de pesquisa e ação, social e política, objeto de políticas públicas e trabalhos da iniciativa privada e ONGs. Este sim, “assegurar que todos os pobres do mundo, inclusive aqueles que estão na pobreza moderada, tenham uma chance de subir na escada do desenvolvimento”, ilustrado como o segundo grande objetivo na luta pelo “fim da pobreza” (SACHS, 2005), será o conceito operacional que utilizaremos.

Por um lado, temos as teorias que defendem a divisão pura e simples de uma parcela da riqueza da nação (ou das nações) para o conjunto de toda a população, especialmente os mais necessitados (SUPLICY, 2008). No Brasil, diversos programas de distribuição de renda já foram executados, com especial destaque atualmente para o “Bolsa Família” da gestão Lula, que internacionalmente é considerado um dos principais fatores para a redução da pobreza no Brasil.

O Programa “Bolsa Família”, porém, pressupõe a distribuição de renda apenas para os mais necessitados, e cria o complexo e extremamente delicado problema de se achar, por triagem, os mais necessitados. Talvez o maior mérito do “Bolsa Família” tenha sido ser bem sucedido nessa triagem, pois muitos dos beneficiados são destituídos de quase qualquer formação escolar e/ou profissional, sendo tão excluídos da sociedade organizada que muitas vezes nem ao menos possuem RG e CPF. Essa vitória do “Bolsa Família”, porém, não vem sem um alto custo, e detratores acusam o programa de gastar mais recursos com o sistema de triagem do que com os benefícios propriamente ditos.

Já Suplicy (2008), em sua proposta da “Renda Básica de Cidadania”, defende “o direito de todas as pessoas a receberem uma renda básica universal. Não importa a origem, a raça, o sexo, a condição civil ou socioeconômica, todos os seres humanos deverão ter o direito à Renda de Cidadania”. Esse texto, inclusive, foi o aprovado consensualmente no II Congresso Nacional do PT ainda em 1999. Essa renda, portanto, seria devida a todos que se sentissem necessitados da mesma, por meio de repasse direto ou, alternativamente, sob a forma de um “Imposto de Renda negativo”.

Essas propostas, apesar do inegável apelo social, têm sido duramente criticadas por estudiosos (YUNUS, 2000; POLAK, 2008), que as acusam de apenas

“dar o peixe ao invés de ensinar a pescar” ou mesmo de criarem verdadeiros currais eleitorais de pessoas despreparadas e que, com a ajuda, prendem-se em uma espiral de inação e acomodamento com as benesses estatais.

Segundo Yunus, “do ponto de vista do beneficiário, a caridade pode ter efeitos desastrosos. Em muitos casos ela desmotiva o mendigo a sair de sua situação” (YUNUS, 2000, p. 39).

Esses posicionamentos, porém, colidem frontalmente com o erro de interpretação de se considerar RBC como “caridade”. Suplicy deixa claro que, ao considerar a RBC um direito inalienável e não uma caridade, ela aumentará a autoestima do cidadão em estado de pobreza e incrementará, e não diminuirá, sua motivação para crescer e se desenvolver. A RBC constituiria, assim, no principal e definitivo instrumento para a conquista da “segurança protetora” definida por Amartya Sen: “a *segurança protetora* é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte” (SEN, 2008, p. 57).

O que todos os pesquisadores citados concordam, no entanto, é que a RBC impactaria positivamente as microeconomias locais, gerando um inegável efeito positivo no combate à pobreza. Desses problemas todos, inclusive, os mais caros são os sistemas de verificação de quem deveria receber dinheiro (este eliminado completamente pela RBC de Suplicy) e a “praga dos consultores internacionais”, particularmente nos programas de ajuda internacional, que desavergonhadamente abocanham a grande maioria das verbas (YUNUS, 2000; SACHS, 2005; POLAK, 2009).

Dessa forma, já no campo de ação por muitos anos e agora com seu livro relatando suas experiências, Polak (2009) propõe para as comunidades situadas na condição de pobreza absoluta a existência de nenhuma ajuda em dinheiro ou subsídios, mas sim o trabalho em se desenvolver, nas próprias comunidades, mercados reais e ganhos e eficiência em produção que possibilitem a melhoria das condições de vida.

Grande parte da experiência de Polak, porém, situa-se nas condições específicas das comunidades da África subsaariana e com propriedades rurais de um acre, situações raramente encontradas no Brasil.

Trazendo sua experiência de várias décadas como economista em campo e praticante da “Economia Clínica”, Sachs (2005), já propunha um sistema híbrido,

reconhecendo a necessidade de repasses diretos em casos de pobreza absoluta e emergências, mas colocando grande ênfase no incentivo às atividades geradoras de renda para as pessoas e comunidades situadas nas condições de pobreza absoluta ou relativa.

Na realização da nossa pesquisa iremos encontrar exemplos práticos de todas as teorias aqui revisadas, sob a forma de políticas públicas incentivando o combate à pobreza e o aumento da renda e qualidade de vida das comunidades estudadas nesta pesquisa.

2.3 Importância do empreendedorismo social e sua inserção no planejamento integrado e sustentável dos municípios

Tendo em vista o propósito desta pesquisa, de criar um protocolo para a análise de três estudos de caso, faz-se premente a discussão sobre empreendedorismo social, confrontando individualismo e coletivismo. Se nos detivermos em uma visão individualista, a análise de projetos de inclusão, de incentivo, os empréstimos creditícios e até mesmo o estudo de uma cultura empreendedora na sociedade brasileira perdem grande parte de sua importância. Particularmente para os projetos e programas de incentivo ao empreendedorismo nas comunidades de baixa renda, faz-se necessário entender o empreendedorismo e a educação para o empreendedorismo em seu caráter coletivista, ou seja, associado à formação de cooperativas e grupos de pessoas que juntas empreendem.

Muito se tem escrito sobre a necessidade de firmas, pessoas ou grupos de pessoas tornarem-se mais empreendedoras, para obterem melhores resultados e sucesso em seus empreendimentos. Sob esse aspecto, uma visão empreendedora teria que vir da própria educação, prevendo mecanismos e atividades que promovam o empreendedorismo entre os jovens e as próprias comunidades de baixa renda.

Individualismo e coletivismo configuram-se como significativas dimensões da cultura organizacional. Desse modo, programas de educação corporativa para os funcionários tornam-se desejáveis para mudanças de valores, promovendo maior adesão dos funcionários para a configuração coletivista na cultura da empresa.

É preciso sublinhar, também, os enfoques do empreendedorismo no contexto organizacional, e a relação entre Cultura e empreendedorismo (STEVENSON; CARLOS, 1990; MORRIS; DAVIS; ALLEN, 1994; CORNWALL; PERLMAN, 1990), pela sua aplicabilidade nos programas e projetos de estímulo ao empreendedorismo para comunidades de baixa renda aqui analisados.

Os estudos sobre empreendedorismo social mostram que o paradoxo entre globalização e pobreza produz novos e retoma velhos desafios para o desenvolvimento humano e para a emancipação social, vendo o empreendedorismo social como uma das saídas em prol da construção de uma sociedade sustentável, justa e humana. As relações entre fator humano e desempenho e entre inovação e espírito empreendedor são abordadas por Peter Drucker em seus livros, sublinhando a necessidade de enfrentar novos desafios, destacando o desenvolvimento humano como fator crucial para emancipação (DRUCKER, 1987 e 1997).

No cenário atual, conturbado pelos múltiplos impactos da globalização, pelas descobertas e invenções tais como o genoma, a *internet* e a clonagem, são necessários programas de intervenção social para a preparação de comunidades excluídas para assumirem seu lugar na sociedade, diminuindo desigualdades.

Admitindo-se, por tudo que já foi dito, a importância do empreendedorismo social nos países em desenvolvimento, cumpre pensar se os programas desenvolvidos para tal fim devem ser feitos por meio de políticas públicas nacionais, estaduais ou municipais e como conseguir a adesão das empresas privadas. Na verdade é preciso que haja programas nos três âmbitos governamentais, mas o sucesso dos programas de empreendedorismo e inclusão social só acontecerá se for parte integrante do planejamento municipal, partindo das necessidades e oportunidades decorrentes de realidades locais.

Cabe ao município aproveitar os incentivos e apoios existentes nas políticas nacionais e estaduais, incorporando-as no planejamento integrado e sustentável do município, promovendo a transformação dos espaços locais e pensando o desenvolvimento do município de forma planejada, organizada, integrada, participativa e sustentada (KIECKHÖFER, 2005). Organizar cooperativas, associações, grupos de apoio às pequenas e microempresas, viabilizar aportes creditícios, entre outras ações, propiciam modificações comportamentais e estruturais, fazendo do espaço local a chave para o desenvolvimento nacional e global.

O desenvolvimento, a partir das menores células políticas – os municípios – não pode ocorrer de forma acidental e ocasional, mas deve ser construído e pensado de forma integrada e sistêmica, envolvendo os diversos segmentos que compõem o organograma do município: segmentos sociais, econômicos e ambientais, embasados pelos segmentos administrativos: políticos, institucionais, tecnológicos e jurídico-legais. É o conceito de cidade intencional proposto por Lopes (1998).

Cabe aos municípios a definição de critérios indicadores do desenvolvimento desejável e possível para os interesses locais e regionais, objetivos a serem atingidos a curto, médio e longo prazos. É indispensável que os programas de incentivo estaduais e federais sejam incorporados na estrutura organizacional do município, onde necessariamente estejam previstos e planejados os programas de inclusão, promovendo a capacitação de pessoas de baixa renda e incentivando o empreendedorismo e a empregabilidade, com programas coletivos. Incluem-se aí a organização de cooperativas e associações, o oferecimento de cursos profissionalizantes e de qualificação que proporcionem não só a formação de novos empreendedores e profissionais de mercado, mas principalmente acompanhem seu desenvolvimento, para que haja continuidade e permanência das ações propostas nos Planejamentos Integrados dos Municípios.

A autonomia dos municípios brasileiros, prevista no artigo 30 da Constituição de 1988 (BRASIL, 2003), tanto assegura como limita as atribuições, direitos e prerrogativas dos governos municipais, sob três aspectos: o político, na composição do governo e na edição de normas locais; no administrativo que prevê organização e execução de serviços públicos locais e o financeiro que envolve decretos, arrecadação e aplicação de impostos municipais. Constitui-se o município como ponto chave para descentralização governamental, indispensável para as dimensões continentais do país e é por meio do Planejamento Integrado e Sustentável dos Municípios que as comunidades locais podem decidir seus assuntos de interesse imediato, suas propostas para o futuro, trilhando o único caminho para garantir o exercício da cidadania, utilizando os repasses de verbas estaduais e federais a que têm direito e explorando as potencialidades do município, com vistas a um desenvolvimento autossustentável.

Reston (2004) frisa a importância do município como base para a descentralização governamental, cabendo às comunidades locais as decisões fundamentais para seu desenvolvimento.

Os Programas de inclusão sócio-econômica de populações de baixa renda devem, necessariamente, partir das necessidades e características regionais, encontrando seus próprios caminhos através de ações integradas que possibilitem um desenvolvimento sustentável e exequível.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza da pesquisa

Optou-se nesta dissertação, como já foi dito, por uma pesquisa exploratório-descritiva, bem como pela utilização do estudo de caso, através de três programas municipais de inclusão social e profissional, onde o empreendedorismo é desenvolvido através de associações e grupos de trabalho, partindo do Planejamento Integrado Municipal, contando com fomento público e acompanhamento por parte da administração pública.

A pesquisa exploratória tem como finalidade o estudo do empreendedorismo como uma forma de inclusão social, inserido no desenvolvimento sustentável dos municípios. A revisão de literatura do capítulo anterior estabelece relações entre os tópicos estudados por meio da análise do material documental e bibliográfico, à disposição do pesquisador.

Segundo Gil (1994) e Cervo e Bervian (2002), pesquisas exploratórias contribuem para esclarecer, relacionar e modificar relações de causa e efeito entre os elementos estudados.

Por seu lado, as pesquisas descritivas enfocam os elementos de descrição, documentação, análise, compreensão e correlação de fatos e suas variáveis, evitando envolvimento subjetivos, mas antes buscando relacionar, objetivamente, situações e relações presentes na vida social, cultural, econômica e política, entre outros aspectos que ocorrem em grupos e comunidades de maior complexidade (HENRIQUES; MEDEIROS, 2001; CERVO; BERVIAN, 2002).

Serão efetuadas descrições dos três casos selecionados para esta pesquisa, buscando conhecê-los tanto através de seu perfil socioeconômico, como pela análise dos resultados obtidos e o sucesso dos programas desenvolvidos, dentro das metas propostas pelas respectivas prefeituras que os desenvolveram.

A pesquisa descritiva analisa as relações entre duas ou mais variáveis de um mesmo caso, tentando localizar condições ou situações reais e espontâneas, constatando e avaliando relações entre elas, sem manipulá-las. Segundo Kerlinger (1975), a pesquisa descritiva tem maior espontaneidade, e admite maior grau de generalização do que o existente na pesquisa exploratória.

Os objetivos desta pesquisa, tanto o geral quanto os específicos, visam a caracterização e a análise de programas públicos e do Terceiro Setor de apoio ao empreendedorismo em comunidades de baixa renda. Serão abordados três casos concretos de programas de fomento ao empreendedorismo, realizados com parcerias entre o SEBRAE, Prefeituras e ONGs nos programas desenvolvidos nas prefeituras de São José dos Campos e de Tarumã, e na subprefeitura de Itaim Paulista / Vila Curuçá, São Paulo.

Em função dessa abordagem, os estudos e análises aqui desenvolvidos têm um enfoque exploratório-descritivo, embora, como apontam muitos pesquisadores e estudiosos, elementos de outros tipos de estudos descritivos ou causais também estejam presentes, em menor proporção.

Para Selltitz et al. (1975) e Sbragia (1977), estudos exploratórios possuem como principal objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão deste, sendo sua característica básica a relativa não existência de hipóteses. Já os estudos descritivos, por apresentarem precisamente as características de uma situação, têm como característica fundamental a exatidão, razão pela qual a exigência de hipóteses já aparece como uma condição muitas vezes necessária, se bem que não indispensável. Por fim, estudos causais ou experimentais procuram investigar possíveis relações de causa e efeito, sendo a existência de hipóteses prévias condições essenciais para o sucesso da pesquisa. (ANDREASSI, 1994, p. 71)

3.2 Método de pesquisa

Tendo-se definido o caráter exploratório-descritivo dado à pesquisa, é preciso pensar qual o método mais adequado para ao trabalho em pauta: estudo de caso, levantamento, experimentos, história ou análise de informações em arquivos ou na mídia.

Neste trabalho, foi utilizado o estudo de caso, que se apresenta como o método mais indicado para as abordagens propostas neste estudo, uma vez que se trata de uma pesquisa social, cujas questões básicas são do tipo “como” e “por que” (YIN, 2005), tendo o investigador pouco controle sobre os eventos, que se

desenrolam no contexto da vida real, configurando-se como fenômenos contemporâneos.

Optou-se, portanto, pela adoção de múltiplos casos para a formação do “corpus” básico da dissertação, selecionando-se três programas de apoio ao empreendedorismo para comunidades de baixa renda, como já foi dito anteriormente, nas prefeituras de São José dos Campos e Tarumã e na sub-prefeitura do Itaim/São Paulo.

Isso posto, pode-se estabelecer comparações e parâmetros que virão comprovar ou negar as proposições teóricas iniciais que, no caso de resultados contraditórios, deverão ser revistas ou novamente testadas em outro grupo de casos.

Quanto à natureza global (*holistic*) ou específica/embutida (*embedded*) do estudo (YIN, 2005), optou-se pela natureza global, uma vez que as teorias adotadas baseiam-se em uma visão holística, que nos possibilita um conhecimento conjunto de cada caso.

Em síntese, pode-se constatar que o trabalho aqui desenvolvido é um estudo exploratório-descritivo, que se vale da metodologia do estudo de múltiplos casos, possuindo uma natureza global.

3.2.1 Estudo de caso: instituições participantes

A opção pelo estudo de caso, como metodologia básica desta dissertação, foi definida tendo em vista que a proposição desse estudo – o empreendedorismo entre classes sociais de baixa renda como uma das saídas para a inclusão social e profissional – é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo, ao longo de seu contexto na vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas (YIN, 2005, p. 32).

Explica-se a abordagem escolhida uma vez que as condições contextuais são adequadas e altamente pertinentes ao fenômeno em estudo nesta dissertação. Os três casos selecionados partem de objetivos sociais análogos – prefeituras que aderem a programas públicos e privados de fomento ao empreendedorismo para população de baixa renda, desempregados e aqueles que estão no mercado informal de trabalho – e promovem capacitação, treinamento e preparação de grupos que atuam em “arranjos produtivos locais”, associações e cooperativas que

contam com fomentos de incentivos fiscais e outros auxílios. Assim sendo, uma vez que fenômeno e contextos não são sempre discerníveis nas situações do cotidiano e da vida real, tornam-se necessárias estratégias de coleta e análise de dados para dar conta das muitas variáveis de interesse e da diversidade de fontes de evidências.

Resumindo, o estudo de caso como estratégia de pesquisa propõe um método que reúne procedimentos vários: a lógica de planejamento, as estratégias técnicas de pesquisa, a coleta de dados e as abordagens específicas para a análise dos mesmos, configurando-se como uma “estratégia de pesquisa abrangente” (YIN, 2005, p. 33).

Os três estudos de caso selecionados para fundamentar o desenvolvimento desta dissertação são três programas que desenvolvem projetos para implantar e apoiar associações e cooperativas ligadas às prefeituras, para geração de renda: o caso do Itaim Paulista, o caso de São José dos Campos e o caso de Tarumã, que serão descritos, sucintamente, para justificar e explicar as estratégias de pesquisa a serem desenvolvidas.

O primeiro caso selecionado para estudo é o projeto da subprefeitura do Itaim Paulista (bairro paulistano), com a parceria da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), intitulado: **Desenho e implantação de projetos-piloto de arranjos produtivos locais e suas oportunidades de geração e ocupação e renda** (Relatório de janeiro de 2007). Foram selecionados para análise quatro “Câmaras temáticas” (nomenclatura utilizada no Relatório do Projeto Itaim):

1. Organização dos grupos produtivos;
2. Reciclagem (com duas cooperativas “Caminho Certo” e “Félix”);
3. Confecção e Moda (com duas cooperativas em formação “Sol nascente” e “Grupo Lídia”);
4. Alimentação.

O segundo caso é o da Prefeitura de São José dos Campos que, desde 1996, dentro da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, criou a Sala do Empreendedor, com uma série de ações e estratégias para incentivar, promover e acompanhar atividades empreendedoras coletivas (associações, cooperativas e outras) e individuais, visando desenvolver o empreendedorismo como saída para pessoas de baixa renda.

Em 1998, foi inaugurado o Banco do Empreendedor Joseense (BEJ), que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada pela Prefeitura de São José dos Campos para oferecer suporte financeiro aos pequenos empreendedores (formais e informais) que tenham condições de desenvolverem atividades geradoras de renda.

O BEJ viabilizou-se através de parcerias entre a prefeitura do município, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), a Associação Comercial e Industrial e a Fundação Valeparaibana de Ensino. Configura-se uma ação conjunta entre a prefeitura e a sociedade civil, dentro de um planejamento participativo do município.

Foram entrevistadas autoridades promotoras das ações, bem como usuários presentes e passados da Sala do Empreendedor, do BEJ e de outras ações para viabilizar a avaliação das políticas de desenvolvimento sócio-econômico.

O terceiro caso é o da prefeitura de Tarumã, cidade do interior de São Paulo, intitulado **Ações inovadoras – geração de renda**, iniciado em 2002 com a parceria do SEBRAE. Como prêmio pela sua *performance*, a prefeitura de Tarumã obteve por duas edições consecutivas o selo de “Prefeitura Empreendedora”, premiação desenvolvida pelo SEBRAE e denominado Prêmio Mário Covas. Em decorrência dessa premiação, o município foi contemplado com uma série de ações promovidas pelo SEBRAE, com o objetivo de preparar empreendedores, estimular formação de cooperativas e promover a sustentabilidade. Os projetos sociais implantados continuam em plena atividade até hoje (Relatório 2007). Foram selecionados os projetos temáticos:

1. Cooperativa de Costura;
2. Associação de Artesanato;
3. Associação de Culinária;
4. Cooperativa de Construção Civil.

O SEBRAE organizou durante o ano de 2003 uma série de cursos e treinamentos tais como: “Atitudes e comportamentos do líder”; “Como e porque planejar”; “Plano de desenvolvimento pessoal”; “Como tomar decisões e conduzir reuniões”; “A importância da comunicação e do ‘Saber’ comunicar”; “Processos de negociação”.

Outros cursos foram ministrados pelo SENAI: “Empreendedorismo”; “Formação básica para instrutores de treinamento”, “Técnicas de venda no varejo”, entre outras.

3.2.2 Coleta de dados

Tendo em mente que uma pesquisa com base em estudo de caso precisa criar sua própria metodologia, adequando as estratégias propostas aos resultados e conclusões do estudo, configurou-se um plano lógico de atividades, partindo de um conjunto inicial de questões a serem respondidas a um conjunto de conclusões/respostas a essas questões. Foram adotados os seguintes procedimentos:

1. Organização e levantamento da estrutura dos programas, baseados nos relatórios das prefeituras, enfocando itens como: coleta de dados do desenho original, etapas de realização, público- alvo, participantes efetivos e resultados do relatório.
2. Entrevistas pessoais com os dirigentes das prefeituras e pessoas-chave ou representativas de cada setor envolvido (ver Apêndice – formulário/entrevista). Questões não estruturadas. Gravação dos depoimentos.
3. Aplicação de questionários com questões básicas para monitores, coordenadores e tutores dos programas.
4. Questionários com questões fechadas para os participantes das Câmaras e Projetos Temáticos, procurando verificar o impacto da implantação, os resultados e a continuidade das atividades propostas, os incentivos recebidos e sua aplicação, bem como a projeção de uma possível sustentabilidade.
5. Entrevistas com os responsáveis atuais das Câmaras Temáticas da subprefeitura do Itaim Paulista e dos Projetos Temáticos do Programa de Tarumã.
6. Levantamento e análise de dados obtidos na aplicação dos questionários e entrevistas.

7. Cruzamento dos dados obtidos na pesquisa com os resultados dos relatórios para verificar pontos convergentes e divergentes.
8. Levantamento das dificuldades principais encontradas no processo e dos principais facilitadores.
9. Relatório final com a amostragem da situação atual de cada projeto.

Em todos os questionários, levantamentos e análises estarão sendo enfocados:

- principais dificuldades e desafios a serem vencidos;
- efetividade dos programas analisados;
- principais usos dos programas e políticas públicas utilizados;
- educação para o empreendedorismo;
- sugestões e caminhos para atuação no empreendedorismo social.

Foi feita uma seleção dos participantes a serem entrevistados: prefeitos, coordenadores gerais preencheram questionários estruturados com perguntas fechadas e abertas e foram entrevistados pessoalmente; os tutores, coordenadores das associações e participantes (alunos e cooperados) responderam aos questionários (modelos no Apêndice) para avaliação dos resultados dos programas. Todos os entrevistados receberam uma carta de acompanhamento, explicando os propósitos, a razão e o destino dos questionários enviados e seu aproveitamento em um trabalho acadêmico.

3.3 Instrumentos para a realização da pesquisa

Foram utilizados para realização dessa pesquisa os relatórios das Prefeituras dos Programas selecionados; entrevistas para os dirigentes e representantes de cada setor; questionários para os participantes (alunos, associados e integrantes das cooperativas), tendo em mente a produção e análise de dados objetivos, resultantes de participação direta dos interessados.

Utilizou-se a “Técnica do Incidente Crítico” (FLANAGRAN, 1954, p. 335), amplamente utilizado para gerar dados qualitativos:

Embora seja chamada de arte, não se trata de um conjunto de regras rígidas, mas de um grupo flexível de princípios que devem ser modificados e adaptados de acordo com as circunstâncias (COLLINS; HUSSEY, 2005, p. 156).

As questões elaboradas configuram-se por meio de perguntas de final aberto, relacionadas a áreas vitais de interesse do projeto. As respostas obtidas envolvem tipos simples de julgamentos sobre o propósito das atividades, o empenho da equipe, os objetivos atingidos, pontos positivos e negativos e as principais dificuldades encontradas para a realização dos projetos.

A natureza exploratório-descritiva do presente estudo levou-nos a optar por estratégias que se caracterizam por certa flexibilidade e foram adaptadas com o decorrer dos trabalhos para atender às necessidades da pesquisa.

Desse modo, decidiu-se pelo emprego da entrevista pessoal para a coleta de dados, para a aplicação de questionários com roteiros previamente elaborados. Foram realizadas duas etapas, sendo a primeira delas entrevistas com gestores, professores, prefeitos e organizadores em geral, e a segunda com os beneficiários de cada programa, com questionários distribuídos para todos os participantes cadastrados.

Resumindo, o estudo dos casos baseou-se na análise dos relatórios das prefeituras, das entrevistas com os prefeitos e líderes dos programas e da análise de questionários específicos de cada grupo de participantes. Assim sendo, foram utilizadas as seguintes fontes:

- a) relatórios dos Programas Municipais selecionados;
- b) entrevistas com os prefeitos e líderes dos programas;
- c) questionários para assistentes, conselheiros e coordenadores;
- d) questionários para Monitores;
- e) questionários para os beneficiários dos programas.

Os questionários foram direcionados às pessoas-chave, que responderam pelos programas (prefeitos e coordenadores gerais). As respostas geraram perguntas abertas finais, relacionadas às áreas de vital interesse no projeto. As respostas finais, envolvendo tipos simples de julgamentos sobre o propósito de comprometimento nas atividades em grupo, objetivos alcançados e resultados,

positivos ou negativos, foram consideradas na conclusão do trabalho. As maiores dificuldades encontradas na implementação dos projetos também foram levantadas.

Todos os questionários utilizados neste trabalho encontram-se à disposição para consulta no Apêndice.

3.3 Limitações da pesquisa

Esse estudo, abordando o empreendedorismo e políticas públicas municipais como uma das saídas para transformar necessidades em oportunidades para as classes sociais de baixa renda, tem como uma das suas limitações a amplitude do conceito de empreendedorismo e a necessidade de verticalizá-lo em função do escopo específico da pesquisa realizada.

Em sentido amplo, o empreendedorismo e suas definições aqui empregadas (CANTILLON, 1755; MARSHAL, 1890; SCHUMPETER, 1934, 1942; DAVID, 2004; ACS AND SZERB, 2008) estão na base conceitual dos estudos e ações da Economia Solidária (SINGER, 2002), da geração de renda e busca do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2008), dos investimentos e teorias acerca do microcrédito (YUNUS, 2000), que interagem e perpassam as atividades desenvolvidas pelas prefeituras de Tarumã e São José dos Campos e pela subprefeitura do Itaim Paulista, devidamente inseridas no planejamento integrado e sustentável do município, como preconizam Lopes (1998) e Vergara (2004), visando a inserção da população de baixa renda na economia local e no mercado profissional.

O desenvolvimento teórico e a análise dos assuntos supracitados dariam elementos para vários outros trabalhos acadêmicos e, assim sendo, foram utilizados e relacionados somente em suas acepções específicas para os estudos de caso aqui desenvolvidos. Ressalte-se que o aprofundamento de cada uma das linhas teóricas aqui apresentadas pode ser a sugestão para novos estudos na área.

Configuram-se, também, como limitações, as restrições e dificuldades inerentes aos métodos e técnicas utilizados nos estudos de caso, uma vez que os dados coletados de fontes diversas podem ser processados de forma equivocada ou subjetiva. Desta forma, estudos estatísticos que corroborem as conclusões desse trabalho tornam-se sugestões desejáveis para suprir as limitações inerentes aos estudos de caso.

Todos os cuidados foram tomados no tocante ao desenvolvimento dessa dissertação na escolha das fontes de pesquisa, suas origens, a oficialidade e a credibilidade dos dados utilizados, além das conotações para descobrir incoerências e contradições. Foi mantido o maior rigor para preservar a objetividade da aplicação dos questionários, em consonância com os conceitos e perspectivas teóricas previamente propostos, mesmo reconhecendo que não se pode assegurar total isenção nas opiniões dos entrevistados e nas conclusões do próprio pesquisador.

Os estudos de caso selecionados atenderam às intenções previstas na pesquisa de escolher três amostras de diferentes comunidades: um município de pequeno porte, com economia mais ligada ao agronegócio (Tarumã); um município de grande porte, com economia industrializada e ligada à inovação e pesquisa (São José dos Campos) e uma subprefeitura de uma grande metrópole (São Paulo, subprefeitura do Itaim Paulista). Reconhecendo, embora, as limitações decorrentes da opção por uma subprefeitura (que não tem a mesma autonomia de um município, tanto de verbas quanto de eleição de seus governantes, entre outras), a escolha baseou-se no fato de a Câmara de Animação Econômica do Itaim Paulista ser uma ação específica de uma das subprefeituras de São Paulo, com planejamento próprio, captação de verbas e execução direta. Cada um dos casos poderá, por si só, constituir-se em sugestão para aprofundamento em pesquisas futuras, tanto nas áreas de Economia e Administração Pública e Privada, como nas áreas de Sociologia, Direito, Educação e Cultura.

Cumprido destacar que, apesar das limitações inevitáveis em qualquer pesquisa, notadamente as que se apóiam em estudos de caso, os resultados obtidos podem ser usados como base para futuros estudos e análises que ressaltem a necessidade de políticas públicas inseridas no planejamento integrado e sustentável dos municípios, onde os principais problemas para a erradicação da pobreza e desenvolvimento integrado local podem ser enfrentados, por meio do apoio continuado ao empreendedorismo, protagonismo e educação empreendedora junto à população de baixa renda.

4 PLANEJAMENTO MUNICIPAL PARTICIPATIVO E INSERÇÃO SOCIAL

4.1 Considerações iniciais

Os municípios brasileiros, como já foi dito anteriormente, são considerados juntamente com a União, os Estados e o Distrito Federal, entes estatais pela Constituição de 1988 (BRASIL, 2003). Assim sendo, os governos municipais são responsáveis pela administração e pelo desenvolvimento de suas cidades, ou seja, estão na condição de articuladores de recursos, negociadores, mediadores e acima de tudo defensores dos interesses sociais, econômicos, políticos e de qualidade de vida das populações sob sua responsabilidade.

O governo municipal tem um papel de alta relevância pela sua situação privilegiada para mobilizar recursos e coordenar esforços para conseguir uma gestão bem sucedida e competente. Não se pode, porém, atribuir-lhe o papel de único responsável pela gestão municipal.

Autores como Bava (2000), Vaz (2000) e Reston (2004) destacam que só se promove um desenvolvimento sustentável e integrado e se resolvem, ainda que minimamente, os problemas sociais com a ação coordenada e interativa do governo, da sociedade civil e do setor privado. É preciso partir das reivindicações da sociedade por meio de instrumentos de participação efetiva, para criar programas de inclusão social e econômica, recolher informações, demandas e sugestões visando à consecução de um planejamento e orçamento participativo, com ações pautadas na transparência, na interação entre a sociedade civil e o governo.

É indispensável que os municípios organizem seu planejamento de modo intencional, construindo o futuro da comunidade de forma orientada, integrada e participativa, partindo de pesquisas e estudos sobre as necessidades, carências e características municipais positivas e negativas e propondo procedimentos para administrar o processo ao longo do tempo. As administrações municipais devem estar em constante interação com a comunidade, procurando atingir um desempenho eficiente e eficaz para promover o desenvolvimento local.

O planejamento integrado e sustentável dos municípios só se viabiliza quando existe a participação dos segmentos da sociedade civil. Ainda que instrumentos legais como a Lei Orgânica do Município, prevista na Constituição de 1988 (BRASIL, 2003) e o Estatuto da Cidade em seus artigos 43 a 45 (BRASIL, 2001) incorporem a

idéia de participação dos cidadãos nos processos decisivos de política urbana e a obrigatoriedade da participação popular no planejamento municipal, é preciso definir os instrumentos que possibilitem a consecução dessas metas.

Vaz (2000) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) (2002) relacionam alguns desses instrumentos, tais sejam: audiências e consultas públicas, conferências e conselhos de política urbana nacionais, estaduais e municipais e obrigatoriedade de implementar um Orçamento Participativo do Município, e abordam a necessidade de transparência e interatividade entre o poder público e a sociedade civil. Assim sendo as Associações Comunitárias assumem um papel relevante, representando interesses específicos de bairros, associações de moradores, usuários de determinados serviços (Associação de Pais e Alunos, entre outros).

O Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) (2003) encomendou um estudo sobre o orçamento participativo demonstrando a eficácia desse instrumento para promover a autonomia do município, contribuindo para aumentar a equidade social, objetivo prioritário do BID. Cabe aqui inserir os programas de inclusão social os mais distintos, principalmente os que incentivam o empreendedorismo em cooperativas, associações comunitárias, através dos incentivos, acompanhamento e apoio das políticas públicas.

A funcionalidade do Orçamento Participativo está diretamente associada ao tamanho dos municípios. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000) classifica os municípios brasileiros em pequeno, médio e grande porte. Os municípios de pequeno porte são separados em duas classes: 1) Até 5.000 habitantes e 2) de 5.001 a 20.000 habitantes. Nos primeiros (1) predominam as funções religiosas e administrativas, voltadas às necessidades da vida rural, diretamente ligadas a uma economia de pequenas propriedades, unidas por cooperativa ou por uma grande propriedade, base da organização socioeconômica da região. Os segundos (2) são decorrentes da modernização e de novas tecnologias empregadas na agricultura, com instalação de importantes indústrias agrícolas (*agrobusiness*) com crescente demanda por trabalho, consumo, educação e lazer e solicitações de insumo, créditos agrícolas e mão de obra. Tarumã, um dos estudos de caso desta pesquisa, insere-se na classe 2, dependendo, em grande parte, das usinas de cana e grandes propriedades agrícolas instaladas no município.

Os municípios médios dividem-se também em duas classes: 1) de 20.001 a 50.000 habitantes e 2) entre 50.001 e 100.000 habitantes. Nesses municípios encontram-se altos índices de qualidade de vida, destacando-se o desenvolvimento cultural rápido, a formação de riquezas (advindas da modernização das indústrias), a modernização do campo e o desenvolvimento de indústrias agrícolas.

O orçamento participativo revela-se de grande utilidade na gestão municipal de regiões como essas, onde, muitas vezes, encontramos centros de pesquisa, universidades e maior redistribuição de rendas proveniente do comércio, prestação de serviços e pequenas empresas.

Os municípios grandes subdividem-se em três classes: 1) de 100.001 a 500.000 habitantes; 2) de 500.001 a 1.000.000 de habitantes e 3) com mais de um milhão de habitantes.

São municípios com desafios próprios, com problemas e soluções particulares. Seu crescimento territorial é muitas vezes desordenado, criando as periferias com problemas diversos tanto sociais, ambientais, como educacionais, permeados pela violência, pela carência e marginalidade de sua população.

O Planejamento Integrado e Sustentável dessas metrópoles, ainda que indispensável, é um grande desafio às administrações municipais, com interesses conflitantes e com uma urbanização que desafia, permanentemente, o meio ambiente, além de apresentar um quadro sério de exclusão social, com marginalização de grandes segmentos da população.

O município de São José dos Campos e a subprefeitura do Itaim Paulista, selecionados para estudo de caso, inserem-se na classificação acima, como municípios grandes de nível 2. Destaque-se, obviamente, que a cidade de São Paulo, onde se insere a subprefeitura do Itaim Paulista, é um grande município de nível 3 – metrópole.

É nesses municípios que os Programas de Inclusão Social podem exercer um papel altamente relevante, com preparação e projetos especiais para colocação da população de baixa renda, tanto no aumento da empregabilidade em empresas já constituídas (capacitação e qualificação profissional), quanto em projetos de incentivo ao empreendedorismo, possibilitando a formação de cooperativas e associações de trabalhadores com apoio, incentivo e aplicação de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais de inclusão social e profissional. Consegue-se, com projetos sociais, ampliar o mercado de trabalho e diminuir a marginalidade

gerada pelo desemprego e pelas baixas ou mínimas condições de vida das periferias e dos nichos de baixa renda presentes na cidade, alguns deles inclusive alcançando o nível de pobreza absoluta de menos de US\$1/dia por pessoa (SACHS, 2005). É indispensável que a administração municipal organize um planejamento integrado e sustentável com a participação da população. É preciso pensar, na preparação de pessoal qualificado para participar e intervir na administração municipal, uma vez que só se conseguem resultados duradouros, gerenciando pessoas que possam integrar com eficiência os conselhos municipais (CHIAVENATO, 1997).

Entende-se nesta dissertação como desenvolvimento integrado e sustentável um processo político-participativo, que envolve os vários segmentos constitutivos do município: segmentos econômico-financeiros, socioculturais, demográficos, ambientais e de saneamento e jurídico-legais, unindo administração pública e sociedade civil. Caracteriza-se pela capacidade de sustentabilidade a médio e longo prazo; pela presença de articulações seletivas, adequações e adaptações às novas situações ligadas às particularidades regionais dos meios interno e externo e pela capacidade de desenvolver-se no contexto em que se insere, criando projetos sociais e promovendo ações que visem o bem comum.

Privilegia-se a meta de qualidade de vida, com educação e saúde cada vez mais ao alcance de todos, com condições de participar do mercado de trabalho e sobreviver com dignidade. BORBA (2002) frisa que qualidade de vida deve prever, entre outros índices: o nível de emprego, o acesso à educação, ao atendimento médico, à previdência social bem como opções culturais e de lazer.

Quanto à avaliação desses novos conceitos de desenvolvimento, humanitário e participativo, torna-se necessário pensar em novas formas de avaliação e novos indicadores que envolvam os aspectos sociais, ambientais e de sobrevivência da população.

O índice mais divulgado, para dar conta das preocupações sociais que caracterizam nossos tempos, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelos economistas Nahbub ul Haq e Amartya Sem, em 1990, disseminado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Mede o grau do desenvolvimento humano, englobando além do rendimento (renda percapita/PIB, índice de pobreza), o grau de maturidade educacional (alfabetização de adultos e matrícula universal para Educação Básica em seus três níveis) e a longevidade da

população (expectativa de vida e taxa de mortalidade infantil). O índice varia de 0 a 1, considerando-se o primeiro como nenhum desenvolvimento humano e o segundo como desenvolvimento humano total.

Países com medições de IDH até 0,499 são considerados países com baixo desenvolvimento humano; índices de 0,500 a 0,799 são considerados médios e países com IDH maior de 0,800 possuem um alto índice de desenvolvimento humano. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2003).

Ressalta-se a constante preocupação com o social, presente tanto nos documentos legais e constitucionais do Brasil como também nos anseios da sociedade civil, que reivindica, cada vez mais, seu direito de participar da administração municipal.

Assim sendo, os programas públicos de incentivo ao empreendedorismo como saída para populações de baixa renda devem estar inseridos no Planejamento Integrado e Sustentável da Municipalidade, desenvolvendo parcerias com universidades, associações, clubes de serviço, comunidades e contando com o apoio de órgãos creditícios e com os incentivos públicos nacionais, estaduais e municipais. Desse modo poderá inserir-se, com pertinência, no mercado de trabalho regional, com continuidade e acompanhamento dos participantes pela administração pública, única maneira de conseguir sucesso e resultados concretos e duradouros, praticando, realmente, a inclusão social que possibilitará maior qualidade de vida à população local e regional.

4.2 Os municípios brasileiros: recursos financeiros

Os recursos financeiros dos municípios são constantemente discutidos pelos poderes públicos em todos os seus níveis, uma vez que, apesar da municipalização prevista na Constituição de 1988 (BRASIL, 2003) e do fortalecimento dos municípios, o aporte de verbas, destinadas constitucionalmente aos governos municipais, viu-se prejudicado pela transferência de parte das responsabilidades da União e Estado, como aconteceu com a municipalização da Saúde e da Educação Infantil, sem a respectiva transferência de recursos. Assim sendo, os municípios têm lutado por reformas tributárias, reivindicando o cumprimento do pacto federativo previsto constitucionalmente.

As receitas municipais estão constituídas por: (a) Imposto sobre a Propriedade Predial e territorial Urbana – IPTU; (b) Imposto sobre Transmissão Onerosa Intervivos de Bens Imóveis – ITBI; (c) Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS; (d) Taxas resultantes do exercício do poder de polícia municipal (concessão de licenças, fiscalização, etc) ou pela prestação de serviços públicos de competência do Município (limpeza urbana, coleta de lixo, etc); (e) Tarifas ou preços pela prestação de serviços de natureza econômica (água, esgoto, mercados, matadouros, etc); (f) Contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública; (g) Contribuição de melhorias decorrentes de obras públicas municipais; (h) rendas patrimoniais do Município; e (i) Participação em tributos federais e estaduais. (KIECKHÖFER, 2005).

O aporte de recursos estaduais e federais para os municípios é regido por critérios e determinações legais estabelecidas pela Constituição Federal, uma vez que todos têm direito a um mínimo de receita, indispensável para manutenção de sua administração.

Temos assim o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), oriundo de uma participação de 22,5% do total de impostos federais sobre a renda e sobre produtos industrializados, reservado aos municípios. Configura-se, portanto, um sistema de tributos compartilhados que prevê também participação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), que pode representar a mais importante fonte de renda, principalmente para municípios mais prósperos, de médio ou grande porte. Empréstimos internos e externos podem ser contratados pelos municípios, desde que respeitada a capacidade de endividamento do município e, quando são empréstimos externos (internacionais), torna-se necessária a aprovação do Senado Federal. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem linhas de crédito especiais para apoiar projetos, empreendimentos e programas municipais.

Para exercer maior controle e possibilitar melhor gestão financeira do governo, em seus diversos níveis, foi criada a **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2002), garantindo boa aplicação dos recursos públicos e empréstimos, evitando a irresponsabilidade de construção de obras e

programas de governo que ultrapassem os recursos disponíveis e não estejam realmente ligados ao atendimento dos interesses e necessidades da população.

Outros mecanismos de controle dos gastos municipais estão sendo implementados, tanto nas esferas federal quanto estadual, condicionando empréstimos e transferências de recursos orçamentários da União e do Estado aos municípios que estejam organizando seus planejamentos de gestão de forma integrada e sustentável, construindo um modelo administrativo eficiente e responsável, capaz de garantir o desenvolvimento e progresso do município.

É indispensável que as administrações municipais preocupem-se em tomar conhecimento de situações irregulares, detectar nichos de pobreza e desemprego com sérios problemas de violência e tráfico de drogas, pensando seriamente em projetos educacionais, programas de inclusão social, criação de empregos, promovendo o empreendedorismo social com a criação de associações e cooperativas, com incentivo, apoio e acompanhamento pelos órgãos municipais.

O Planejamento do Município deve prever os projetos sócio-educacionais necessários para o desenvolvimento integrado e sustentável da região sob sua administração. As ações do poder público somente serão eficazes se respeitarem as expectativas, as novas referências de valor inerentes às mudanças contextuais que ocorrem em sua gestão e que são detectadas por meio da participação da população, tanto direta, quanto por meio das principais entidades e segmentos da sociedade civil nos processos de planejamento e orçamento.

4.3 Gestão municipal participativa e inclusão social

A gestão municipal participativa, incentivada e prevista em documentos legais federais e estaduais - Constituição de 1988, Lei de Responsabilidade Fiscal, Estatuto da cidade (BRASIL, 2001) - está baseada na participação popular nos processos de planejamento e orçamento, marcados pela transparência e tendo como questão central a distribuição do poder de tomar decisões, as ações conjuntas com representantes de entidades e segmentos da sociedade civil, visando definir prioridades locais, tomar decisões sobre a utilização dos recursos disponíveis e definir e implementar políticas públicas que beneficiem a população.

Configura-se uma nova relação Estado e Sociedade Civil que se baseia em uma reforma do Estado, a partir de suas bases, partindo de pressões e demandas

da Sociedade Civil. Surge um novo modelo de gestão municipal, que tem como elementos constitutivos a democratização da gestão pública, a descentralização do Estado, a transparência nas ações governamentais, a participação dos cidadãos nas propostas, gestão e controle da administração pública.

Garante-se, ainda, com o envolvimento da população, maior possibilidade de manutenção dos programas inovadores de desenvolvimento, que não podem ser encerrados a cada nova mudança eleitoral, uma vez que o acompanhamento e participação dos interessados serão um obstáculo a sua descontinuidade.

A Constituição de 1988 (BRASIL, 2003) prevê que na Lei Orgânica, que cada Município deve adotar, obrigatoriamente, entre outros princípios, a “cooperação das associações representativas no planejamento municipal”, como rege o art. 29, XII, p.35.

A participação popular está prevista, ainda, no Estatuto da Cidade, (BRASIL, 2001), na proposta de participação direta e universal dos cidadãos nos processos decisórios da política municipal. São definidos para consecução desse propósito instrumentos como [...] “audiências e consultas públicas, conferências e conselhos de política urbana nos âmbitos nacional, estadual e municipal; além da obrigatoriedade de implementação do Orçamento Participativo” [...] (KIECKHÖFER, 2005)

Como se pode deduzir do que foi dito, o processo de democratização da gestão pública e a consecução de um planejamento participativo, que se preocupe com a inclusão social, dependem, fundamentalmente, do envolvimento da sociedade local e de políticas públicas de apoio e incentivo. Mecanismos institucionais precisam ser criados pela administração municipal para regulamentar a participação da sociedade civil no processo de formulação e avaliação da política, da sua implementação e execução, garantindo ao povo os direitos de informação e envolvimento.

Essas intervenções nos processos de administração local exigem um longo prazo, mas devem ser implantadas por etapas, concretizando-se em ações e práticas que promovam tanto mudanças imediatas na relação governo/sociedade civil quanto mudanças a médio prazo que tragam soluções para a melhoria da qualidade de vida do município e proponham ações inovadoras que criem novas oportunidades de inclusão social e diminuição da pobreza, com maiores chances de inclusão no mercado de trabalho da população carente.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TRÊS MUNICÍPIOS SELECIONADOS PARA OS ESTUDOS DE CASO

5.1 Considerações iniciais

Os três municípios selecionados como estudos de caso desta pesquisa, subprefeitura do Itaim Paulista, prefeitura de São José dos Campos e prefeitura de Tarumã – foram escolhidos em função de três pontos fundamentais para o desenvolvimento dos estudos propostos.

Primeiramente, houve necessidade de pesquisar, entre as prefeituras que aderiram às políticas públicas e privadas de fomento ao empreendedorismo, uma subprefeitura de um bairro carente em cidade de grande porte, nível 3 (São Paulo), o Itaim Paulista, uma prefeitura de cidade de grande porte, nível 2 (São José dos Campos) e uma prefeitura de cidade de pequeno porte, nível 2 (Tarumã), uma vez que a funcionalidade dos programas desenvolvidos liga-se ao Planejamento Integrado e Sustentável dos Municípios e ao Orçamento Participativo e depende, diretamente, do tamanho e características regionais do município.

Em segundo lugar, foi preciso escolher municípios onde projetos especiais para inclusão sócio-econômica fossem previstos pelo Planejamento Integrado do Município, visando ampliar as possibilidades da população de baixa renda, providenciando sua colocação, tanto através do aumento da empregabilidade em empresas já existentes (capacitação e qualificação profissional), quanto em projetos de incentivo ao empreendedorismo (formação de cooperativas, associações de trabalhadores), com apoio, incentivo e aplicação de políticas públicas e privadas de erradicação da pobreza.

Considerou-se, ainda, como terceiro ponto fundamental, a preocupação com a qualidade de vida, com o oferecimento de melhores condições de educação e saúde bem como a oportunidade de participação no mercado de trabalho, com programas objetivos e bem estruturados de apoio à população de baixa renda e melhoria das suas condições de sobrevivência, que caracterizam as ações das prefeituras das três cidades, premiadas com o título de Prefeito Empreendedor do SEBRAE.

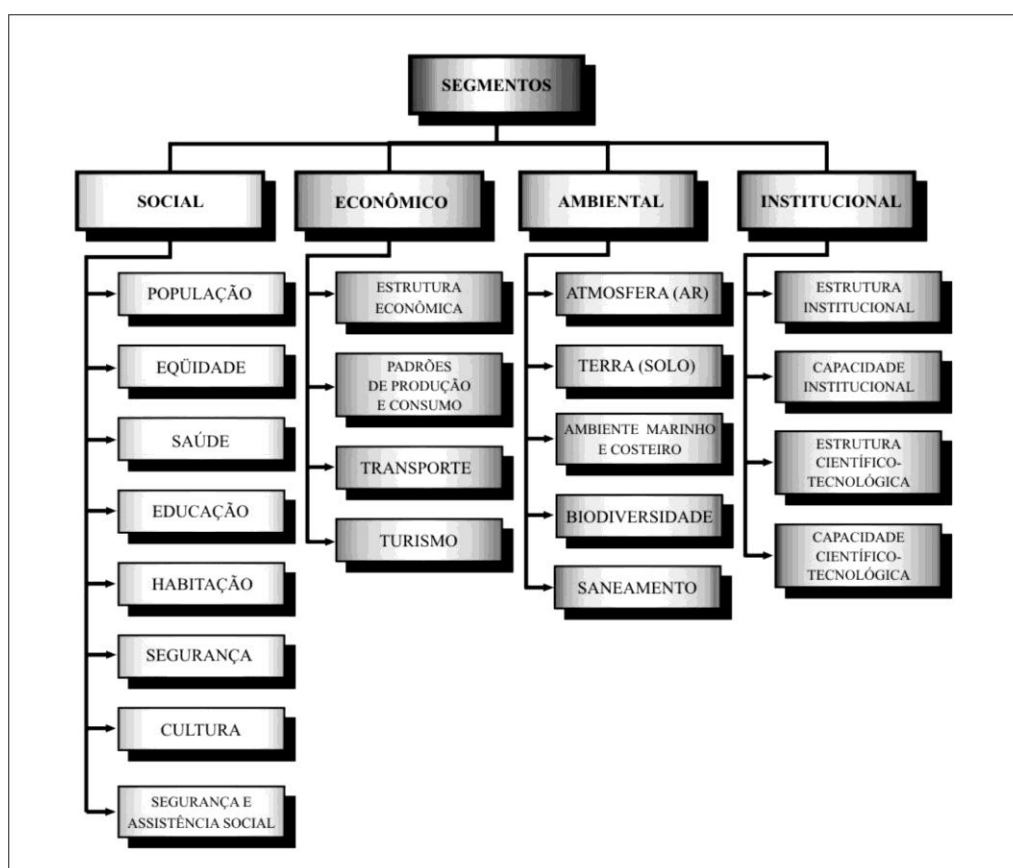
Assim sendo, torna-se indispensável, para melhor compreender e avaliar os estudos de caso em pauta neste trabalho, uma contextualização dos municípios

envolvidos, com seus segmentos, setores, variáveis e indicadores de desenvolvimento sustentável.

5.2 Elementos da descrição dos municípios

Estamos considerando os segmentos e setores sugeridos por Kieckhöfer (2005, p. 96) para melhor conhecer e contextualizar as cidades onde se inserem os Programas de incentivo ao empreendedorismo aqui pesquisados.

Temos assim :



Quadro 3 – Organograma dos segmentos do desenvolvimento sustentável e seus setores
Fonte: KIECKHÖFER, 2005, p. 96

No **SEGMENTO SOCIAL** (KIECKHÖFER, 2005) são enfocados os seguintes setores:

- no setor **População** serão considerados os indicadores de densidade populacional e taxa de crescimento da população;

- no setor **Equidade**, os indicadores serão: concentração de renda, taxa de desemprego e rendimento familiar, taxa de desemprego e rendimento familiar “per capita” (por sexo, cor, raça);
- no setor **Saúde** são indicadores: as taxas de natalidade, mortalidade infantil, acesso à saúde, imunização e vacinação de crianças e idosos;
- no setor **Educação** temos como indicadores: escolaridade, taxa de escolarização, taxa de alfabetização (por cor, raça), despesas públicas com educação, número de escolas municipais de Ensino Infantil e Educação Fundamental e de escolas estaduais.
- Os indicadores para **Habitação** serão: número de moradores com domicílios permanentes, moradores de rua, projetos de moradias populares;
- O setor **Segurança** tem como indicadores: índices de criminalidade, coeficientes de mortalidade por homicídio, processos-crime de menores reclusos;
- Os indicadores para o setor **Cultura** serão: número de bibliotecas públicas e bibliotecas escolares (número de usuários), número de museus, teatros e centros culturais;
- No setor **Segurança e Assistência Social** serão indicadores: despesa pública municipal com assistência social; beneficiários ativos e pensionistas do sistema social, programas de assistência ao menor e ao idoso.

O **SEGMENTO ECONÔMICO** (KIECKHÖFER, 2005) trata dos desempenhos econômico e financeiro com os impactos do consumo de recursos materiais, o uso de energia primária, os processos produtivos e as características regionais. Os setores ligados a esse segmento são:

- **Estrutura Econômica** tendo como indicadores: o produto interno bruto “per capita”, a taxa de investimento, a balança comercial, o grau de endividamento;
- **Padrões de Produção e Consumo** têm como indicadores: oferta de fontes renováveis de energia, consumo de energia “per capita”, reciclagem, coleta seletiva de lixo, rejeitos radioativos, geração e armazenamento.;
- **Transporte** tem como indicadores: a intensidade da frota automobilística (porcentagem da população que possui carro) e estrutura da rede viária;
- **Turismo** tem como indicadores: intensidade turística, projetos e programas municipais de turismo comercial, tecnológico, ambiental e educacional.

O **SEGMENTO AMBIENTAL** (KIECKHÖFER, 2005) diz respeito ao uso de recursos naturais, a preservação ambiental, a luta contra a degradação e poluição ambiental, a luta contra a degradação e poluição de nascentes e matas nativas, tendo como objetivo a conservação de um ambiente saudável para as futuras gerações.

São considerados nesse tópico os setores:

- **Atmosfera** tendo como indicadores: concentração de poluentes do ar em áreas urbanas, consumo industrial de substâncias destruidoras das camadas de ozônio;
- **Terra** (solos) que pode ser avaliada por indicadores como: terras aráveis, uso de fertilizantes, uso de agrotóxicos, queimadas e incêndios florestais, desflorestamento e reflorestamento;
- **Ambiente marinho e costeiro** não será considerado nesta pesquisa, uma vez que os municípios estão no interior de São Paulo;
- **Biodiversidade** tem como indicadores: espécies extintas e ameaçadas de extinção, áreas protegidas, pesquisas acadêmicas;
- **Saneamento** tem como indicadores: acesso ao serviço de coleta ao lixo doméstico, destruição e tratamento do lixo, acesso ao sistema de abastecimento de água; acesso a rede de esgoto, tratamento de esgoto.

O **SEGMENTO INSTITUCIONAL** (KIECKHÖFER, 2005) dos indicadores de desenvolvimento sustentável engloba orientação política, mudanças necessárias para implementação de um desenvolvimento participativo, organização de estrutura, desenvolvimento da capacidade científica nos setores de ciências e tecnologia.

O segmento em pauta organiza-se com os seguintes setores:

- **Estrutura e capacidade institucional** são avaliadas pelos indicadores: ratificação de acordos globais, gastos públicos com proteção e educação ambiental, empregos e funcionários na área ambiental, participação de organizações não governamentais ambientais (ONGs) Agendas 21 locais, sistemas de gestão ambiental, acesso à informação escrita.
- **Estrutura científico-tecnológica** tem como indicadores: titulares de diplomas universitários, número de instituições de Ensino Superiores, doutores e mestres;

- **Capacidade científico-tecnológica** tem como indicadores: perfil das instituições de ensino superior públicas e privadas do município, parques técnico-científicos, gastos com Pesquisa e Desenvolvimento, índices de realização tecnológica, centros mundiais de inovação tecnológicas.

Em função da evolução e desenvolvimento da sociedade em todos os seus níveis tornam-se necessárias modificações nas formas de avaliar e conhecer as condições do município em seus aspectos sociais, ambientais e educacionais, somando-se os econômicos e de inovação estrutural e tecnológica, fazendo dos indicadores do desenvolvimento sustentável as ferramentas de avaliação integrada dos municípios selecionados para os estudos de caso ora propostos. Torna-se possível, dessa forma, compreender melhor os programas estudados, inseridos nos contextos municipais com suas características e feições próprias. Desse modo passamos a realizar uma rápida descrição de cada um dos municípios, em seus diversos segmentos onde se inserem os programas de fomento ao empreendedorismo enfocados nesta dissertação.

5.2.1 Subprefeitura do Itaim Paulista

O distrito do Itaim Paulista situa-se no extremo leste do município brasileiro de São Paulo, no Estado de São Paulo. Encontra-se no Itaim Paulista a parte sul da Estação Itaim Paulista e a Estação Jardim Romano (a parte norte dessas estações pertence ao Distrito de Jardim Helena) da linha 12 da CPTM. Possui saídas para o município de Itaquaquecetuba através da Avenida Marechal Tito, Ferraz de Vasconcelos pela Rua Tibúrcio de Sousa ou Rua Itajuíbe, e Poá por uma ponte que passa sobre o córrego Três Pontes. Sua população é composta, essencialmente, por migrantes nordestinos (notadamente baianos e pernambucanos), com lojas, bancos, varejos, atacados, *shopping*, supermercados, hospitais e postos de saúde. Os evangélicos pentecostais têm presença marcante na comunidade assim como a população católica em grande número. Apresenta divergências socioeconômicas, mas possui ruas asfaltadas, e tem um bom saneamento básico. Foram inaugurados nos últimos anos o *Shopping Itaim Paulista*, melhorando as condições do comércio

local, e o Hospital Geral do Itaim Paulista, propiciando melhores condições de atendimento à saúde da população local.

Área de Ocupação: 12km²

Ruas pavimentadas + ruas não pavimentadas: 280km

Áreas ajardinadas: 492mil m²

Segmento Social

No segmento social da subprefeitura do Itaim Paulista consideraremos os setores população, saúde, educação, segurança, cultura e assistência social, cujos números podem ser conferidos no quadro n. 4.

Pode-se inferir pelos números do quadro, que o bairro possui uma predominância da população de sexo feminino, a escolaridade concentra-se no ensino fundamental e médio, e a maioria da população é da classe C (DNA PAULISTANO, 24/8/08).

A grande maioria da população (67%) vai ao trabalho a pé ou de ônibus. O bairro possui grande carência na área da educação, onde é preciso criar novas oportunidades para melhorar a qualidade de vida e empregabilidade da população (DNA PAULISTANO, 24/8/08).

Sexo/Idade	Itaim Paulista	Vila Curuçá	São Miguel	Vila Jacuí	Jardim Helena	Média Região
Homens	49%	50%	50%	49%	51%	50%
Mulheres	51%	50%	50%	51%	49%	50%
Idade Média (anos)	35,4	35,5	38,0	35,3	35,2	35,9

Escolaridade	Itaim Paulista	Vila Curuçá	São Miguel	Vila Jacuí	Jardim Helena	Média Região
Ensino Fundamental	46%	43%	40%	41%	43%	43%
Ensino Médio	45%	51%	46%	53%	52%	49%
Ensino Superior	10%	7%	14%	6%	5%	8%

Renda Familiar	Itaim Paulista	Vila Curuçá	São Miguel	Vila Jacuí	Jardim Helena	Média Região
até 2 Sal. Mínimo	34%	31%	33%	28%	36%	32%
2 S.M. a 3 Sal.Mínimo	22%	28%	20%	28%	25%	25%
3 S.M. a 5 Sal.Mínimo	22%	24%	19%	22%	24%	22%
5 S.M. a 10 Sal.Mínimo	11%	10%	16%	11%	11%	12%
acima de 10 Sal.Mínimo	3%	4%	7%	4%	2%	4%

Classe Social/Econômica	Itaim Paulista	Vila Curuçá	São Miguel	Vila Jacuí	Jardim Helena	Média Região
Classe A	1%	3%	1%	1%	1%	1%
Classe B	22%	25%	32%	26%	18%	25%
Classe C	67%	60%	57%	64%	68%	63%
Classe D	9%	10%	9%	8%	13%	10%
Classe E	1%	1%	1%	1%	0%	1%

Quadro 4 - Dados numéricos sobre a população: gênero, idade, escolaridade, renda familiar e classe social.

Fonte: DNA PAULISTANO, 24/8/2008.

Segmento econômico

O segmento econômico tem como setores a estrutura econômica, os padrões de qualidade de vida, o transporte e o turismo. Relacionam-se abaixo os quadros que oferecem uma visão pertinente dos dados numéricos dos setores.

O bairro possui 54% de população jovem, de 16 a 34 anos, o que indica a grande necessidade de oferecer oportunidades de trabalho, capacitação e qualificação profissional para colocação no mercado de trabalho dessa população. Segundo pesquisa na comunidade, a opção de lazer tem nota 2,2 (de 0 a 10); 37% gostaria de mudar do bairro e apenas 18% o consideram o melhor bairro para se viver. Os programas de incentivo ao empreendedorismo para a população de baixa

renda têm sido implementados e previstos no orçamento sustentável do município, com a participação da comunidade (DNA PAULISTANO, 24/8/08).

Segmentos Ambiental e Institucional

No âmbito segmento ambiental e institucional, a sub-prefeitura do Itaim Paulista tem trabalhado para melhorar as condições de saneamento básico e coleta de lixo e incentivar o respeito ao patrimônio histórico, contando com parcerias com o poder público municipal, estadual e federal, assim como empresas privadas, dedicando-se a melhoria da qualidade de vida no bairro. A “Chácara Biacica” é a única área verde preservada no Itaim Paulista. Foi tombada pelo Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo, mantendo-se até hoje como propriedade particular (DNA PAULISTANO, 24/8/08).

O segmento institucional prevê um planejamento participativo com orientação política voltada ao combate à pobreza, programas de capacitação e qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo (associações, cooperativas e ONGs), incentivando e acompanhando as ações realizadas com a população de baixa renda (Relatório da subprefeitura Itaim Paulista, 2007).

5.2.2 Prefeitura de Tarumã

O município de Tarumã localiza-se no oeste do Estado de São Paulo, tendo como vizinhos os municípios de Assis, Cândido Mota, Palmital, Florinea Paulista e Maracaí, entre outros, estando a menos de 50km da divisa do estado do Paraná, direção Londrina. A emancipação de Tarumã, entre outros fatores, decorre da presença ali do setor secundário, mais especificamente de agroindústrias ou outras periféricas de suporte a essas.

Contagem da População 2007: 12.298

Taxa de Crescimento Demográfico (% a.a): 1,44

Densidade demográfica (hab./km²): 366,5

Área da unidade territorial (km²): 304

Segmento Social

O município de Tarumã classifica-se, segundo dados do IBGE 2000 expostos no capítulo 4 (Planejamento municipal participativo e inserção social), como município de pequeno porte, nível 2, com até vinte mil habitantes. Oferece boas condições de empregabilidade, com saneamento básico e taxa de analfabetismo em 12,4%. Podemos verificar outros dados relevantes sobre os setores população, saúde, educação, habitação, cultura e assistência social nas informações numéricas a seguir:

Prefeitura: » Eleição de 2004¹: Oscar Gozzi (PFL)
 » Eleição de 2008²: Jairo da Costa E Silva (PSDB)

Área Territorial (2008)¹: 304 Km²

População (2008)¹: 12.573 habitantes no Município (41.139.672 habitantes no Estado de SP)

» População por Área ¹		
(2005)	MUN	Estado
urbana	92%	94%
rural	8%	6%
TOTAL	100%	100%

» Pop. por Gênero ¹		
(2008)	MUN	Estado
homens	51%	49%
mulheres	49%	51%
TOTAL	100%	100%

» População por Idade ¹		
(2008)	MUN	Estado
até 14 anos	24%	23%
de 15 a 29 anos	28%	26%
de 30 a 49 anos	31%	30%
50 anos ou mais	17%	21%
TOTAL	100%	100%

» Taxa de desemprego ⁴		
	MUN	Estado
	18%	17%

» Pop. por Tipo de Ocupação ³		
(2000)	MUN	Estado
Empregado	31%	31%
Conta Própria	5%	8%
Empregador	1%	1%
Outros ocupados	1%	0%
Desempregado	8%	9%
Não Econ. Ativo ³	36%	34%
Menor de 10 anos	19%	17%
TOTAL	100%	100%

	Município	Estado SP
» Taxa de crescimento da população (2008) ¹ :	2 %a.a.	1,34 % a.a.
» N° de eleitores (2008) ¹ :	9.490 eleitores	29.143.392 eleitores
» Taxa de analfabetismo (2000) ¹ :	12,4 %	6,6 %
» N° médio de anos de estudo (2000) ³ :	4,7 anos	5,8 anos
» Mortalidade infantil (2007) ¹ :	9,8 em mil nascidos vivos	13,1 em mil nascidos vivos
» Renda média mensal dos Ocupados (2000) ³ :	3,6 Salários Mínimos	5,7 Salários Mínimos
» Pessoas com linha telefônica (2000) ³ :	18,5 %	55,8 %
» Domicílios com abastecimento de água (2000) ¹ :	99,7 %	97,4 %
» Domicílios com esgoto sanitário (2000) ¹ :	97,8 %	85,7 %
» Domicílios com coleta de lixo (2000) ¹ :	99,9 %	98,9 %

Sistema de Saúde	Município	Estado SP
» N° de Leitos (2008) ^{1 e 6} :	0,8 leitos / 1.000 hab.	3,3 leitos / 1.000 hab.
» N° de Médicos no CRM/SP (2007) ¹ :	não disponível	2,2 médicos / 1.000 hab.

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH ⁷	Município	Posição no Estado de SP
» IDH-M em 1991:	0,710	399 ° lugar
» IDH-M em 2000:	0,775	361 ° lugar

Notas

¹ Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

³ Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁴ Não Economicamente Ativo: aquele que não tem ocupação econômica e não está procurando uma.

⁵ Taxa de desemprego = Desempregado / (Empregado + Conta Própria + Empregador + Out.Ocup. + Desempregado)

⁶ Fonte: Datasus - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Engloba todos os tipos de leitos.

⁷ Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Quadro 5 – Informações Municipais – Município de Taramã
 Fonte: SEBRAE, 2008.

Segmento Econômico

Utilizando-se de pesquisas diretas de empresas ali estabelecidas, a Prefeitura Municipal organiza seu planejamento, prevendo os anseios e oportunidades que possam ser oferecidas à população. Pode-se resumir dos resultados obtidos:

- as matérias-primas utilizadas são vinculadas à indústria de maior porte, sendo a principal a de cana-de-açúcar, que tem sua aquisição feita, não só no próprio município, absorvendo o total das produções, como também precisando comprar nos municípios vizinhos, reiterando-se aqui a oportunidade de expansão do plantio desse produto. Em segundo lugar temos como menções de aquisição, os elementos ferro, aço, eletrodos e oxigênio, que servem naturalmente em conjunto ao fabrico de elementos tais como portões, gradis e equipamentos de uso industrial.

Valendo-se de elementos oriundos do setor agropecuário, em abundância ali existentes, as indústrias suprem suas necessidades de outras compras, nos mercados da Capital de São Paulo, Londrina, Presidente Prudente e Marília, estando, ainda, bastante dependentes da estrutura de oferta de Assis.

Outros dados econômicos podem ser verificados nos itens a seguir:

Banco do Povo Paulista¹²		Município		Estado SP	
» Data de inauguração:		19/dez/2001		23/set/1998 (1º)	
» Total de Contratos acum.(até Nov/08):		517		173.312	
» Total Valores acum. (até Nov/08):		R\$ 1.918.336		R\$ 515.829.113	
Matrículas no Sistema de Ensino (2006)¹³		Município		Estado SP	
Pré-escola	351	12%	1.375.043	13%	
Ensino fundamental	2.036	71%	6.014.209	57%	
Ensino médio	498	17%	1.813.795	17%	
Ensino superior			1.268.976	12%	
TOTAL	2.885	100%	10.472.023	100%	
Notas					
¹² Fonte: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo - SERT.					
¹³ Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/Ministério da Educação - MEC.					
Elaboração: Observatório das MPEs / Sebrae-SP - versão 19/nov/08.					
Dados mais recentes disponíveis nas respectivas fontes em 19/nov/08.					

Quadro 6 – Informações Municipais – Município de Tarumã

Fonte: SEBRAE, 2008

Segmento Institucional

O município de Tarumã prima pela participação da comunidade no planejamento integrado e sustentável do município, utilizando-se de parcerias com a sociedade civil e com os poderes públicos estaduais e federais para implantar melhores condições de escolaridade e empregabilidade para a população. A grande maioria trabalha no setor agropecuário e de agronegócios tendo em vista a presença de usinas de açúcar e álcool de grande porte no município, como a Usina Nova América e a Água Bonita. Tem realizado vários projetos e programas de apoio ao empreendedorismo entre pessoas de baixa renda, com o incentivo, acompanhamento e apoio financeiro para organização de associações profissionais e cooperativas que estimulem a inserção da população de baixa renda no mercado de trabalho. Destacamos a preocupação com a educação e a criação da Universidade Aberta, uma parceria para oferecimento de “cursos à distância” com a Universidade Federal de São Carlos. Foi instalado o Banco do Povo Paulista em 19 de dezembro de 2001, com um total de contratos acumulados até novembro de 2008 de 517 e um total investido de 1.918.336 (Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados – SEAD, 2008).

5.2.3 Prefeitura de São José dos Campos

São José dos Campos localiza-se no entorno da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e sua população urbana já passa de 820 mil de habitantes. Na câmara legislativa existem propostas para a criação da região metropolitana do Vale do Paraíba. O relevo é montanhoso, com colinas ao norte que variam de 660 a 975 metros, denominadas "mar de morros"; terraços e colinas tubulares, onde se localiza a parte urbana da cidade; as serras do Planalto Atlântico, cujas altitudes atingem 800 metros, assim como as regiões alpinas, compostas por morros, serras e picos, com altitudes que variam de 619 a 2.082 metros, estando entre os 32 pontos mais altos do país. (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2009)

Área total: 1.099,60 km² (por volta de 425 milhas)

Área urbana: 298,99 km² (27,19%)

Área urbana de expansão (leste): 45,04 km² (4,09%)

Área urbana de expansão (oeste): 81,18 km² (7,38%)

Área rural: 673,39 km² (61,23%)

Segmento Social

Os setores que definem o segmento social podem ser analisados a partir dos dados numéricos expostos abaixo:

Prefeitura: » Eleição de 2004¹: Eduardo Pedrosa Cury (PSDB)
» Eleição de 2008²: Eduardo Pedrosa Cury (PSDB)

Área Territorial (2008)¹: 1.100 Km²

População (2008)¹: 622.340 habitantes no Município (41.139.672 habitantes no Estado de SP)

» População por Área ¹		
(2005)	MUN	Estado
urbana	99%	94%
rural	1%	6%
TOTAL	100%	100%

» Pop. por Gênero ¹		
(2008)	MUN	Estado
homens	49%	49%
mulheres	51%	51%
TOTAL	100%	100%

» População por Idade ¹		
(2008)	MUN	Estado
até 14 anos	24%	23%
de 15 a 29 anos	27%	26%
de 30 a 49 anos	30%	30%
50 anos ou mais	19%	21%
TOTAL	100%	100%

» Taxa de desemprego ⁴		
	MUN	Estado
	19%	17%

» Pop. por Tipo de Ocupação ³		
(2000)	MUN	Estado
Empregado	31%	31%
Conta Própria	7%	8%
Empregador	1%	1%
Outros ocupados	0%	0%
Desempregado	9%	9%
Não Econ. Ativo ³	33%	34%
Menor de 10 anos	18%	17%
TOTAL	100%	100%

Notas

¹ Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

³ Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁴ Não Economicamente Ativo: aquele que não tem ocupação econômica e não está procurando uma.

Quadro 7 – Informações Municipais – Município de São José dos Campos

Fonte: SEBRAE, 2008

	Município	Estado SP
» Taxa de crescimento da população (2008) ¹ :	1,83 %a.a.	1,34 % a.a.
» Nº de eleitores (2008) ¹ :	414.354 eleitores	29.143.392 eleitores
» Taxa de analfabetismo (2000) ¹ :	4,6 %	6,6 %
» Nº médio de anos de estudo (2000) ³ :	6,3 anos	5,8 anos
» Mortalidade infantil (2007) ¹ :	11,5 em mil nascidos vivos	13,1 em mil nascidos vivos
» Renda média mensal dos Ocupados (2000) ³ :	6,3 Salários Mínimos	5,7 Salários Mínimos
» Pessoas com linha telefônica (2000) ³ :	54,0 %	55,8 %
» Domicílios com abastecimento de água (2000) ¹ :	96,1 %	97,4 %
» Domicílios com esgoto sanitário (2000) ¹ :	90,2 %	85,7 %
» Domicílios com coleta de lixo (2000) ¹ :	99,3 %	98,9 %

Sistema de Saúde	Município	Estado SP
» Nº de Leitos (2008) ^{1 e 6} :	3,1 leitos / 1.000 hab.	3,3 leitos / 1.000 hab.
» Nº de Médicos no CRM/SP (2007) ¹ :	2,5 médico(s) / 1.000 hab.	2,2 médicos / 1.000 hab.

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH ⁷	Município	Posição no Estado de SP
» IDH-M em 1991:	0,805	10 º lugar
» IDH-M em 2000:	0,849	11 º lugar

Notas

¹ Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

³ Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁴ Não Economicamente Ativo: aquele que não tem ocupação econômica e não está procurando uma.

⁵ Taxa de desemprego = Desempregado / (Empregado + Conta Própria + Empregador + Out.Ocup. + Desempregado)

⁶ Fonte: Datasus - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Engloba todos os tipos de leitos.

⁷ Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Quadro 8 – Informações Municipais – Município de São José dos Campos

Fonte: SEBRAE, 2008

O município de São José dos Campos insere-se, segundo classificação do IBGE 2000 entre os municípios grandes, nível 2 (de 500.001 a 1.000.0000 de habitantes) possuindo uma economia pujante, tendo sua população alta taxa de escolaridade, decorrente do grande avanço científico e tecnológico trazido pelas universidades e pelo setor educacional altamente desenvolvido.

Segmento Econômico

Centros comerciais

No setor de negócios, os sofisticados *shoppings* aparecem como um motivo de visita na cidade. Os centros de compra são: Center Vale Shopping, Vale Sul Shopping, Shopping Colinas, Shopping Centro, Shopping Esplanada, Shopping

Aquarius Center, Espaço Andrômeda Shopping. Podem-se visualizar os dados econômicos nas informações numéricas a seguir:

Produto Interno Bruto - PIB³		Município		Estado SP	
» PIB total em 2005 (nominal ⁸):		R\$ 17.090.191.036		R\$ 727.052.823.525	
» PIB per capita 2004 (nominal ⁸):		R\$ 29.587		R\$ 16.158	
» PIB per capita 2005 (nominal ⁸):		R\$ 28.481		R\$ 17.977	
» Evolução PIB per capita 2004 →2005:		-4%		11%	
Consumo de Energia Elétrica (2006)¹		Município		Estado SP	
Indústria		1.052.273 Mhw	61%	49.931.088 Mhw	50%
Comércio e Serviço		260.033 Mhw	15%	18.879.132 Mhw	19%
Rural		4.567 Mhw	0%	2.638.838 Mhw	3%
Residencial		412.417 Mhw	24%	27.678.599 Mhw	28%
TOTAL		1.729.290 Mhw	100%	99.127.657 Mhw	100%
Emprego em empreendimentos formais (com CNPJ)⁹					
» Emprego formal ¹⁰	Município				
	2005	2006			
Agropec./pesca	603	701	0%		
Indústria	51.022	54.116	37%		
Comércio	29.044	31.382	21%		
Serviços	44.502	47.903	32%		
Setor Público	15.435	13.670	9%		
TOTAL	140.606	147.772	100%		
Participação no Estado:	1,4%	1,4%			
Notas					
¹ Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.					
² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.					
³ Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
⁴ Não Economicamente Ativo: aquele que não tem ocupação econômica e não está procurando uma.					
⁵ Taxa de desemprego = Desempregado / (Empregado + Conta Própria + Empregador + Out.Ocup. + Desempregado)					
⁶ Fonte: Datasus - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Engloba todos os tipos de leitos.					
⁷ Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.					
⁸ Nominal: Valores correntes do período referido (sem considerar a inflação).					
⁹ Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.					
¹⁰ CLTs, estatutários, trabalhador avulso e trabalhador temporário. Não inclui trabalhador informal.					

Quadro 9 – Informações Municipais – Município de São José dos Campos

Fonte: SEBRAE, 2008

Sistema Financeiro	Município	Estado SP
» N° Agências Bancárias (2008) ¹¹ :	73 agência(s)	6.250 agências

Banco do Povo Paulista¹²	Município	Estado SP
» Data de inauguração:		23/set/1998 (1º)
» Total de Contratos acum.(até Nov/08):	Não possui	173.312
» Total Valores acum. (até Nov/08):		R\$ 515.829.113

Matrículas no Sistema de Ensino (2006)¹³	Município		Estado SP	
Pré-escola	18.739	12%	1.375.043	13%
Ensino fundamental	86.492	57%	6.014.209	57%
Ensino médio	29.560	19%	1.813.795	17%
Ensino superior	17.295	11%	1.268.976	12%
TOTAL	152.086	100%	10.472.023	100%

Notas

¹¹ Fonte: Federação Brasileira de Bancos - Febraban, a partir de dados do Banco Central do Brasil.

¹² Fonte: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo - SERT.

¹³ Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/Ministério da Educação - MEC.

Elaboração: Observatório das MPes / Sebrae-SP - versão 19/nov/08.

Dados mais recentes disponíveis nas respectivas fontes em 19/nov/08.

Quadro 10 – Informações Municipais – Município de São José dos Campos

Fonte: SEBRAE, 2008

Outras informações sobre a Economia do município podem ser destacadas no Turismo e em outros recursos naturais, artificiais e culturais.

Turismo

São José dos Campos faz parte do Plano Nacional do Turismo, ao qual está ligado através do Conselho Municipal de Turismo. É da responsabilidade do Conselho a elaboração do plano diretor para o desenvolvimento turístico bem como a emissão de pareceres para o BNDES e agentes especializados, aprovando ou não empréstimos financeiros de uma linha especial de créditos, criada pela Secretaria Nacional de Turismo e pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Setor tecnológico e de negócios

O município é polo de indústrias aeroespaciais, de telecomunicações e automotivas, atraindo grande contingente de visitantes cujos interesses voltam-se para a tecnologia de ponta que aqui se desenvolve. Destacam-se, ainda, os institutos de pesquisas Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE) e Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA), que trabalham com ciências aeroespaciais.

Segmento Institucional

O município é composto por três distritos: São José dos Campos, Eugênio de Melo e São Francisco Xavier, criado em 1892. O último é conhecido pelos locais naturais e pelo ecoturismo.

Centro de Desenvolvimento de Tecnologia

Centros de Desenvolvimento Tecnológico são espaços dedicados às empresas do setor produtivo, que investem em produção de tecnologia, através do desenvolvimento de pesquisa aplicada, tendo em vista a inovação de produtos diretamente voltados ao mercado.

Os Centros de Desenvolvimento de Tecnologia apoiam e realizam acordos, contratos ou convênios envolvendo uma empresa âncora, institutos de pesquisa e universidades, além do próprio Parque Tecnológico. Cria-se, desse modo, melhores condições para a inovação tecnológica, desenvolvimento de produtos e qualificação de mão-de-obra. Os centros são também decisivos para o desenvolvimento de cadeias produtivas com benefícios diversos às micro e pequenas empresas.

Centro de Desenvolvimento de Aeronáutica (CDTA)

O Centro de Desenvolvimento de Aeronáutica visando manter a competitividade da indústria nacional com as estrangeiras multinacionais, gerando demandas de produtos e serviços, empregos e receitas de impostos, foi criado em 1º de setembro de 2006.

O CDTA, resultado de um convênio entre a Prefeitura, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), está instalado no Parque Tecnológico.

Conta com dois laboratórios: um deles voltado ao desenvolvimento de materiais leves, enquanto o outro é um laboratório de simulação de desenvolvimento de sistemas embarcados do ITA.

O Programa de Especialização em Engenharia (PEE) da Embraer realiza atividades visando à qualificação de mão-de-obra especializada.

Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Energia – CDTE

No dia 6 de novembro de 2007, a Prefeitura e a Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce) lançaram o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Energia, que será instalado no Núcleo do Parque Tecnológico em uma área de 900 metros quadrados. A implantação do Centro também conta com a parceria do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do ITA e da Escola de Engenharia de São Carlos (USP).

A Vale Soluções em Energia (VSE), uma extensão da mineradora, irá desenvolver no CDTE atividades nas áreas de gaseificação de carvão térmico e de biomassa, além de pesquisas para a produção de turbinas a gás e motores pesados multicomcombustíveis.

Serão investidos inicialmente cerca de R\$ 220 milhões, em um período de três anos.

A implantação do MIC no município é produto decorrente da formação do APL (Arranjo Produtivo Local) em TI (Tecnologia e Informática) (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2009).

5.3 Considerações finais: razão da escolha dos casos

O conceito de desenvolvimento sustentável utilizado nesta pesquisa vê o Município como um sistema aberto, que se caracteriza pela necessidade de articulações seletivas, que prevêm adaptações e adequações aos meios internos e externos da comunidade em que se insere. Os diversos segmentos e setores da administração municipal são interligados e equacionados tendo em vista uma relação sistêmica e intencional (LOPES, 1998), que organiza o Planejamento integrado e sustentável do município. É preciso incentivar, nesta era da informação, do conhecimento e das redes, as políticas de formação de convênios com instituições públicas e privadas, criação de centros de estudos e pesquisas, utilizando as potencialidades do local e da região, promovendo e incentivando as empresas a qualificarem seus trabalhadores, além de promoverem e realizarem programas de inclusão sócio-econômica e combate à pobreza, para diminuir

problemas de distribuição de rendas e possibilitar condições de vida digna à população de seus municípios.

Após análise descritiva das três cidades do “corpus” básico da pesquisa, estudam-se, no capítulo seguinte, os programas de empreendedorismo para população de baixa renda, frisando o desempenho dos programas e seus participantes, procurando refletir sobre seu sucesso ou fracasso, sobre as atividades desenvolvidas, os pontos positivos e negativos, bem como as oportunidades de melhoria e desenvolvimento que mais efetivamente possam contribuir para a transformação do empreendedorismo de necessidade em empreendedorismo de oportunidade, contribuindo para o combate à pobreza e a inserção dos habitantes do município no mercado de trabalho.

Após análise e estudo dos três casos do “corpus” básico da dissertação, serão arroladas as conclusões parciais de cada capítulo com a síntese do desempenho dos programas e seus participantes, procurando refletir sobre o sucesso ou fracasso, as atividades desenvolvidas, os pontos positivos e negativos, bem como as oportunidades de melhoria e desenvolvimento de programas de apoio ao empreendedorismo para comunidades de baixa renda que mais efetivamente possam contribuir para a transformação do empreendedorismo de necessidade em empreendedorismo de oportunidade.

6 CASOS: CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTUDADOS

A caracterização dos programas selecionados nesta dissertação permite-nos conhecer a gênese de cada projeto, tendo como fontes os planejamentos e relatórios das prefeituras envolvidas, bem como as entrevistas diversas dos idealizadores, coordenadores e participantes. Serão abordadas as estruturas dos projetos, sua inserção no planejamento integrado e sustentável dos municípios, seu desenvolvimento, suas particularidades e pontos comuns com os demais programas de apoio ao empreendedorismo aqui analisados. O sucesso dos programas, os erros e acertos, os empecilhos, facilitadores e as sugestões a serem feitas serão abordados no capítulo sete, onde serão relatados os resultados de cada programa e a comparação entre eles.

6.1 Subprefeitura do Itaim Paulista: Arranjos Produtivos Locais e oportunidades de geração de ocupação e renda

A Câmara de Animação Econômica (CAEIT) é um projeto de geração de trabalho e renda desenvolvido pela subprefeitura Itaim Paulista. Foi instituída como tal pelas Portarias 12 e 13/SPIT/GAB/06 e encontra-se gravada no Projeto de Lei do Plano Regional Estratégico/Revisão 2006. Funciona dentro das dependências da subprefeitura, sita à Avenida Marechal Tito, 3012, e segue seu regime de horário e atendimento público.

A Câmara de Animação Econômica teve origem nos movimentos da Zona Leste por políticas setoriais e orienta-se pelo modelo **dos Arranjos Produtivos Locais** (APL), com base no fomento ao **empreendedorismo** e ao **associativismo**, considerando a **vocação regional**, as **potencialidades** e as **fragilidades** do capital humano da população dos Distritos Itaim Paulista e Vila Curuçá.

Na fase preliminar, a fim de identificar a vocação regional foram consultadas as bases de dados e também a população. Indiretamente, a população foi ouvida pelos Agentes Comunitários de Saúde, que detêm profunda capilaridade e conhecimento do território. Diretamente, o projeto foi debatido nas Plenárias de Participação Civil, dentre as quais foi realizado um sociodrama para tratar especificamente da questão de trabalho e renda.

Teve início uma maratona de 88 oficinas com nano-empresendedores de alguns setores econômicos, o que deu origem às cinco Câmaras Temáticas: Moda, Reciclagem, Alimentação, Cultura/Informação e Pequenos Negócios. O projeto atraiu a parceria da Secretaria Municipal do Trabalho, que o incorporou como Desenho e Implantação de Projeto Piloto de Arranjos Produtivos Locais e suas Oportunidades de Geração de Trabalho e Renda.

Nessa fase, foram contratados especialistas para cada Câmara Temática. O SEBRAE, o SENAI, o Banco do Povo Paulista e outras Secretarias vieram compartilhar alguns projetos, de modo que a CAEIT teve um crescimento qualitativo e quantitativo significativo. Pelo seu caráter inovador, a CAEIT foi uma das semifinalistas do Prêmio São Paulo Cidade/ 2007.

A criação da CAEIT orientou-se pela demanda por atividade econômica - essa região é um distrito-dormitório dentro da cidade de São Paulo, segundo as bases oficiais de dados tais como IBGE, Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Relação de Informações Sociais (RAIS). A CAEIT prospectou a vocação regional e identificou como público-alvo os empresários emergentes e latentes que praticam uma economia informal de subsistência. Capacitação é a palavra-chave para promovê-los dessa condição. Porém, indo além, pretende-se oferecer capacitação de acordo com as necessidades observadas nas Câmaras Temáticas em andamento.

A CAEIT atua como um catalisador de políticas públicas em prol do desenvolvimento sócio-econômico. Com o suporte dos parceiros, ela visa dar suporte sistêmico para os nano-empresendedores da região. Seu objetivo é oferecer-lhes a Metodologia dos seis Cs, dentre os quais capacitação é uma questão-chave:

- Caça-talentos: localizamos o público.
- Capacitação: conforme o ramo de trabalho, encaminhamos o público-alvo para os parceiros, ou oferecemos oficinas próprias de capacitação técnica e administrativa.
- Crédito: fazemos encaminhamentos para o microcrédito do Banco do Povo Paulista ou do São Paulo Confia (crédito solidário).
- Conscientização: promovemos eventos de sensibilização para o empresendedorismo e o associativismo.

- Cooperação: juntamos os pequenos empreendedores do mesmo ramo de trabalho para que formem associação de produtores - os Arranjos Produtivos Locais, e também incubamos cooperativas.
- Comercialização: buscamos mercado para associações de produtores - os Arranjos Produtivos Locais formados.

Por meio de pesquisa de dados e investigação em campo foram detectados cinco APL em potencial:

1. reciclagem de resíduos sólidos;
2. confecção;
3. alimentação;
4. artesanato (e a cultura e a informação nele coladas);
5. micros e pequenos prestadores de serviços.

A partir dessa análise do público-alvo do projeto, ou seja, os empreendedores emergentes e latentes, que sobrevivem da economia informal, com renda em torno da linha de pobreza, definiram-se os segmentos que cada Câmara Temática irá enfocar:

1. Câmara Temática de MODA
Senhoras desempregadas do Setor Têxtil que evadiu da região. Há dois Grupos de Trabalho, o GT-Confeção e o GT-Bordadeiras.
2. Câmara Temática de RECICLAGEM
Associações de catadores(as), onde predominam adultos.
3. Câmara Temática de ALIMENTAÇÃO
Beneficiários egressos dos cursos de Segurança Alimentar e do Centro Municipal de Capacitação e Treinamento, que são adultos em vulnerabilidade social.
4. Câmara Temática de CULTURA E INFORMAÇÃO
Jovens que buscam inclusão cultural e digital.
5. Câmara Temática de PEQUENOS NEGÓCIOS
Adultos que sobrevivem como nano-empreiteiros do Setor ou Grupo de Trabalho da Construção Civil.

A Câmara de Animação Econômica é uma experiência que já foi implantada com êxito na subprefeitura do Itaim Paulista, em 2008, recebeu prêmio de empreendedorismo do SEBRAE e, além de estar sendo implantada na subprefeitura

de São Miguel Paulista, foi contemplada para o Programa de Metas para a cidade de São Paulo (agenda 2012).

6.2 Prefeitura de Tarumã: Ações inovadoras e geração de renda

O programa de apoio ao empreendedorismo para a geração de renda denominado: “Ações inovadoras e geração de renda” teve seu início em 2001, na gestão do Prefeito Oscar Gozzi, tendo sido realizado no município de Tarumã-SP.

A necessidade de um programa que possibilitasse uma ampliação do mercado de trabalho, segundo relato no Planejamento da Prefeitura, foi decorrente de uma pesquisa levada a cabo em 2001, onde se constatou que grande parte da população encontrava-se desempregada e o mercado de trabalho não correspondia à demanda crescente da população. Verificou-se, ainda, que o perfil dos moradores do município revelava pouco estudo e experiência de trabalho mais voltada para o serviço braçal.

Diante do cenário social cada vez mais preocupante, a Prefeitura empreendeu grande esforço para implantar novas possibilidades e alternativas, visando amenizar o problema do desemprego e oferecer outras oportunidades com base nas características locais e no efetivo envolvimento da população.

Assim, após pesquisas sobre as várias ações na população, a Prefeitura Municipal de Tarumã, com o apoio da Associação Comercial, das usinas e indústrias da região, passou a fomentar, organizar e apoiar a formação de associações e cooperativas:

1. Associação de Artesãos (Projeto Artetarumã)
2. Cooperativa de Costureiras (Projeto Geração de Renda)
3. Associação de Culinária (projeto Mãos de Mel)
4. Associação de Agricultores (Projeto Fábrica Verde de Tarumã)
5. Cooperativa de Trabalhadores da Construção Civil

A prefeitura organizou grupos de trabalho para propor e desenvolver atividades ligadas às cooperativas e associações, promovendo um Programa de Incentivo ao Empreendedorismo, como saída para a população de baixa renda, inserido no Planejamento Integrado e Sustentável do Município.

A idéia foi formatada e começou a ser implantada no primeiro ano da Gestão de Oscar Gozzi, tendo sido discutida com a população em mais de dez reuniões públicas nos bairros, realizadas no segundo semestre de 2001.

Em 24 de julho de 2002 a Prefeitura Municipal de Tarumã (cf. contrato legal – arquivado na Prefeitura) assinou com o SEBRAE, um **Termo de Cessão de Direitos**, com cessão dos direitos autorais “das obras Artetarumã, Geração de Renda, Mãos de Mel, Fábrica Verde de Tarumã, Cooperativa de Trabalhadores da Construção Civil e programa de preparação para o 1º Emprego” – (Cláusula Primeira).

A justificativa, contida no planejamento do programa “Ações Inovadoras – Geração de Renda”, destaca que as ações propostas para o desenvolvimento das associações e cooperativas

[...] irão fortalecer a cultura empreendedora do Município, porque visa transformar o cidadão simples em gerente de seu próprio negócio, exaltando sua capacidade, sua arte e suas habilidades. Assim, valoriza os recursos existentes no próprio município, para que a Comunidade deixe de buscá-los em outras localidades, a um custo maior. (TARUMÃ, 2001/2002)

Em todos os projetos foram desenvolvidas as seguintes atividades: reuniões para sensibilização; palestras sobre cooperativismo e associativismo; orientação jurídica sobre a formação de cooperativas e associações; apoio e acompanhamento para concretização de cooperativas e associações; treinamentos para gerenciamento de negócios; treinamentos em relações humanas; treinamentos específicos para cada negócio; apoio para divulgação dos empreendimentos; incentivo constante para que a comunidade consuma os produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas e associações.

Associação de Artesãos

A associação teve início em 2001, com um grupo de artesãos que estavam trabalhando no anonimato, compartilhando suas artes apenas com a família e com um pequeno círculo de conhecidos. Atualmente conta com 24 artesãos associados, que participam de feiras regionais e fazem intercâmbios com outras associações

para aprimoramento de seus produtos. Essa associação recebeu da Prefeitura um espaço físico para a instalação de uma loja para comercializar seus produtos, onde atuam desde a inauguração em 4/5/2002 e continuam até hoje, com um conselho diretor, coordenadores e artesãos que, apoiados pela Prefeitura, realizam eventos, encontros e comercializam seus produtos.

Cooperativa de Costureiras

A cooperativa de costureiras teve seu início em maio de 2001, com 25 participantes que atuavam em suas próprias casas, confeccionando peças a varejo. Com a criação da cooperativa essas mulheres passaram por treinamento em máquinas industriais. Foi realizada uma parceria com empresário da região que instalou máquinas de sua propriedade em local cedido para a prefeitura. As costureiras passaram a prestar serviços para o empresário. Para obter maior liberdade de negociação de preços, a partir de 2002 a Cooperativa rompeu com o empresário e cada costureira financiou sua própria máquina por meio do Banco do Povo, instalado no município. Atualmente a cooperativa reúne seus participantes que têm acompanhamento e apoio para suas atividades comerciais.

Associação de Culinária

Essa associação foi formada em agosto de 2001, com sete donas de casa e uma culinária com experiência no ramo alimentício. Inicialmente usaram a estrutura de uma cozinha particular e depois quando se fixaram, receberam um espaço físico cedido pela prefeitura, onde se instalaram, recebendo também, ajuda do Fundo Social de Solidariedade de Tarumã. Receberam também por empréstimo um *kit* completo de padaria para pequena produção. Hoje em dia a associação organizou um *buffet* que presta serviços em festas, comemorações e jantares. Alguns participantes criaram seu próprio negócio para atender à região.

Associação de Agricultores

A associação dos agricultores inicialmente contou com a participação de 30 famílias de pequenos agricultores, que tinham por meta a confecção e venda de produtos, utilizando matéria-prima de sua própria terra, tais como: compotas doces e salgadas e embutidos.

Cooperativa de Trabalhadores da Construção Civil

A idéia de se criar uma cooperativa de trabalhadores da construção civil partiu da constatação de que muitos trabalhadores atuavam na informalidade e também da necessidade de mão de obra qualificada. Com 31 associados, teve início essa cooperativa que gerou 31 novos postos de trabalho. Foram realizadas parcerias com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) - São Paulo para fazer o acompanhamento. Foram oferecidos cursos de capacitação, aquisição de equipamentos de infraestrutura para a montagem de um escritório (telefone, microcomputador, impressora, etc.) para dar atendimento ao público. Atualmente, a cooperativa possui diversos equipamentos que se avaliam em mais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Conquistas e progressos:

Com essas iniciativas e investimentos, tanto em pessoas quanto em equipamentos e materiais de infraestrutura, e também por meio de cursos de capacitação e de aprimoramento, foi possível colocar no mercado de trabalho mão de obra qualificada com aumento da geração de renda para famílias de baixa ou nenhuma renda.

Os clientes das associações e cooperativas foram aumentando e a própria prefeitura também passou a ser cliente dessas organizações, utilizando seus serviços, tais como: uniformes (Cooperativa de Costureiras), serviços e obras públicas (Cooperativa de Trabalhadores da Construção Civil), lanches para os projetos sociais (Associação de Culinária) e a divulgação das realizações da cidade por meio da Artetarumã, com a participação dos artesãos em feiras regionais.

O município de Tarumã foi contemplado com o prêmio do SEBRAE de Prefeitura Empreendedora 2002 e 2003 tendo recebido o Prêmio Mário Covas em 2003. O programa Ações Inovadoras e Geração de Renda continua em funcionamento e tem gerado resultados positivos.

6.3 Prefeitura de São José dos Campos: Sala do Empreendedor e ações de apoio ao empreendedorismo.

São José dos Campos iniciou suas ações de apoio ao empreendedorismo em 1997, com a criação da Sala do Empreendedor, resultado do trabalho da prefeitura

municipal em parceria com a sociedade civil e as universidades da região, visando agilizar e facilitar o atendimento e acompanhamento dos empreendedores da cidade. O diferencial da Sala do Empreendedor está no atendimento integral às ações empreendedoras, reunindo em um só local profissionais de várias Secretarias. Consegue-se, desse modo, uma ação conjunta da prefeitura no auxílio aos empresários, tanto na abertura dos negócios quanto no acompanhamento das suas necessidades específicas. No local é possível fazer a inscrição municipal e conseguir o alvará de funcionamento da empresa (desde 2006, o alvará instantâneo pode ser obtido *on-line*). Os especialistas acompanham a análise dos processos burocráticos e as alterações necessárias para um bom funcionamento das empresas, promovendo ainda a integração dos órgãos estaduais e federais envolvidos no processo.

A prefeitura realizou diversas reuniões com entidades empresariais da cidade e representantes das universidades que contribuíram com sugestões, tanto na criação quanto na continuidade da Sala do Empreendedor. O atendimento preferencial é para o pequeno empresário, que não tem condições de contratar serviços especializados para gerir sua empresa.

No ano seguinte (1998) foi inaugurado o Banco do Empreendedor Joseense (BEJ), que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ligado à prefeitura de São José dos Campos para dar suporte financeiro aos pequenos empreendedores, formais ou informais, capazes de exercer atividade geradora de renda.

O BEJ tem por objetivo atender, por meio de empréstimos, com taxas de juros reduzidas e pela desburocratização do crédito, uma faixa de empreendedores, cooperativas e associações que não têm acesso ao mercado financeiro convencional e precisam de empréstimo para alavancar seus negócios. O BEJ é resultado de uma parceria entre a Prefeitura de São José dos Campos, a CIESP, a Associação Comercial e Industrial e a Fundação Valeparaibana de Ensino.

A incubadora de empresas, ligada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia, resulta da parceria da Prefeitura de São José dos Campos e da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), que em seus quatro anos de funcionamento dispõe de recursos da ordem de R\$ 14,4 milhões para apoiar até 120 projetos de inovação tecnológica, ligados a empresas com até dois anos de existência.

Mais de 120 empresas já entraram no *site* da incubadora e se inscreveram. Os recursos são da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia e fazem parte do Programa Primeira Empresa Inovadora (PRIME).

O Centro de Educação Empreendedora, ligado à Secretaria Municipal de Educação, é ainda outra ação de apoio ao empreendedorismo em São José dos Campos. Em 1999, com a criação do Programa Profissional do Futuro, iniciaram-se as atividades de apoio ao empreendedorismo específicas para a população estudantil. Em 19 de novembro de 2004, foi inaugurado o Centro de Educação Empreendedora, que objetiva promover o espírito empreendedor dos alunos e o desenvolvimento de atividades inerentes aos projetos de empreendedorismo e geração de renda.

Seguem abaixo as definições de Visão, Missão e Finalidade do Centro, como consta em seu *website*:

Visão

A visão do Centro de Educação Empreendedora é ser reconhecido nacionalmente como polo irradiador da cultura empreendedora, focada no desenvolvimento humano, social e economicamente sustentável.

Missão

A missão do Centro de Educação Empreendedora é de disseminar a cultura empreendedora através de ações educativas focadas no desenvolvimento de competências e no fortalecimento de princípios éticos, visando à formação do cidadão rumo à realização de seus sonhos.

Finalidade

Permitir à população estudantil o acesso à cultura empreendedora e às ferramentas de gestão de pequenos negócios.

É importante ressaltar que todas as ações voltadas para o apoio ao empreendedorismo, de um modo geral, e especialmente para a população de baixa renda, estão inseridas no planejamento integrado do município, foram alvo de discussões e debates com a sociedade civil e têm como meta o desenvolvimento participativo e sustentável

O Centro de Educação Empreendedora tem espaços destinados a reuniões, estudos e *workshops* que são o auditório, a biblioteca e as oficinas. São desenvolvidas, com os alunos do Centro e com a população em geral, atividades tais como: ciclo de palestras, relatos de experiências, rodas de conversa entre empreendedores, *cases* profissionais, peças teatrais, “contação” de histórias, exibição de filmes e a Feira do Jovem Empreendedor Joseense.

7 RESULTADOS DOS ESTUDOS DE CASO

7.1 Considerações iniciais

A pesquisa da bibliografia estudada, aliada à análise das respostas aos questionários, resultou em um conjunto de conclusões bastante amplas e interessantes sobre o tema estudado. Para melhor exposição dos resultados, optamos por, em primeiro lugar, descrever os resultados individuais de cada caso, para em seguida apresentar uma análise comparativa e consolidada e, por fim, apresentar um resumo das conclusões sob a forma de respostas às perguntas específicas apresentadas na Introdução.

Dessa forma, acreditamos poder manter a espontaneidade das respostas individuais, tanto quanto entendê-las de forma comparativa e consolidada e, finalmente, contextualizá-las no tocante às perguntas específicas desta dissertação.

Todos os gráficos de respondentes obtidos pelas respostas de questionários fechados foram colocados, em primeiro lugar, no conjunto ou âmbito do texto quando apresentados individualmente, e lado a lado, pergunta a pergunta, compondo quatro conjuntos de gráfico por página (o consolidado e os três individuais) no Apêndice. Optamos pela apresentação dupla desses gráficos devido à facilidade de análise que se obtém em cada caso.

7.1.1 São José dos Campos

A cidade de São José dos Campos é a que apresenta as atividades há mais tempo, tendo iniciado a Sala do Empreendedor ainda em 1998, como uma das atividades previstas no planejamento integrado do município, como preconizam Lopes (1998), Melo Neto e Froes (2002), bem como Vergara e Correa (2004). As entrevistas com os dirigentes e líderes mostraram profundo conhecimento das atividades, suas vitórias e desafios ainda existentes. Ficou patente o sucesso obtido no foco ao jovem empreendedor, inclusive com a introdução da disciplina empreendedorismo para as primeiras séries (crianças de aproximadamente dez anos); com o passar dos anos, a atenção para essa faixa etária mostrou-se

extremamente bem sucedida, com o advento também da Feira do Jovem Empreendedor, onde jovens demonstram seu talento e criatividade gerando atividades econômicas. Fica claro que a criação de um espírito empreendedor na sociedade passa pela educação para o empreendedorismo, e essa experiência única de São José dos Campos demonstrou essa afirmação.

A dificuldade do poder público em auxiliar os novos empreendimentos a conquistarem mercados foi o grande erro dos programas em São José dos Campos, segundo seus dirigentes. Essa dificuldade, em maior ou menor grau, também foi encontrada em todos os outros casos estudados. Indagados sobre sugestões para futuros programas, os líderes de São José dos Campos prontamente assinalaram a integração entre os diversos segmentos, particularmente entre as atividades públicas (educação, treinamentos) e as empresas (possíveis fornecedoras ou clientes), passando também pelas “entidades” (ONGs, SEBRAE e outras).

Entre dirigentes, também foi apontada em São José dos Campos a grande prevalência do empreendedorismo por necessidade em detrimento ao empreendedorismo por oportunidade (GEM, 2008). Acreditamos, porém, que essa opinião possa estar enviesada, em todos os programas analisados, pois esses ao se voltarem para a população de baixa renda naturalmente não atraem as pessoas que optam pelo empreendedorismo por vislumbrar uma oportunidade de mercado; essas pessoas, geralmente de melhor formação e de maior nível sócio-econômico, geralmente se dirigem para instituições como o SEBRAE ou mesmo universidades, diretamente, ao invés de passarem pelos programas das prefeituras.

Como conselhos para as próximas políticas públicas foram citados a maior oferta de cursos para capacitação profissional, a criação de incentivos fiscais e linhas de crédito com juros diferenciados, além do apoio à criação de novas cooperativas.

A análise dos respondentes ao questionário de perguntas fechadas de São José dos Campos também demonstra o foco no jovem dessa cidade, com 90% dos respondentes abaixo dos 45 anos de idade e 67% do sexo masculino (Gráfico nº 1). Todos os gráficos encontram-se agrupados também ao final do texto de análises e apresentação de resultados, para melhor análise comparativa e consolidada.

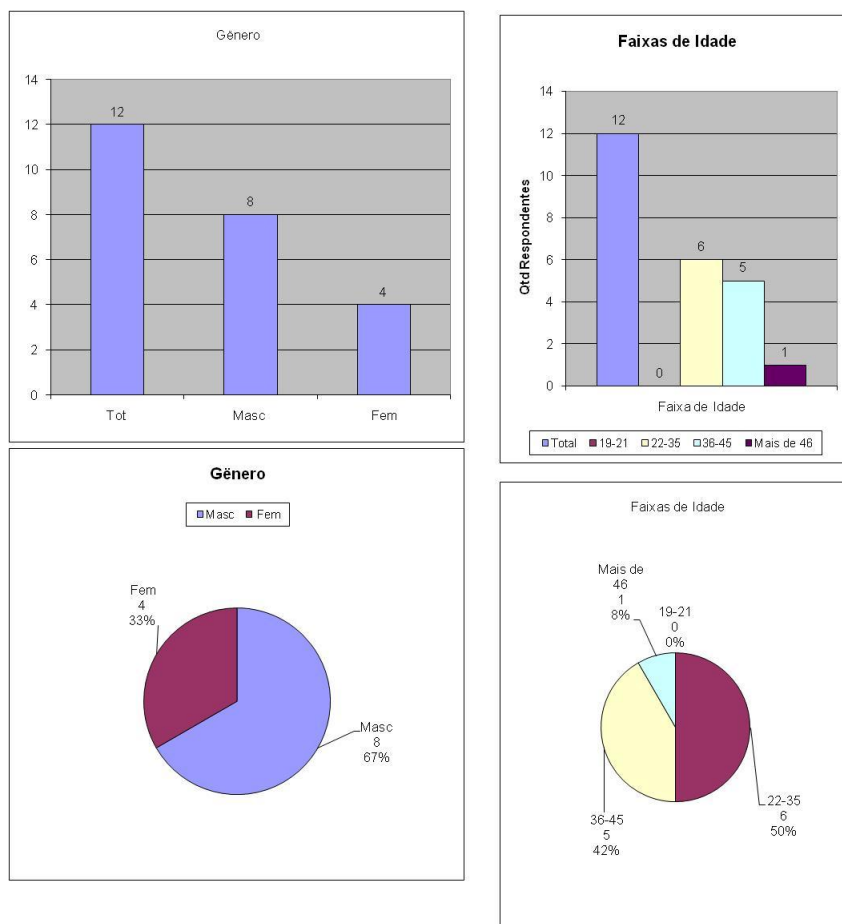


Gráfico 1 – Distribuição por gênero e faixas de idade – São José dos Campos

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Deve-se lembrar que essas respostas não constituem uma estatística, visto que os respondentes foram todos indicados pelos programas como sendo exemplos de pessoas que completaram as atividades propostas e/ou obtiveram ajuda, apoio ou aconselhamento, como por exemplo beneficiários do microcrédito, alunos dos cursos oferecidos, jovens da Feira do Empreendedor, etc.

Quanto à escolaridade, em São José dos Campos temos 50% dos respondentes com Ensino Médio incompleto, corroborando o discurso dos dirigentes. Dos respondentes, 33% possuem automóvel, 25% não possuem geladeira e 34% não possuem televisor. Dessa forma temos formado o perfil do respondente de São José dos Campos, alinhado com a visão dos dirigentes.

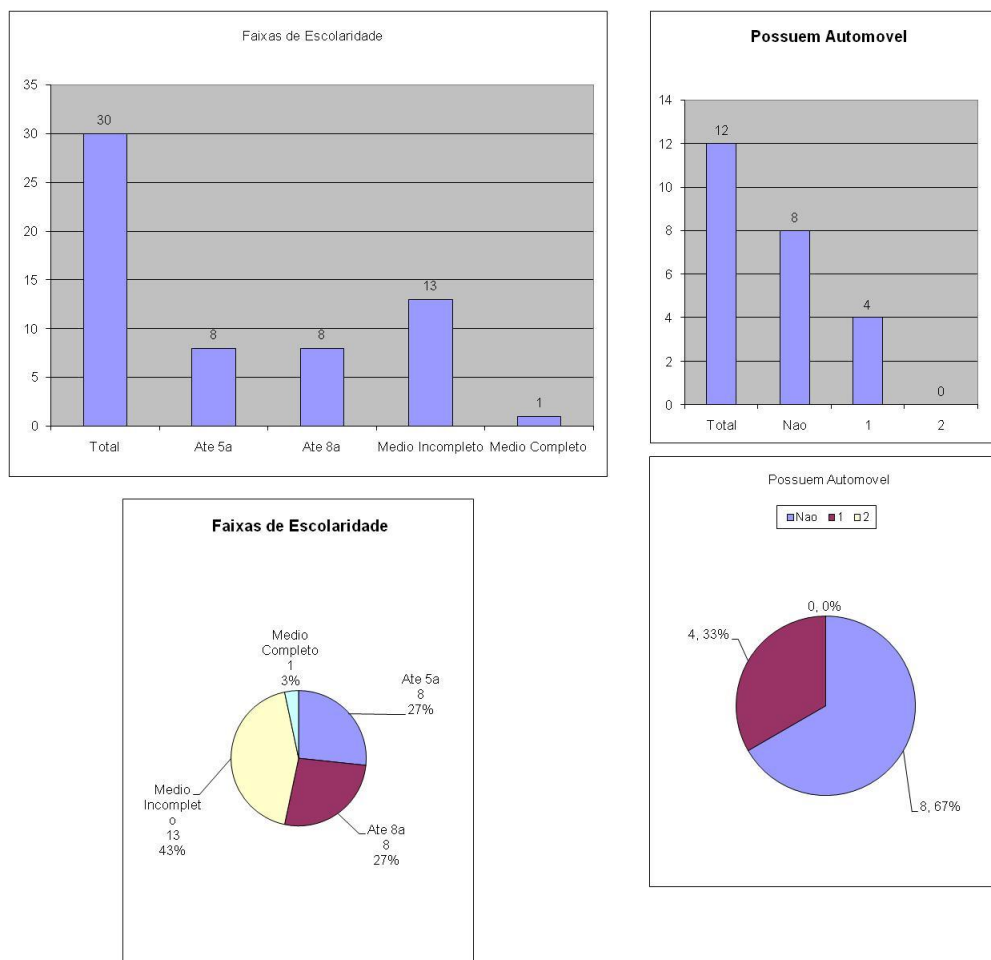


Gráfico 2 – Distribuição por faixa de escolaridade e posse de automóvel – São José dos Campos

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

No gráfico 3, dos respondentes, apenas 8% discordam da afirmação “após sua participação, sua qualidade de vida melhorou” e 84% concordam que “sua participação no programa teve relação com sua mudança de qualidade de vida”. Assim, poderíamos concluir que o público beneficiário apresenta grande satisfação com as ações realizadas pela prefeitura de São José dos Campos.

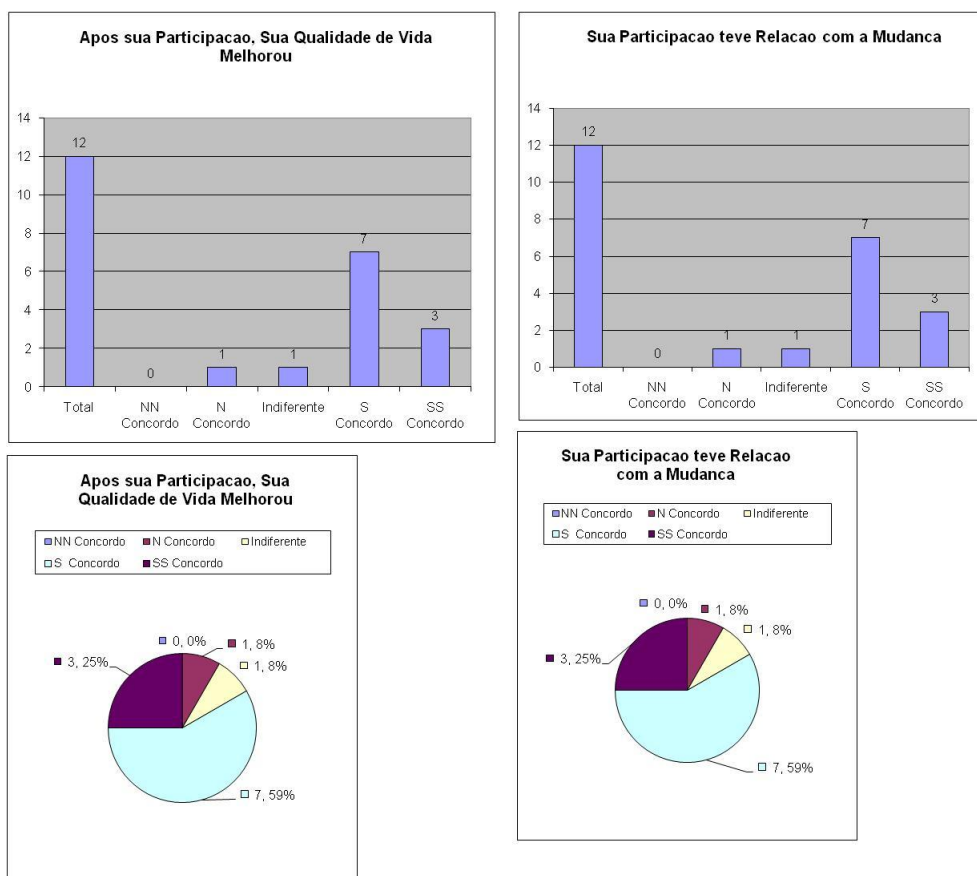


Gráfico 3 – Gráfico das respostas sobre a melhora da qualidade de vida e a relação da participação com essa mudança. – São José dos Campos

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

A análise das questões seguintes, no entanto, deixa claro o problema já indicado pelos dirigentes, sendo que 100% dos respondentes concordam (36% com veemência) com a afirmação “Após o término do programa senti falta de continuidade no apoio público”. Da mesma forma, 91% concordam em “senti falta de suporte em estrutura” e 80% em “senti falta de financiamento”. Esse número menor é indicativo do funcionamento do Banco do Povo e ofertas de microcrédito em São José dos Campos.

De forma semelhante, 100% dos respondentes afirmam “senti falta de oportunidades”, 70% “senti falta de clientes”, e 50% afirmaram mesmo “perdi o interesse em empreender”. Por outro lado, 82% afirmaram “aprendi mais sobre meu negócio”, denotando uma ambivalência de respostas que pode ser atribuída por um lado, à satisfação com o que foi efetivamente oferecido pela prefeitura em suas

ações em prol do empreendedorismo e, por outro lado, frustração devido à sensação de falta de apoio posterior e não crescimento dos negócios no ritmo esperado.

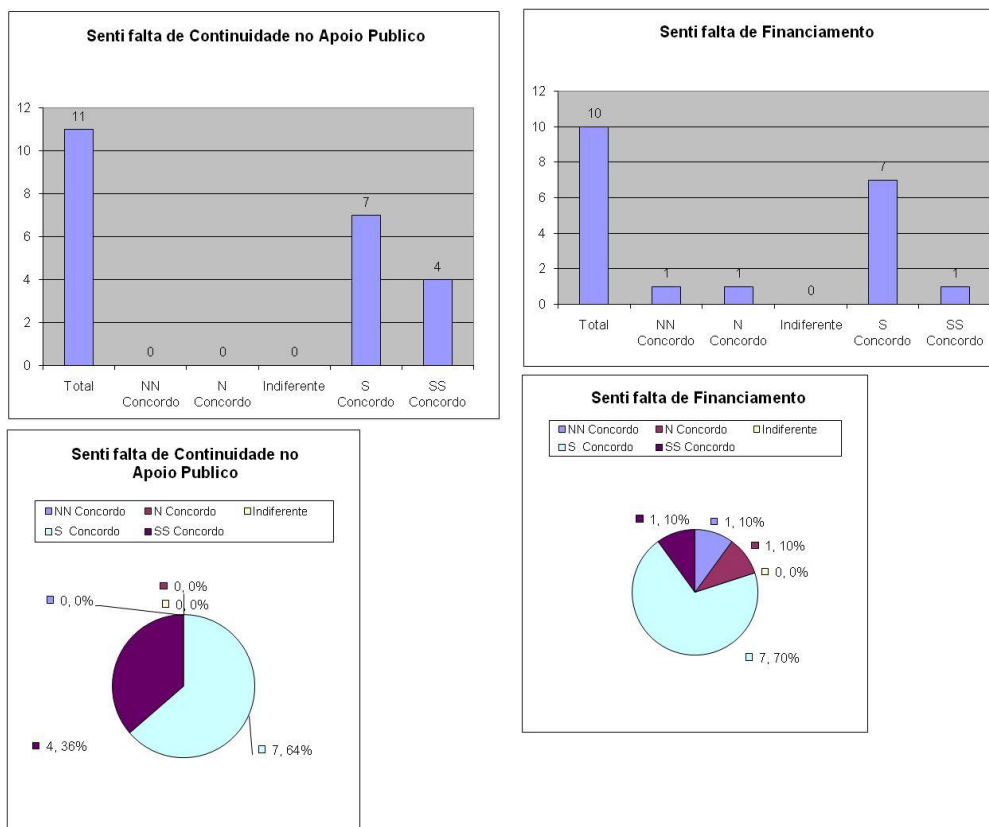


Gráfico 4 – Gráfico das respostas sobre falta de continuidade no apoio público e falta de financiamento – São José dos Campos

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

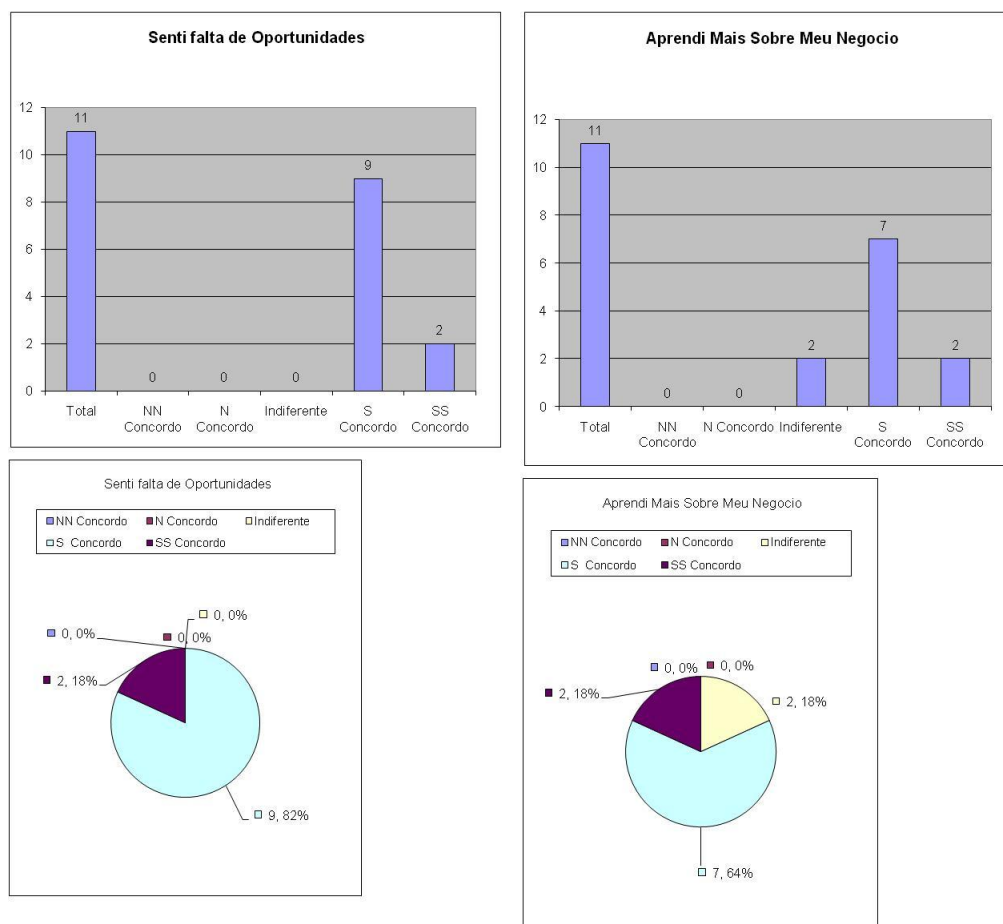


Gráfico 5 - Gráfico das respostas sobre a falta de oportunidades e aprendizagem sobre o próprio negócio – São José dos Campos

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Esse parece ser o ponto fulcral da pesquisa em São José dos Campos. Após um grande início cheio de motivação e treinamento, como dar continuidade ao apoio à criação e manutenção de novos negócios por pequenos empreendedores? A resposta ainda inexistente, sendo que o GEM (2008) aponta o caminho da educação para o empreendedorismo, focando na criação de atitudes e aspirações empreendedoras para o fomento dessas atividades. Essa tríade (atitude, aspiração e atividade), de fato, é considerada o principal componente na identificação do empreendedorismo (ACS; SZERB, 2008), e constitui a base para as novas propostas para o cálculo do Índice de Empreendedorismo Global (GEI) (ACS; STENHOLM, 2008).

Já Polak (2008) aponta o caminho da criação de mercados internos e vias de comunicação entre o empreendedor de baixa renda (portanto, baixa tecnologia e alto

uso de mão-de-obra barata) e as empresas e/ou público consumidores, com a minimização ou mesmo ausência de incentivos fiscais ou com benefícios especiais. Esse ponto de vista também é, em parte, defendido por Sachs (2005).

Quando questionados sobre “facilidade de venda dos seus produtos após o término do programa”, 40% revelaram sentir-se indiferentes, enquanto 30% concordaram e outros 30% discordaram. Porém, ante a questão “aprendi a fazer mais produtos e serviços”, 100% concordaram, e 90% afirmaram “melhorei minha administração” e 80% concordaram com “aprendi a captar recursos”. Novamente alguma ambivalência nas respostas, denotando porém, um grande aumento na percepção de sucesso ao fazer negócios e captar recursos, com grande aumento na autoconfiança dos respondentes, fator crítico para aumento de atitudes e aspirações, componentes fundamentais do empreendedorismo.



Gráfico 6 – Gráfico das respostas sobre a facilidade em vender os produtos e a aprendizagem de captação de recurso – São José dos Campos

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Por fim, em São José dos Campos, apenas 9% (1 respondente) abriu seu próprio negócio após o término do programa e nenhum deles participou de cooperativas, denotando também a necessidade de criação de apoio público nesse sentido e de alinhamento com as necessidades apontadas nas entrevistas com os dirigentes e líderes.

7.1.2 Itaim Paulista

As entrevistas com líderes e dirigentes dos programas de apoio ao empreendedorismo para as classes de baixa renda no Itaim Paulista mostram um programa bem mais novo do que o de São José dos Campos, que passa assim pelas dificuldades de consolidação de atividades e permanência que parece terem sido vencidas por São José dos Campos.

O programa “guarda-chuva” do Itaim Paulista, a Câmara de Animação Econômica”, nasceu em 2005 e até hoje sente que uma das maiores dificuldades é “acertar o tempo dos parceiros com o tempo do projeto”, e também “fazer as pessoas acreditarem realmente”.

Nesse sentido, o fato do Itaim Paulista ser uma subprefeitura de São Paulo, em uma das regiões de pior IDH da cidade, também tem um peso relevante. Mais do que em outros lugares, há entre a população desses locais o receio de que qualquer nova atividade pública seja apenas com fins eleitorais, e as entrevistas com líderes e dirigentes do Itaim Paulista demonstram esse receio por parte da população e dificuldade constatada pelos dirigentes e executores.

De certa forma, porém, nota-se que essas dificuldades vêm sendo vencidas, com uma adesão cada vez maior da população e de “parceiros”, sejam eles empresas apoiadoras ou instituições nacionais e internacionais.

Assim como em São José dos Campos, a dificuldade em se dar apoio aos negócios nascentes e empreendedores formados após o término dos programas a eles destinados foi considerada o maior problema, sendo a não criação de uma incubadora de empresas o “maior erro” apontado nos questionários com os líderes.

Como aspirações futuras, sentimos nas respostas o desejo de se ampliar o conceito da Câmara de Animação Econômica para outras subprefeituras e cidades, com atenção à criação de Câmaras Temáticas diferenciadas, alinhadas com as competências, necessidades e diferenças locais.

As atividades no Itaim Paulista focaram nos trabalhadores já existentes, não havendo nessa subprefeitura nenhuma ação regular e sistemática a respeito da educação para o empreendedorismo nas escolas e voltadas para crianças e jovens. Essas ações foram também levantadas como próximas aspirações dos dirigentes e líderes, porém nenhuma ação tinha sido iniciada até o momento das entrevistas.

Dessa forma, não é de se estranhar que os respondentes, também indicados pelos dirigentes como exemplos bem sucedidos de participação, sejam 80% do sexo feminino e 67% com mais de 46 anos de idade, compondo um grupo radicalmente diferente do grupo de São José dos Campos (Gráfico 7).

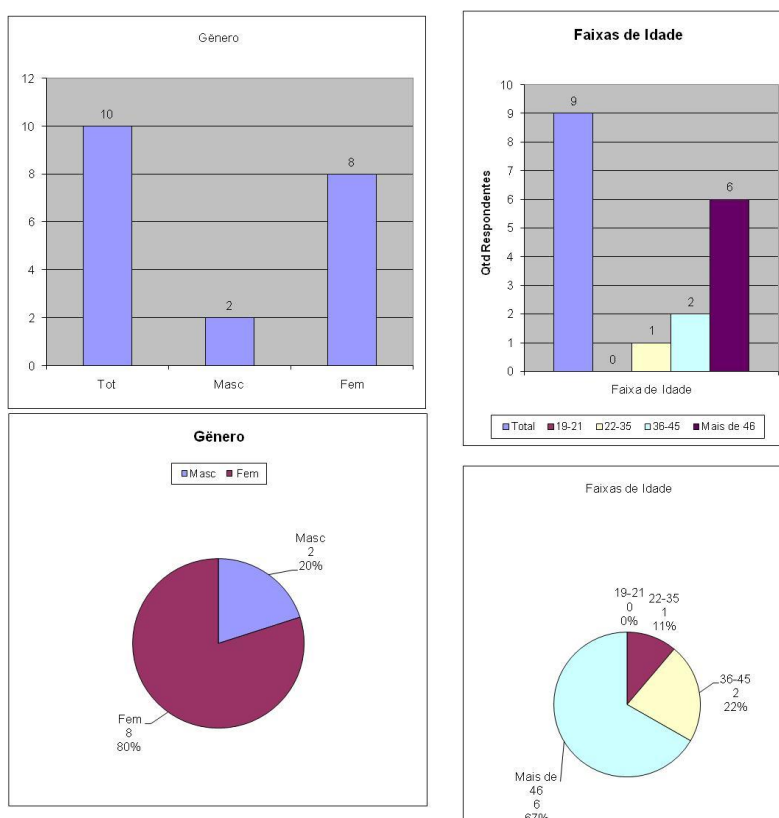


Gráfico 7 - Distribuição por gênero e faixas de idade – Itaim Paulista

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

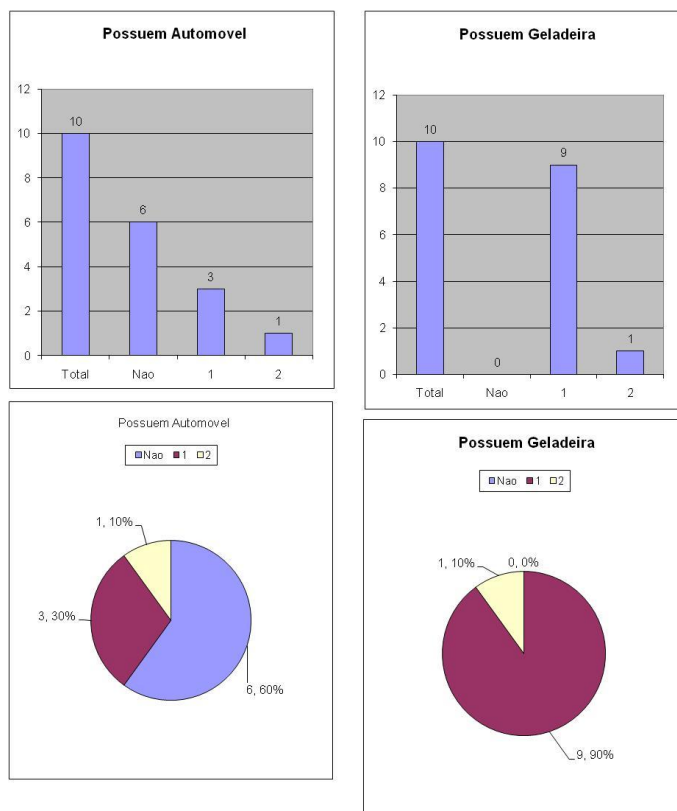


Gráfico 8 – Distribuição por posse de automóvel e posse de geladeira – Itaim Paulista

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Esse grupo, que tomou conhecimento das atividades da subprefeitura por meio de amigos e visitas à própria subprefeitura (80% dos respondentes), acredita em 60% das respostas que “após o programa sua qualidade de vida melhorou” e 80% que “a participação no programa teve relação com a mudança”.



Gráfico 9 - Gráfico das respostas sobre a melhora da qualidade de vida e a relação da participação com essa mudança – Itaim Paulista
 Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Dos respondentes, 40% discordam da “falta de continuidade no apoio público”, índice que, apesar de relativamente baixo, é incrivelmente maior do que o de São José dos Campos (que foi zero). Explicações para essa diferença residem tanto nas expectativas maiores do público de São José dos Campos, devido à idade e tipo de negócios e empreendedores do programa, quanto no estímulo à criação de cooperativas por parte da subprefeitura do Itaim Paulista, atividade que não foi exitosa em São José dos Campos.

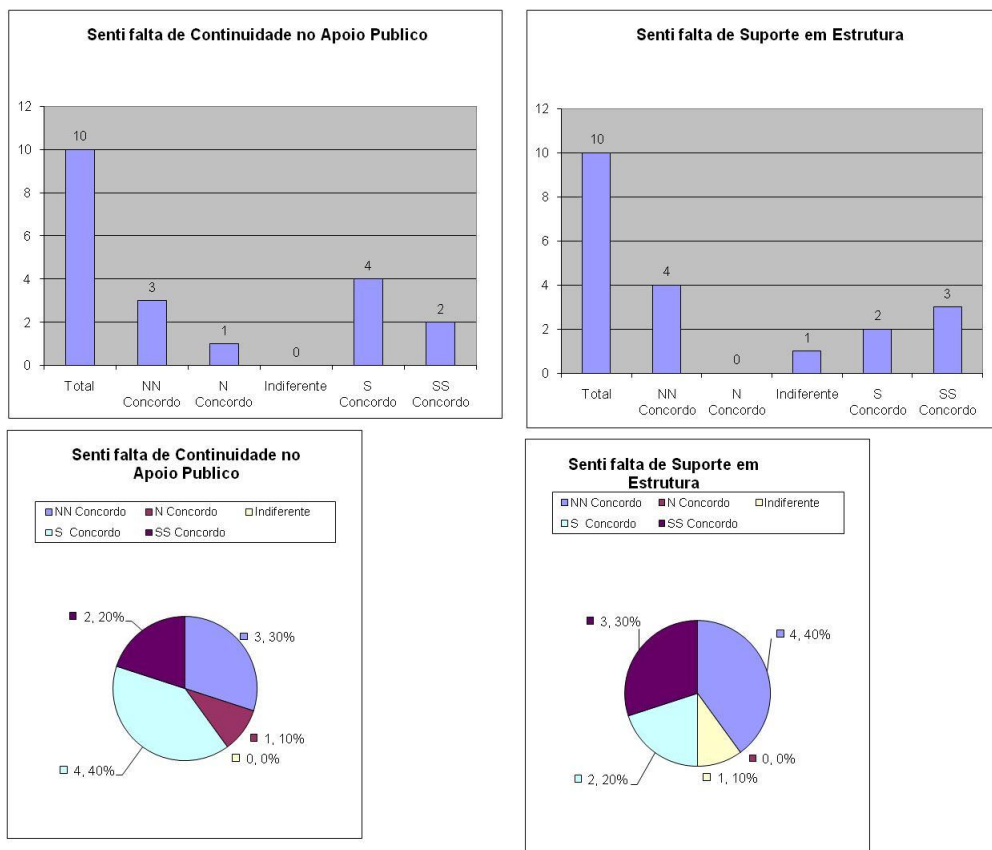


Gráfico 10 – Gráfico das respostas sobre falta de continuidade no apoio público e suporte em estrutura – Itaim Paulista

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Sobre esse tema temos novamente tanto Suplicy (2008) quanto Sachs (2005) e Polak (2008), todos enfatizando a importância ao estímulo às modalidades cooperadas e associativas de empreendedorismo, particularmente voltadas para as classes de baixa renda, como uma forma segura de se aumentarem as chances de sucesso e continuidade dos negócios estimulados e abertos devido a programas de apoio ao empreendedorismo para as classes de baixa renda.

Da mesma forma, 40% dos respondentes do Itaim Paulista discordaram da afirmação “senti falta de apoio na estrutura” e 50% discordaram de “senti falta de financiamento” (apenas 20% concordaram, denotando ação efetiva dos sistemas de microcrédito). Apenas 20% afirmaram “senti falta de oportunidades” e 30% “senti falta de clientes”, e 60% discordaram de “perdi o interesse em empreender”.

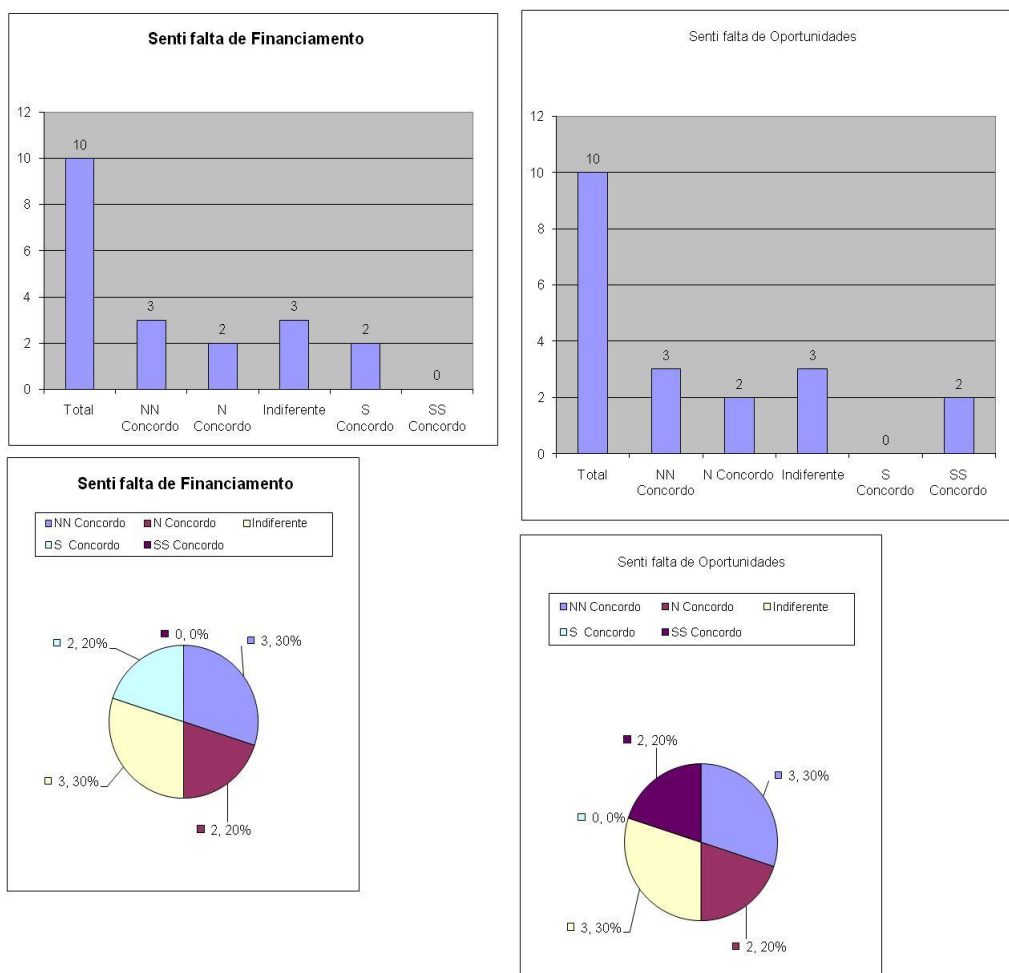


Gráfico 11 – Gráfico das respostas sobre a falta de oportunidades e falta de financiamento
– Itaim Paulista
Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

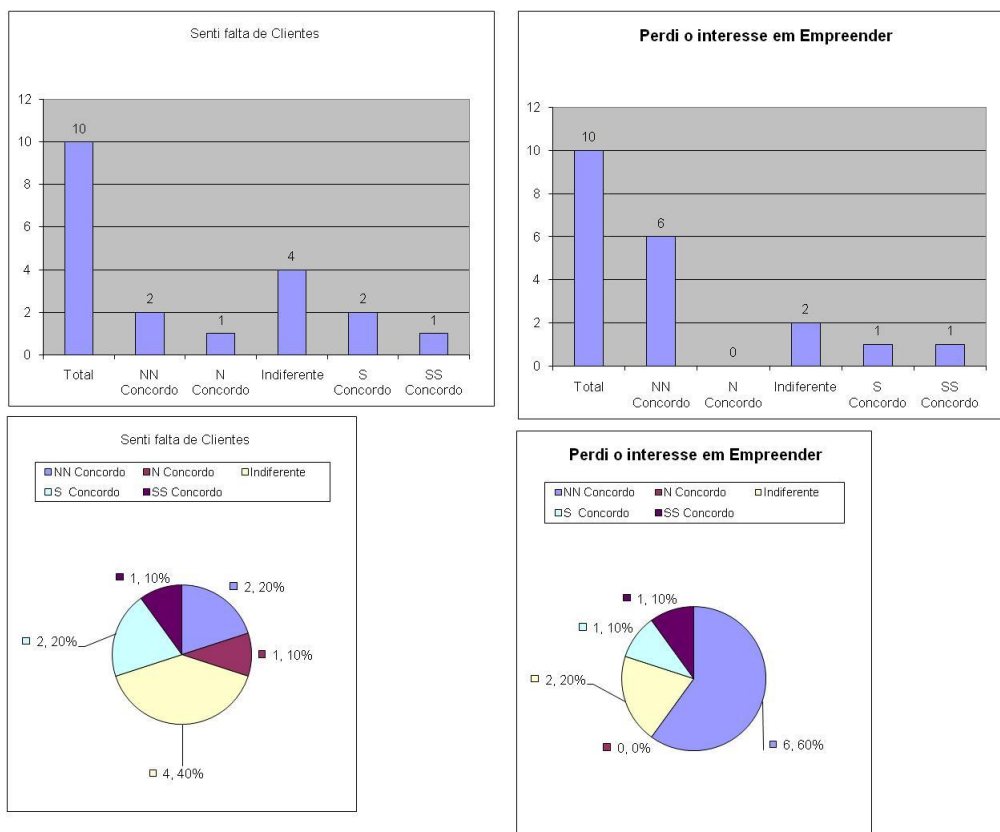


Gráfico 12 – Gráfico das respostas sobre a falta de clientes e interesse em empreender – Itaim Paulista

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Quanto à afirmação “aprendi mais sobre o meu negócio”, 90% dos respondentes concordaram com a afirmação, 60% concordaram com “senti facilidade em vender meus produtos” e 70% “aprendi a fazer mais produtos e serviços”. Dos respondentes, 80% concordaram com “melhorei minha administração” e 70% “aprendi a captar recursos”.



Gráfico 13 - Gráfico das respostas sobre aprendizagem sobre o próprio negócio e confecção de produtos e serviços – Itaim Paulista
Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

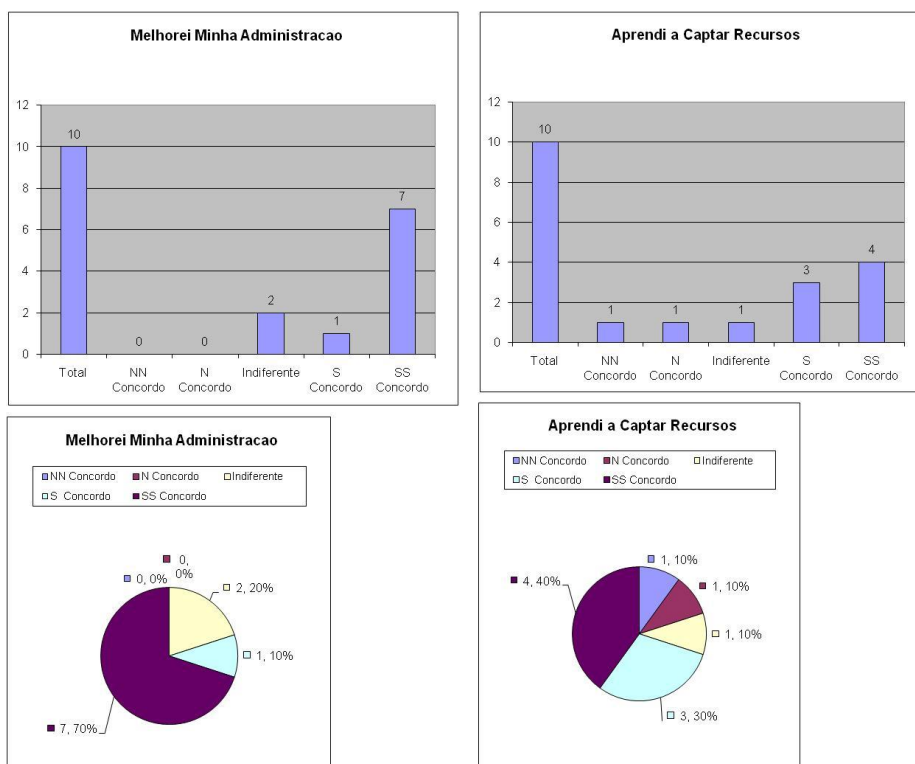


Gráfico 14 – Gráfico das respostas sobre a percepção de melhora na capacidade administrativa e a aprendizagem de captação de recurso – Itaim Paulista
Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Essas respostas denotam uma maior satisfação geral do beneficiário com o programa do Itaim Paulista, mas ressaltamos novamente que essa satisfação está ligada às menores expectativas do público no Itaim Paulista e à existência de grande atividade associativa, que apesar de ser pequena entre os respondentes quanto à participação em cooperativas (apenas 10%), torna-se muito maior ao entendermos que as Câmaras Temáticas do Itaim Paulista, como dito nas entrevistas com líderes e gestores, funcionam como cooperativas informais, mantendo unidos os empreendedores formados pelo programa por muito tempo em atividades de compra e venda conjuntas, participações em feiras e similares, etc.

7.1.3 Tarumã

A cidade de Tarumã apresenta condições absolutamente distintas dos outros dois casos analisados, como já vimos anteriormente. O programa de apoio ao empreendedorismo foi implantado a partir de 2000, na primeira gestão de Oscar Gozzi, e tem continuidade até os dias de hoje, firmando-se como uma das grandes realizações da prefeitura e não mais da gestão de um prefeito.

As entrevistas com líderes e gestores destacaram como grandes vitórias os projetos “Mãos de Mel” e “Arte Tarumã”, que se fixaram comercialmente e hoje empregam dezenas de pessoas em regime de autoemprego e cooperativa. Como erros do programa, foram apontados problemas em identificação e desenvolvimento de lideranças, em espírito de equipe e solidariedade, fatores que causaram o desmantelamento de algumas ações e cooperativas.

Ficou patente, nas entrevistas e nos questionários em Tarumã, a ênfase dada à criação de cooperativas e associações, e os resultados gerados por essa ênfase. Os líderes destacaram, assim, a resistência ao novo e dificuldade em se abrirem novos mercados como os principais empecilhos nesses anos iniciais do programa. Acreditamos que parte dessa resistência possa ter-se dado pelas mesmas razões apontadas no Itaim Paulista, ou seja, receio da população e das empresas que aquelas sejam apenas ações eleitorais; infelizmente, temos que conviver com essa realidade no Brasil, a de que projetos sérios tenham que sofrer por algum tempo até provarem ser sérios, até adquirirem credibilidade e poderem deslanchar. A mudança

desse espírito de “pé atrás”, de desconfiança, é uma mudança cultural por que ou pela qual nossa sociedade terá que passar nas décadas vindouras, mas que hoje é apenas um reflexo dos descabros e abusos do poder público.

Quando questionado sobre os desafios futuros, a liderança de Tarumã praticamente citou, acreditamos que sem saber, os itens elencados por Polak (2008) como cruciais para se escapar da pobreza por meio do empreendedorismo: credibilidade no sistema cooperativo, desafio de abertura de mercados, liderança e comercialização dos produtos gerados pelos novos empreendedores de baixa renda e com poucos contatos (*networking*) para divulgar e distribuir seus produtos.

Segundo as lideranças de Tarumã, um grande diferencial que o programa apresentou foi o envolvimento para o coletivo, já que os programas foram construídos de forma participativa com a sociedade, com grande processo motivacional. Deve-se destacar que também o Itaim Paulista mencionou o processo participativo como grande diferencial, tendo sido realizadas na região várias seções de sociodramas para a própria população escolher, por exemplo, quais Câmaras Temáticas seriam iniciadas, ou qual seria o logotipo do programa.

As lideranças em Tarumã foram enfáticas ao declarar que o programa permitiu que cidadãos que antes tinham dificuldade de conseguir emprego conseguiram se incluir, em um exemplo de empreendedorismo social em seu ponto de vista, e colocaram a questão motivacional e educacional como o contexto necessário para a criação de uma “educação para o empreendedorismo”, devendo ser ensinada desde o Ensino Fundamental com a desmistificação do que é ser empreendedor e a criação de uma “vivência de empreendedorismo”.

Nesse sentido as respostas das lideranças de Tarumã alinham-se perfeitamente com o proposto pelo GEM (2008), com seu tópico especial enfocando a educação e treinamento para o empreendedorismo e a criação de ambientes propícios ao mesmo como grandes vetores do aumento das atitudes e aspirações empreendedoras, e, conseqüentemente, da atividade empreendedora propriamente dita.

Por fim, a oferta de microcrédito de forma facilitada e ampla, bem como a facilitação do processo de abertura de novas empresas e a oferta de programa de

formação empreendedora nas escolas de Ensino Fundamental e Médio foram os grandes conselhos das lideranças de Tarumã.

Como podemos ver pelos questionários dos beneficiários em Tarumã, também indicados pela prefeitura como exemplos de sucesso nas atividades do programa, 89% são mulheres e 45% com mais de 46 anos de idade, o que forma um público ainda diferente dos anteriores. Sendo Tarumã uma pequena cidade do interior de São Paulo, próxima a uma grande usina de álcool e açúcar (Nova América), e sabendo que mais de 60% dos respondentes apresentam Ensino Médio, 78% possuem ao menos 1 automóvel (22% possuem 2 automóveis) 100% possuem geladeira e televisor e 89% DVD player, concluímos que tanto o nível educacional quanto socioeconômico dos beneficiários em Tarumã é maior do que o dos outros casos estudados.

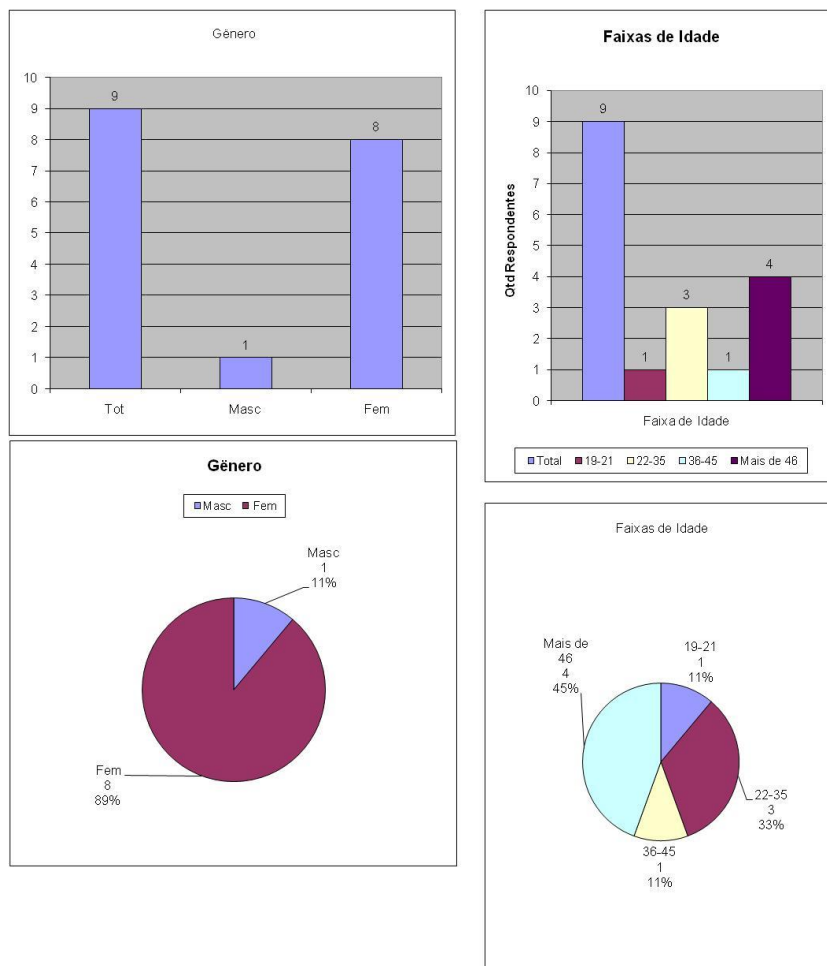


Gráfico 15 – Distribuição por gênero e faixas de idade – Tarumã

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

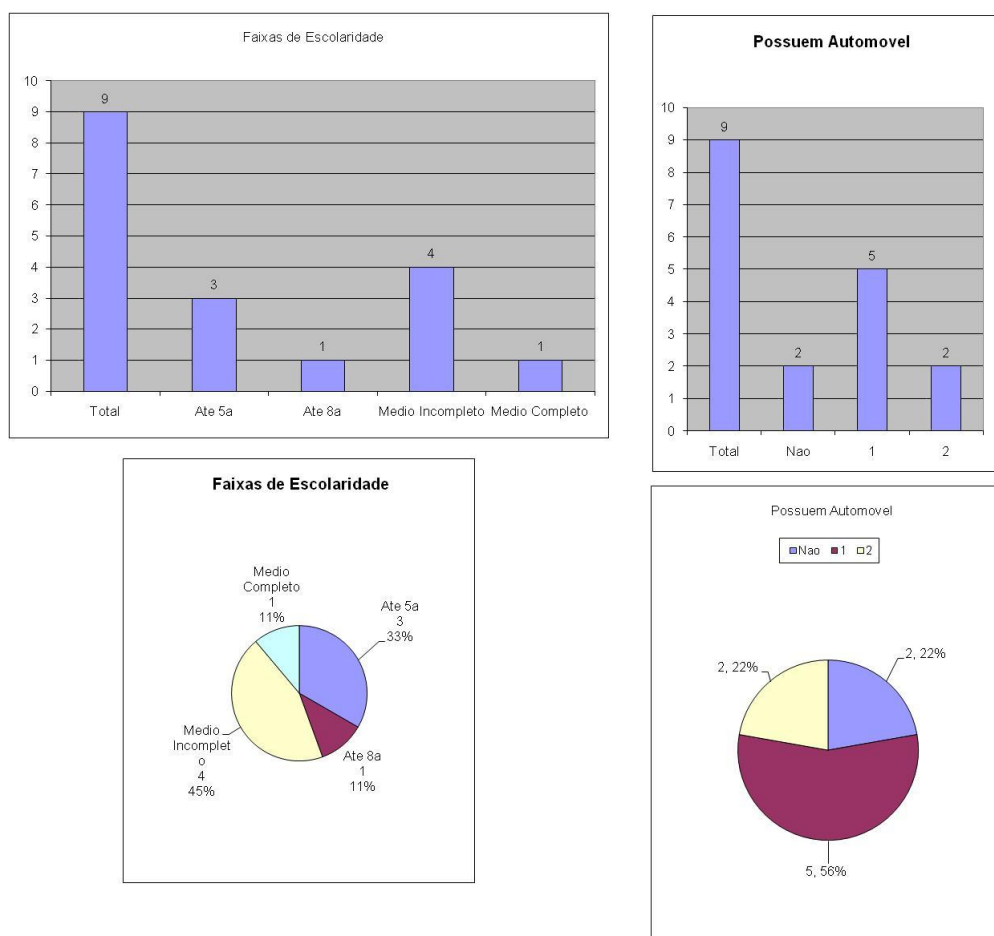


Gráfico 16 – Distribuição por faixa de escolaridade e posse de automóvel – Tarumã

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Os respondentes em Tarumã concordaram unanimemente que “após a participação no programa, sua qualidade de vida melhorou” e também unanimemente que “sua participação no programa teve relação com a mudança em sua qualidade de vida”. Ainda, 67% declararam sentir falta de continuidade no apoio público, 56% falta de suporte em estrutura e em falta de financiamento. Números altos, denotando basicamente a insatisfação com a continuidade do apoio; essa questão, inclusive, foi apontada pelos líderes como um dos problemas em Tarumã, a saber, a exagerada expectativa dos beneficiários em contínuo apoio do poder público.



Gráfico 17 – Gráfico das respostas sobre a melhora da qualidade de vida e a relação da participação com essa mudança – Tarumã
 Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

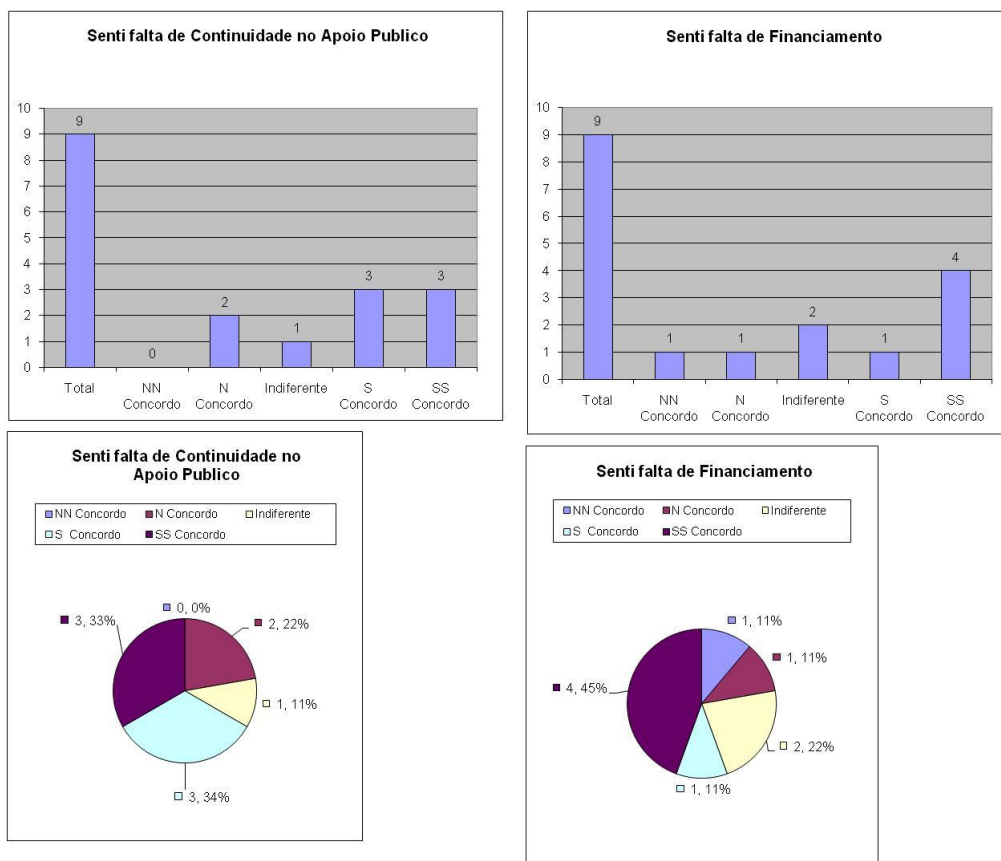


Gráfico 18 – Gráfico das respostas sobre falta de continuidade no apoio público e falta de financiamento – Tarumã

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Essa é realmente uma questão que divide a todos. Enquanto Polak (2008) e Yunus (2000) defendem a inexistência de apoio diferenciado, incentivos fiscais ou creditícios, e Sachs (2005) a existência de apoios e subsídios decrescentes, Suplicy (2008) por outro lado defende a Renda Básica de Cidadania e outros sistemas de transferência de renda para mitigar a pobreza.

O mérito, provavelmente, está no meio, mas qual é esse meio e onde traçar a linha é o ovo de Colombo. Até hoje ninguém o pôs de pé, e as análises dos questionários de Tarumã, vis-à-vis com as entrevistas dos líderes, deixa esse assunto bem claro.

Os respondentes de Tarumã, porém, de certa forma corroboram as afirmações dos seus líderes e gestores de programas, já que 88% discordam da afirmação “senti falta de oportunidades” e “senti falta de clientes”. Apenas 11% afirmaram “perdi o interesse em empreender” e 100% concordaram que “aprendi

mais sobre meu negócio”. Essas respostas nos levam a crer que, devido à situação de arrecadação de Tarumã, beneficiada pela presença da Usina Nova América, faz com que sua população alimente expectativas exageradas de apoios e incentivos por parte do poder público.

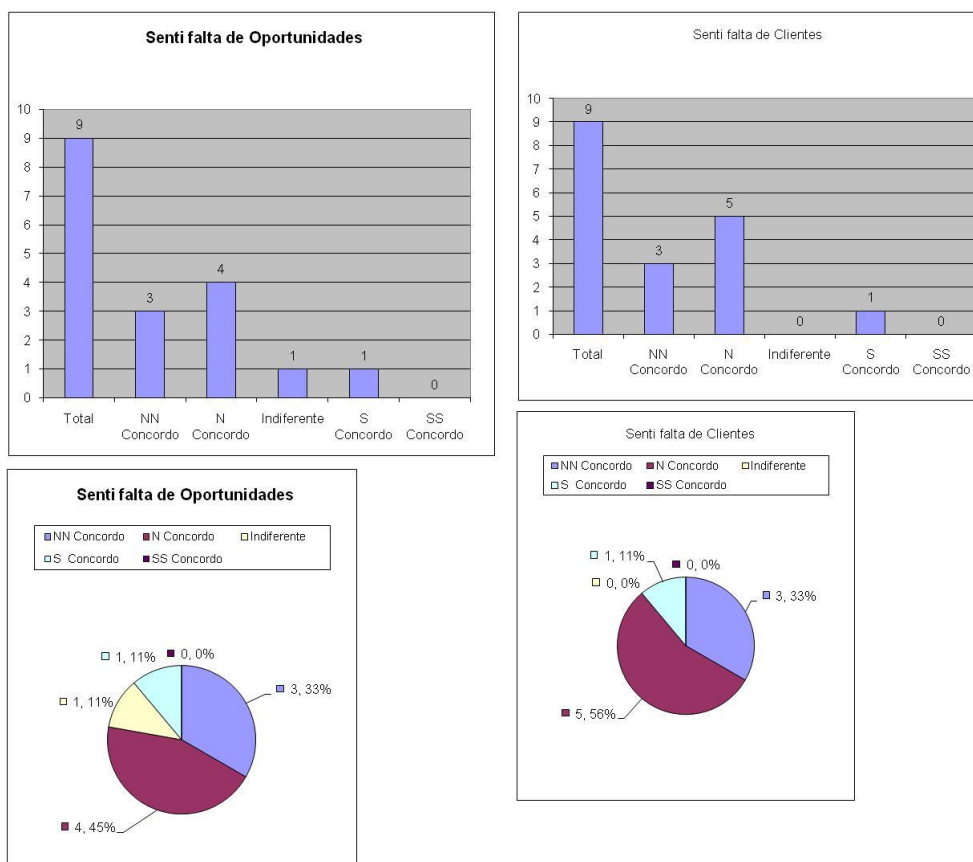


Gráfico 19 – Gráfico das respostas sobre a falta de oportunidades e falta de clientes – Tarumã

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas



Gráfico 20 – Gráfico das respostas sobre interesse em empreender e conhecimento do negócio – Tarumã

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Dessa forma, apenas 11% discordam da afirmação “senti facilidade em vender meus produtos” e ninguém discordou da afirmação “aprendi a fazer mais produtos e serviços”, sendo que 89% concordaram com a afirmação, mesma porcentagem apresentada para “melhorei minha administração”. Quanto a “aprendi a captar recursos”, porém, apenas 11% concordaram e 67% mostraram-se indiferentes, apontando para a necessidade de mais acesso a microcrédito e opções de captação de recursos, o que já fora apontado nas entrevistas com líderes e gestores de programas.



Gráfico 21 – Gráfico das respostas sobre facilidade na venda dos produtos e confecção de mais produtos e serviços – Tarumã
 Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas



Gráfico 22 – Gráfico das respostas sobre a percepção de melhora na capacidade administrativa e a aprendizagem de captação de recurso – Tarumã
 Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

Por fim, diferentemente dos outros casos e corroborando as prioridades apontadas pelos líderes e gestores, 44% dos respondentes de Tarumã abriram seus negócios após a participação no programa, e 56% passaram a participar de cooperativas.

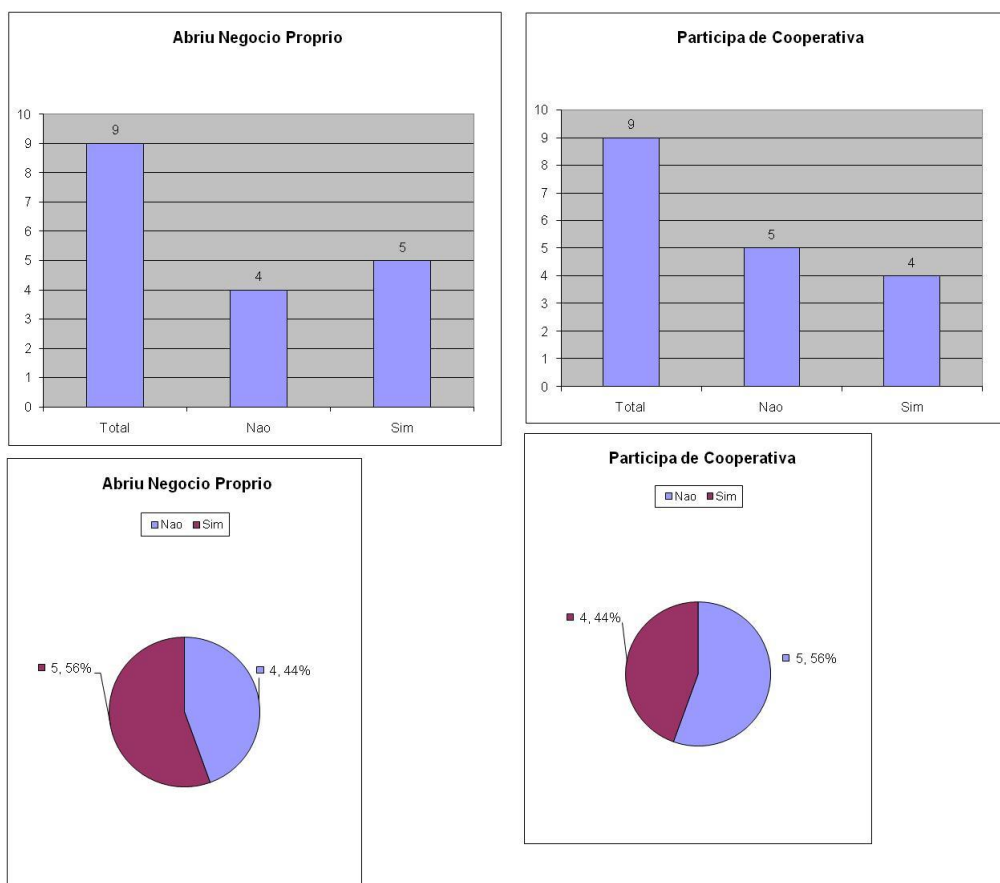


Gráfico 23 – Gráfico das respostas sobre abertura do negócio próprio e participação em cooperativa – Tarumã

Fonte: elaborado pelo AUTOR, com base em entrevistas realizadas

7.2 Descrição dos resultados comparados e consolidados

Dentre todos os outros resultados obtidos após o término das entrevistas e dos levantamentos, descobrimos que dois dos programas (Itaim e Tarumã) atraíram majoritariamente mulheres com mais de 46 anos, enquanto que São José dos Campos atraiu, majoritariamente, homens de 22 a 45 anos de idade. Todos os programas eram abertos a qualquer cidadão, de qualquer idade, mas seus objetivos eram notavelmente diferentes. Todos os gráficos similares, para melhor análise comparativa e consolidada, encontram-se no final deste texto.

Refletindo sobre a direção dada pelos governos, também percebemos um índice educacional mais alto em Tarumã, seguido por São José dos Campos e Itaim, este em um último lugar bastante díspar. Essas descobertas foram completamente

consistentes à população, em geral, dessas cidades e aos diferentes escopos de cada programa.

No levantamento do nível econômico, descobrimos que, na média, 51% das pessoas pesquisadas não possuíam automóvel, tendo São José dos Campos o maior índice (67%), seguida por Itaim (60%) e Tarumã (22%).

Isso, por si só, reflete outro achado: a renda “per capita” muito maior na cidade de Tarumã. Outros levantamentos confirmaram que é interessante notar que 50% da população de São José dos Campos não possui refrigerador, enquanto que 33% não têm televisão. Em Tarumã e em Itaim Paulista, cada família possui, pelo menos, uma geladeira e um televisor em casa.

Apesar do enorme esforço em divulgar e pôr no mercado esses programas, tornou-se claro que os participantes são pessoas que geralmente procuram as prefeituras em busca de ajuda ou de novas atividades. Quando perguntados “como você ficou sabendo desse programa?”, 46% de tudo o que foi respondido era “quando fui à prefeitura” e 35% disseram “por meio de amigos ou da família”. Em contraposição a esse fato, o prefeito de Itaim disse: “quando eles assistem na TV, eles acham que é coisa de política, que não terão direito de participar”. “Quando vão à prefeitura, percebem que todos podem participar. Essa é uma característica inerente a nós, não acreditamos nos políticos, nem na propaganda política. Talvez o tempo mude isso um dia”.

É interessante notar que, em Tarumã, expressivos 78% responderam “quando visitamos a prefeitura” e 22% responderam “por meio de amigos e da família”. Isso também era esperado, já que Tarumã é uma pequena cidade e seu principal meio de divulgação dos programas era no boca a boca.

Quando analisamos os resultados desses programas, da forma como foram recebidos pela população alcançada, notamos que um grande aumento da autoestima e da satisfação foi alcançado por todos os programas; novamente lembramos que o GEM (2008) enfatiza esse aspecto para o aumento dos índices de aspirações e atitudes empreendedoras, componentes fundamentais do Índice Global de Empreendedorismo (GEI) (ACS; STENHOLM, 2008). É singular observar que 81% de todas as respostas atestaram: “minha vida melhorou depois da minha participação no programa” e 86% disseram que “o programa teve a ver com as mudanças na minha vida”.

Por outro lado, 77% afirmaram: “senti a falta de continuidade no apoio público”; 67% falaram: “senti falta de apoio estrutural”; 52% disseram: “senti falta de financiamento” (principalmente em São José dos Campos e Tarumã).

Quando perguntados “Você sentiu a falta de oportunidades?”, um total de 100% dos entrevistados de São José dos Campos concordou, enquanto que 78% das pessoas discordaram em Tarumã, e 50% responderam negativamente no Itaim (30% foram indiferentes e 20% concordaram). Os coordenadores do programa, em São José dos Campos, declararam que sentiram que “as aspirações eram grande demais” e que “as pessoas frustraram-se quando não conseguiam crescer na velocidade que imaginavam”.

Essa característica diferenciada de São José dos Campos, bem como o tipo de empreendedores e empreendimentos apoiados pelo seu programa, colocaria a cidade, hoje, na classificação de *Innovation-Driven economies* (GEM, 2008), separada da classificação atual do Brasil como um todo, de *Efficiency-Driven economies*. O Itaim Paulista estaria quase limítrofe para a classificação *Factor-Driven economies*, enquanto Tarumã estaria no limite entre *Efficiency* e *Innovation-Driven economies*. Esse não será tópico desta dissertação, mas fica claro que um país com as dimensões e diferenças do Brasil não pode ser resumido a um único índice nas medições de desenvolvimento e empreendedorismo globais, devendo qualquer estudo sobre o país desagregar os índices em regiões ou mesmo sub-regiões.

Por outro lado, em Tarumã e no Itaim, a cooperativa foi escolhida, no meio de metas muito mais modestas, o que se refletiu nas respostas dos participantes e na satisfação da maioria deles.

Novamente, nos últimos levantamentos, 56% dos entrevistados em Tarumã declararam: “eu comecei meu próprio negócio”, contrastando com os 9% de São José dos Campos e 0% no Itaim. Em conformidade, 44% das pessoas, em Tarumã, declararam que fazem parte de uma cooperativa; 10%, no Itaim e 0% em São José dos Campos. Esse triste “resultado final” (a criação de novos negócios e empresas com sucesso contínuo) também foi relatado em um grande jornal brasileiro, *Folha de São Paulo*, em um artigo de 22 de agosto de 2007, baseado em reportagem anterior de 12 de março de 2006 (BOCATO, 2006).

7.3 Respostas às perguntas específicas deste trabalho

No início desta dissertação foi proposto um problema central a ser desenvolvido:

Como estão estruturados os programas de apoio ao empreendedorismo para as pessoas de baixa renda, nos estudos de caso do “corpus básico” desta dissertação?

A escolha dos casos partiu de algumas premissas básicas, ligadas ao desenvolvimento, continuidade e sucesso dos programas. São elas:

- os três casos desenvolveram programas de apoio ao empreendedorismo de longo prazo;
- houve inserção dos programas no planejamento integrado dos municípios;
- planejamento e orçamento participativos nos três municípios permitiram uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil;
- todos os programas realizaram ações e atividades empreendedoras como saída para pessoas de baixa renda;
- os programas foram aplicados em bairros e regiões de população carente;
- os municípios escolhidos são representativos de três tipos de município: um bairro carente de uma grande metrópole (Itaim Paulista/São Paulo), uma cidade de pequeno porte com a economia centrada em agronegócios (Tarumã) e uma cidade de grande porte com a economia centrada em inovação tecnológica e industrial (São José dos Campos).

Após a seleção dos casos e a realização da pesquisa, tornou-se necessário responder ao conjunto de perguntas propostas para o desenvolvimento do problema central proposto:

- Como foi detectada a necessidade de cada programa?
- Quais são as semelhanças e diferenças entre eles?

- Os programas analisados nesta dissertação estão efetivamente sendo bem sucedidos?
- Quais são os principais empecilhos e facilitadores para a criação de programas mais efetivos?
- Quais são as sugestões para programas futuros?

7.3.1 Como foi detectada a necessidade de cada programa?

Notamos que, nos três casos estudados, a necessidade foi inicialmente constatada pelo dirigente principal, que também já apresentava experiência bem sucedida anterior em relação ao estímulo ao empreendedorismo.

Todos os casos também compartilharam a fase de consulta pública, seja por meio de reuniões com as associações já existentes e lideranças locais (como Tarumã), seja por meio de série de sociodramas onde a população participava de forma interativa e iterativa (Itaim Paulista). O trabalho de São José dos Campos, por ser o de maior longevidade, apresentou essa fase ainda antes de 1998 e incorporou a retroalimentação do público atingido como base para a ampliação e mesmo manutenção de programas.

Dessa forma, confirma-se a necessidade premente de se construírem políticas públicas de apoio ao empreendedorismo “de baixo para cima”, ou seja, partindo dos anseios e necessidades percebidas da população, e não “de cima para baixo”, vinda como parte de um planejamento global em esfera federal, por exemplo. Fica claro que, enquanto algumas políticas públicas podem ser construídas a partir de uma administração central, as específicas de apoio ao empreendedorismo para classes de baixa renda precisam, necessariamente, iniciar-se nas comunidades, bairros e associações para serem de fato absorvidas pela população, conseguindo um resultado mais duradouro, com continuidade e autossustentabilidade. Os planejamentos municipais participativos permitiram que a população apresentasse seus problemas e contribuísse para uma solução mais objetiva e exequível dos problemas detectados.

7.3.2 Quais são as semelhanças e diferenças entre eles?

Devemos ressaltar a primeira e básica diferença entre os casos escolhidos. A cidade de Tarumã, sendo pequena, apresenta características bastante distintas de São José dos Campos e principalmente do Itaim Paulista. Mesmo essas duas últimas também apresentam grandes diferenças entre si. Assim, pode-se dizer que as diferenças muitas vezes partem dessa condição inicial – do tamanho do município, da geração de renda, da economia regional e da cultura sócio-política local –, que não é, porém, a única fonte de diferenciação.

Dessa forma, temos as diferenças de divulgação dos programas, por exemplo. Enquanto Tarumã e o Itaim Paulista basicamente tiveram suas divulgações no boca a boca, São José dos Campos apresentou porcentagem significativa em publicidade e anúncios.

Em sua operação, São José dos Campos diferenciou-se pelo foco na educação para o empreendedorismo já nas séries iniciais do Ensino Básico, bem como o foco no jovem empreendedor, enquanto o Itaim Paulista e Tarumã dedicaram suas atenções às cooperativas e associações profissionais já existentes, formal ou informalmente, e assim atraíram um público de maior idade.

As semelhanças decorrem do enfoque comum de procurarem no empreendedorismo uma saída para a inclusão de pessoas de baixa renda no mercado formal de trabalho.

Nos três programas houve incentivos creditícios, capacitação e qualificação dos participantes, acompanhamento e aconselhamento das associações, cooperativas e empresas recém-criadas.

7.3.3 Os programas analisados nesta dissertação estão efetivamente sendo bem sucedidos?

Pela análise dos questionários desta pesquisa, bem como por meio de outros indicadores, podemos dizer que os programas analisados estão, sim, sendo bastante bem sucedidos.

Não só temos um alto índice de satisfação dos respondentes, tanto com relação aos programas como em relação às administrações como um todo e a si

mesmos, denotando um aumento da autoestima em todos os casos estudados, mas também temos os fatos de, por exemplo, terem sido os três programas estudados ganhadores dos prêmios “Prefeito Empreendedor SEBRAE” em diversas ocasiões. Esse prêmio é concedido pelo SEBRAE para administrações públicas que, em suas políticas, criam um efetivo clima de apoio ao empreendedor e ao empreendedorismo em seus municípios.

Também é digno de nota que todos os três programas tiveram sua continuação realizada pelas administrações posteriores aos seus criadores, e tanto Tarumã quanto São José dos Campos reelegeram seus prefeitos e também elegeram as indicações do prefeito após a reeleição. A Câmara da Animação Econômica do Itaim Paulista, por sua vez, não só teve sua continuidade garantida como terá sua metodologia expandida para outras três subprefeituras de São Paulo em 2009.

7.3.4 Quais são os principais empecilhos e facilitadores para a criação de programas mais efetivos?

Ficou claro que o desalinhamento de expectativas foi um dos grandes empecilhos para os programas, não só entre gestores e público-alvo, mas também entre o Poder Público e os parceiros (SEBRAE e ONU, por exemplo) e mesmo entre as diferentes esferas do Poder Público (Município, Estado e Federação, e entre secretarias e departamentos).

As dificuldades para preparar e acompanhar os projetos, embora apareçam sempre, foram, na maioria das vezes, superadas. O financiamento de microcrédito necessário para associações e cooperativas foi, muitas vezes, prejudicado pelo excesso de burocracia e altos juros.

Os facilitadores dos programas desenvolvidos e dos projetos neles inseridos foram:

- participação da sociedade civil por meio de consultas a população;
- análise das necessidades regionais para a criação de câmaras temáticas;
- cursos e treinamentos para a capacitação dos líderes;

- microcréditos gerados a partir do Banco do povo e de outros financiamentos públicos e privados;
- parceria das prefeituras com organizações da sociedade civil;
- apoio de estrutura e logística das prefeituras para o sucesso dos negócios recém-criados.

7.3.5 Quais são as sugestões para programas futuros?

Notamos que os programas guardam entre si duas grandes sugestões para futuros programas: a adoção da educação empreendedora desde as séries iniciais do Ensino Básico e o acompanhamento de negócios, cooperativas e associações formadas, com uma fase de “incubadora de empresas” facilitando os primeiros e mais difíceis anos de qualquer empreendimento.

É relevante frisar alguns pontos-chave indispensáveis para o sucesso dos programas de inclusão social por meio de ações e atividades empreendedoras:

- necessidade de participação da sociedade civil no planejamento municipal para detectar as necessidades da região;
- vontade política dos gestores e inclusão dos programas no planejamento integrado e sustentável do município, com orçamentos objetivos e previamente discutidos;
- parcerias com empresas públicas e privadas para a capacitação, treinamento e qualificação dos participantes;
- criação de uma cultura de participação e voluntariado da sociedade civil na organização, nas avaliações e busca de solução de problemas;
- criação de mecanismos para facilitar créditos e microcréditos, tanto para associações, cooperativas e empresas quanto para os indivíduos, auxiliando e acompanhando os projetos até que se tornem autossustentáveis.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Síntese conclusiva das idéias desenvolvidas

Assim chegamos às nossas conclusões finais e recomendações. Verificamos que alguns programas carecem de algumas etapas finais na criação de um ambiente empreendedor, isto é, precisam de ajuda financeira e na questão de funcionamento em um projeto embrionário, que ainda está se desenvolvendo. A grande maioria dos entrevistados das comunidades de de São José dos Campos e Itaim Paulista concordaram com essa conclusão em várias entrevistas, e o subprefeito do Itaim Paulista até declarou o seguinte: “nós sabemos que isso está em falta e queremos mudar, mas esse tipo de ajuda depende dos governos Estadual e Federal e, muitas vezes, eles são de partidos diferentes, o que torna tudo realmente complicado”.

Em Tarumã, por outro lado, o estímulo à criação de cooperativas e a ajuda do governo municipal referente à contratação dessas cooperativas fizeram toda a diferença, o que criou um círculo eficaz nessa pequena cidade; essa descoberta é corroborada por Polak (2008), que destaca, na aquisição de novos mercados, um fator-chave para as pessoas mais carentes lutarem contra a pobreza e melhorar suas qualidades de vida, concernente à população que ganha um dólar por dia. A presença da Usina Nova América com fluxo de capital, impostos e contratações também foi, principalmente, um auxílio fundamental, como declarou o prefeito de Tarumã. Essa característica pode ser mais bem entendida e, apesar das dificuldades, tornar-se modelo para outros programas.

Notamos, também, que de todos os casos estudados apenas São José dos Campos desenvolveu um programa consistente de Educação empreendedora, abrangendo todas as escolas desde o Ensino Fundamental. Essas ações foram consideradas cruciais para o sucesso e diferenciação de São José dos Campos, corroborado pelas conclusões do GEM (2008) e por vários outros estudos. A sugestão, inequívoca, é que todas as políticas públicas de apoio ao empreendedorismo precisam focar e dar ênfase para a educação empreendedora desde o Ensino Fundamental, como forma de aumentar a qualidade e quantidade de atitudes, aspirações e atividades empreendedoras, movendo a região para o empreendedorismo de inovação e de oportunidade.

8.2 Sugestões e recomendações finais

Por fim, nossas recomendações finais podem ser resumidas nos itens que seguem:

1. Estabelecer metas plausíveis para a população-alvo;
2. Ao invés de negócios individuais, estimular a criação de cooperativas;
3. Criar e manter opções de crédito e microcrédito fortes; fazer uso de empréstimos coletivos e a cooperativas;
4. Apoiar as cooperativas na realização de seus primeiros negócios;
5. Criar um incentivo de 1 ou 2 anos para essas novas empreitadas, como um incentivo fiscal de 1 ano ou deduções de impostos para empresas consolidadas, que façam negócios com aquelas recém-fundadas e “protegidas”;
6. Criar um programa “andando com as próprias pernas” para que empresas e cooperativas recém-formadas se estabeleçam com sustentabilidade;
7. Criar programa de educação empreendedora a partir do Ensino Fundamental e Médio, com grande ênfase na atração e motivação de jovens para as opções profissionais ligadas ao empreendedorismo;
8. Criar facilitadores para a abertura e o fechamento de empresas. Muito pouca ênfase tem sido dada ao fechamento de empresas, que muitas vezes eleva os custos e trava empreendedores em suas aspirações e atitudes.

Algum dia, com programas de maior continuidade, seremos capazes de vislumbrar um cenário completamente diferente.

REFERÊNCIAS

ACS, Z. J. and STENHOLM, P. (2008). *A Global Entrepreneurship Index Using GEM Data*. Mimeo, School of Public Policy, George Mason University.

ACS, Z. J. and SZERB, L. (2008). *Gearing Up to Measure Entrepreneurship in a Global Economy*, Mimeo, Faculty of Business and Economics, University of Pecs.

AMIT, R.; GLOSTEN, E; MULLER, E. Challenges to theory development in entrepreneurship research. *Journal of Management Studies*, v. 30, n.5, p. 815-834, 1993.

ANDREASSI, T. *Avaliação de desempenho de profissionais técnicos: um estudo de casos*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA DAS EMPRESAS (ANPEI). *A inserção do Brasil na economia mundial: o desafio tecnológico*. São Paulo, 1990, p. 38

BAVA, S. C. *Dilemas da gestão municipal democrática*. São Paulo: Instituto Polis, 2000. (artigo). Disponível em http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=82

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. *Orçamento Participativo na Gestão Municipal*. Washington, 2003. p. 2. Disponível em <http://www.iadb.org/NEWS/Display/WSPrint.cfm?WS Num=11403 I language=P>.

BOCATO, R. Projeto Jovem empreendedor Fracassa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 mar. 2006. Classificados / Negócios p. 1-3.

BORBA, R. *A cidade cognitiva*. Curitiba: Universidade Tuiuti, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.: atualizada até a emenda constitucional nº 39, de 19-12-2002. 31. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2002).

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo*, Brasília, DF, 11 jul. 2001, Seção 1, 133. ed.

CANTILLON, R. *Essai sur la Nature Du Commerce en Général* (The Nature of Trade in General), Paris: Institut National D'études Démographiques, 1755.

CERVO, A. L.; BERVIAN, Pedro Alonso. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall. 2002.

CHIAVENATO, I. *Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa*. São Paulo: Makron Books, 1997.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. *Research in Administration*. A practical guide for students of undergraduate and graduate. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORNWALL, J. R.; PERLMAN, B. *Organizational entrepreneurship*. Boston: Irwin, 1990.

DAVID, D. E.h H. – *Intraempreendedorismo social: perspectivas para o desenvolvimento social nas organizações*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2004.

DOLABELA, F. *O ensino do empreendedorismo no Brasil: panorama brasileiro*. Brasília:UnB, 1999. Mimeografado.

DNA PAULISTANO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2008. Caderno DNA PAULISTANO.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, P. F. *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. São Paulo: Pioneira, 1987.

DRUCKER, P. F. *Fator humano e desempenho: o melhor de Peter F. Drucker sobre administração*. São Paulo: Pioneira, 1997.

FLANAGAN, J. C. The Critical Incident Technique. *Psychological Bulletin*, v. 54, n. 4, p. 327-38, July, 1954.

FUNDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEAD , 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

GINN, N. F. Education, Democratization, and Globalization: A Challenge for Comparative Education. *Comparative Education Review*, University of Chicago Press, v. 40, n. 04 , p. 341-357, Nov. 1996.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil*. Relatório Global, 2005.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil*. Relatório Global, 2008.

GUIMARÃES, R. P. El desarrollo sustentable: propuesta alternativa o relatório neoliberal. *Revista EURE*. Santiago do Chile, v. 20, n. 61, dic. 1994.

HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. *Monografia no curso de Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. *O município no Brasil*. Rio de Janeiro: IBAM, 2002. Disponível em: <http://www.ibam.org.br>. Acesso em: jul. 2008.

JOHNSON, S. Young social entrepreneurs. In: Canadá School of Business University of Alberta: Canadian Centre for Social Entrepreneurship, may 2003.

KERLINGER, F. N. *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais*: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

KIECKHÖFER, A. M. *Promoção do Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Municípios*. 2005. Tese (Doutorado em Gestão Ambiental) - Faculdade de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LEITE, E. Incubadora social: a mão visível do fenômeno do empreendedorismo criando riqueza. In: ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO, 4., 2002, Florianópolis. *Anais do 4º ENEMPRES*. Florianópolis: UFSC/ENE, 2002.

LEITE, E. *O fenômeno do empreendedorismo*: criando riquezas. 3. ed. Recife: Bagaça, 2002.

LOPES, R. *A cidade intencional*: planejamento estratégico de cidades. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MACE, E. A. (Org.) *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2002.

MACE, E. A. (Org.) *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARSHALL, A. (1890). *Principles of Economics*. London: Macmillan and Co.

MCCLELLAND, D. C. Business drive and national achievement. *Harvard Business Review*, Boston, v. 40, n. 4, p. 99-112, July/Aug., 1962.

_____. *Entrepreneurship and achievement motivation: approaches to the science of socio-economic development*. Lengyel. Paris: UNESCO, 1971.

_____. Characteristics of success entrepreneurs. *Journal of Creative Behavior*, v. 21, p. 219-232, 1987.

MELLO, Á.; OLIVO, S. *Perfil do empreendedor brasileiro: Um estudo de caso do programa de desenvolvimento de empreendedores EMPRETEC/SEBRAE*. Relatório de Pesquisa publicado no: Estudos Empresariais, 1995.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOREIRA, V., Vidal, F. A.; FARIAS, I. *Solidarity Economy and Social Entrepreneurship: a case study of the network of integrated local development and sustainable community of the Greater Good Garden*. Toledo, PR: UNIOESTE, 2003.

MORRIS, M. H.; DAVIS, D. L.; ALLEN, J. W. Fostering Corporate Entrepreneurship: Cross-Cultural Comparisons of the Importance of Individualism Versus Collectivism. *Journal of International Business Studies*, v. 25, n. 1, p. 65-89, 1st qtr., 1994.

OLIVEIRA, E. M. *Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias*. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2003.

POLAK, P. *Out of Poverty: What Works When Traditional Approaches Fail*. San Francisco, Berret-Koehler Publishers, 2008.

PRAHALAD, C. K. *The Fortune at the Bottom of the Pyramid: Eradicating Poverty Through Profits*, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNDU. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, 2003. Copyright, PNDU, 2003. Disponível em: <http://www.pndu.org.br>.

QUINN, J. *Where Need Meets Opportunity: Youth Development Programs for Early Teens*. Future of Children v9 n2 p96-116, Fall 1999.

RESTON, J. *O município para candidatos, Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2004. 56 f. (Publicações) Disponível em: <http://www.ibam.org.br>. Acesso em: julho 2007.

SACHS, J. *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York, The Penguin Press, 2005.

SAO JOSÉ DOS CAMPOS, (Município). Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/>. Acesso em: maio 2009

SARASVATHY, S. D. Effectuation and Causation: Toward a Theoretical Shift from Economic Inevitability to Entrepreneurial Contingency. *Academy of Management Review*, v.26, n. 2, p. 243-263, 2001.

SBRAGIA, R. *Uma análise das características da estrutura matricial em instituições de pesquisa e desenvolvimento industrial*. 1977. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

SCHUMPETER, J. A. *The Theory of Economic Development* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper and Brothers, 1942.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 5. ed. São Paulo: USP, 1975.

SEN, A. *Poverty and Famines – An Essay on Entitlement and Deprivation*. New York: Oxford University Press, 1981.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. Poll. Retrieved 10 12, 2007. Disponível em : <http://www.sebraesp.com.br>. Acesso em: 10 out. 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Disponível em <http://www.sebraesp.org.br>. Acesso em: 10 maio 2008.

SHANE, S; VENKATARAMAN, S.. The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research. *Academy of Management Review*, v. 25, n.1, p. 217-226, Jan., 2000.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária. *Estud. av.* [online]. 2008, vol.22, n.62 [cited 2009-10-13], pp. 289-314 . Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso. ISSN . doi: 10.1590/S0103-40142008000100020.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003.

STEVENSON, H; CARLOS, J. A paradigm of entrepreneurship: entrepreneurial Management. *Strategic Management Journal*, v. 11(5), p. 17-27, 1990.

STEVENSON, H. – As seis dimensões da capacidade empreendedora. In: BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. (Org.). *Dominando os Desafios do Empreendedor*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SUBPREFEITURA ITAIM PAULISTA. RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Desenho e implantação de projeto piloto de arranjos produtivos locais e suas oportunidades de geração de ocupação e renda. Subprefeitura de Itaim Paulista, Jan. 2007.

SUPLICY, E. *Renda de Cidadania : a saída é pela porta*. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora da Fundação Perseu Abramo, 2008.

TARUMÃ (Município). RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Projeto Ações inovadoras e geração de renda. Prefeitura Municipal de Tarumã, 2001-2002, v.1 e 2.

VAZ, J. C. *Como incorporar a transparência em um modelo de gestão municipal*. São Paulo: Instituto Polis, 2000. Disponível em <http://www.polis.org.br/publicações/artigos/transpavaz.html>

VERGARA, S. C. Características do mundo contemporâneo e as repercussões na gestão ambiental. In: VERGARA, Sylvia C.; CORREA, L. de A. (Org.) *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. F.G.V., 2004.

WOOD, J. *Leaving Microsoft to Change the World: An Entrepreneur's Odyssey to Educate the World's Children*. New York: Harper Collins, 2006

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNUS, M. *Banker for the Poor: Micro-Lending and the Battle Against World Poverty*. New York: PublicAffairs, 1999.

YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

APÊNDICE 1 – Questionários Aplicados

MODELO 1 – Questões abertas para Prefeitos e líderes

Prezado (a) Senhor (a),

Solicitamos entrevista individual relativa à sua participação no programa: _____, que tem como finalidade uma análise do desenvolvimento, abrangência e benefícios do programa para pesquisa de mestrado sobre empreendedorismo na Fundação Getulio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV-SP).

A entrevista constará de questões abertas e fechadas, respondidas verbalmente e gravadas para posterior transcrição e utilização na pesquisa de mestrado; caso o Sr. (a) prefira, poderá também responder às questões por escrito. As informações serão confidenciais e nomes só serão revelados com expressa autorização, por escrito, dos entrevistados.

Desde já, agradeço sua colaboração e apoio.

Atenciosamente,

Henrique Flory

DISSERTAÇÃO: Transformando necessidade em oportunidades: políticas públicas de apoio ao empreendedorismo entre classes sociais de baixa renda

MESTRANDO: Henrique Villibor Flory

ORIENTADOR: Prof. Dr. Tales Andreassi

Identificação:

Nome do Pesquisado:

Formação escolar:

Instituição/ Projeto:

Cargo ocupado:

Função no projeto:

Questões:

- 1- Por favor, comente a respeito da “pré-história” do programa. Quais os programas que vieram antes? Como surgiu a idéia, em sua cabeça e em sua equipe?
- 2- Descreva, sucintamente, o programa, sua evolução no tempo e seu estágio atual.
- 3- Quais foram os principais acertos até o momento?
- 4- Quais foram os principais erros até o momento?
- 5- Quais foram os empecilhos?
- 6- Quais serão os principais empecilhos, em programas futuros?
- 7- Quais foram os principais apoios e facilitadores?
- 8- Quais poderão ser os principais apoios e facilitadores, no futuro?
- 9- O que este programa teve de diferente dos outros?

10- Quais são suas sugestões para futuros programas?

11- A sua ação estimulou o “empreendedorismo social”? Dê exemplos.

12- Qual é o contexto necessário para uma “educação para o empreendedorismo”? Onde e quando ela deve ser ensinada?

13- Quais são seus conselhos para as próximas políticas públicas de apoio ao empreendedorismo para a população de baixa renda?

MODELO 2 – Questionários para assistentes, conselheiros e coordenadores dos projetos

Prezado (a) Senhor (a),

Solicitamos entrevista individual relativa à sua participação no programa _____, que tem como finalidade uma análise do desenvolvimento, abrangência e benefícios do programa para pesquisa de mestrado sobre empreendedorismo na Fundação Getulio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV-SP).

A entrevista constará de questões abertas e fechadas, respondidas verbalmente e gravadas para posterior transcrição e utilização na pesquisa de mestrado; caso o Sr. (a) prefira, poderá também responder às questões por escrito. As informações serão confidenciais e nomes só serão revelados com expressa autorização, por escrito, dos entrevistados.

Desde já, agradeço sua colaboração e apoio.

Atenciosamente,

Henrique Flory

DISSERTAÇÃO: Transformando necessidade em oportunidades: políticas públicas de apoio ao empreendedorismo entre classes sociais de baixa renda

MESTRANDO: Henrique Villibor Flory

ORIENTADOR: Prof. Dr. Tales Andreassi

Identificação:

Nome do Pesquisado:

Formação escolar:

Instituição/ Projeto:

Cargo ocupado:

Função no projeto:

Questões:

1- Qual a sua participação efetiva no Programa?

2- Por que decidiu envolver-se no Programa?

3- Quais os tipos de financiamentos recebidos para os projetos?

4- Quais os setores públicos participantes do Programa?

5- Explique, em sua opinião, os principais benefícios que os projetos trouxeram para a comunidade envolvida?

6- Qual a abrangência das atividades desenvolvidas?

7- Como você avalia as equipes de planejamento e execução dos projetos?

8- Quais as dificuldades encontradas para a realização dos projetos?

9- Quais as conquistas dos projetos?

10- Como você avalia a possibilidade de continuidade dos projetos?

MODELO 3 – Questionário para monitores

Prezado (a) Senhor (a),

Solicitamos entrevista individual relativa à sua participação no programa _____ que tem como finalidade uma análise do desenvolvimento, abrangência e benefícios do programa para pesquisa de mestrado sobre empreendedorismo na Fundação Getulio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV-SP).

A entrevista constará de questões abertas e fechadas, respondidas verbalmente e gravadas para posterior transcrição e utilização na pesquisa de mestrado; caso o Sr. (a) prefira, poderá também responder às questões por escrito. As informações serão confidenciais e nomes só serão revelados com expressa autorização, por escrito, dos entrevistados.

Desde já, agradeço sua colaboração e apoio.

Atenciosamente,

Henrique Flory

DISSERTAÇÃO: Transformando necessidade em oportunidades: políticas públicas de apoio ao empreendedorismo entre classes sociais de baixa renda

MESTRANDO: Henrique Villibor Flory

ORIENTADOR: Prof. Dr. Tales Andreassi

Identificação:

Nome do Pesquisado:

Formação escolar:

Instituição/ Projeto:

Cargo ocupado:

Função no projeto:

Questões:

- 1- Porque você escolheu coordenador () monitor () tutor () nessa modalidade de curso/ atividade?
- 2- Cite experiências anteriores que o/a possibilitaram a exercer essa função?
- 3- Já trabalhou em outros projetos?
- 4- Quem procura esses cursos, no seu ponto de vista, espera quais resultados?
- 5- Quais os recursos didáticos utilizados em sala de aula?
- 6- Como os alunos se veem envolvidos com o empreendedorismo?

7- Na sua opinião, sobre o conteúdo proposto, há possibilidade de se formar um empreendedor?

8- Descreva situações positivas sobre seu trabalho com os capacitandos (3)

9- Descreva situações de desmotivação dos alunos

MODELO 4 – Questionário para participantes (alunos)

Prezado (a) Senhor (a),

Este questionário é relativo à sua participação no programa _____, e tem como finalidade uma análise do desenvolvimento, abrangência e benefícios do programa para pesquisa de mestrado sobre empreendedorismo na Fundação Getulio Vargas de São Paulo (EAESP-FGV-SP).

O questionário é absolutamente confidencial e garantimos que nenhuma informação individual será revelada, servindo exclusivamente para análises estatísticas.

Agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente,

Henrique Flory

DISSERTAÇÃO: Transformando necessidade em oportunidades: políticas públicas de apoio ao empreendedorismo entre classes sociais de baixa renda

MESTRANDO: Henrique Villibor Flory

ORIENTADOR: Prof. Dr. Tales Andreassi

Identificação:

Nome do Pesquisado:

Formação escolar:

Instituição/ Projeto:

Cargo ocupado:

Função no projeto:

Participante:

Idade:

Formação escolar: fundamental () médio () superior ()

Projeto:

Modalidade de Curso/ atividade:

Monitor:

Questões

1- Por favor, indique seu sexo:

Masculino ()

Feminino ()

2- Qual é a sua idade

Até 13 anos ()

De 14 a 15 anos ()

De 16 a 18 anos ()

De 19 a 21 anos ()

De 22 a 35 anos ()

De 36 a 45 anos ()

Mais de 46 anos ()

3- Qual a sua escolaridade

Até a 5ª série ()

Até a 8ª série ()

Ensino Médio Incompleto ()

Ensino Médio Completo ()

Superior Incompleto ()

Superior Completo ()

Outros ()

Quais: _____

4- Em sua residência existem:

Item	0	1	2	3	mais de 3
Automóveis					
Motocicletas					
Bicicletas					
Geladeiras					
Televisores					
DVD players					
Microondas					

(marque com um X a quantidade de cada item)

5- De que forma você tomou conhecimento da oferta do curso?

(marque todas as válidas)

Viu em anúncios ou cartazes ()

Amigos ou parentes indicaram ()

Visitou a prefeitura e foi informado (a) ()

Na escola ()

Outras ()

Quais: _____

6- Quais foram as modalidades de que você participa ou participou?

- | | |
|---------------------------------|-----|
| Cooperativa de Costura | () |
| Associação de Artesanato | () |
| Associação de Culinária | () |
| Cooperativa de Construção Civil | () |
| Nenhuma delas | () |

Para as próximas questões, será feita uma afirmativa, e você deverá manifestar sua concordância ou discordância da mesma.

7- Após sua participação, sua qualidade de vida melhorou.

- | | |
|----------------------------|-----|
| Não concordo veementemente | () |
| Não concordo | () |
| Indiferente | () |
| Concordo | () |
| Concordo totalmente | () |

8- A participação no programa teve relação com a mudança em sua vida.

- | | |
|----------------------------|-----|
| Não concordo veementemente | () |
| Não concordo | () |
| Indiferente | () |
| Concordo | () |
| Concordo totalmente | () |

9- Após o término do programa senti falta de continuidade no apoio público

- | | |
|----------------------------|-----|
| Não concordo veementemente | () |
| Não concordo | () |
| Indiferente | () |
| Concordo | () |

Concordo totalmente ()

10- Após o término do programa senti falta de suporte posterior em estrutura

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

11- Após o término do programa senti falta de financiamento

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

12- Após o término do programa senti falta de oportunidades

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

13- Após o término do programa senti falta de clientes

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

14- Após o término do programa senti que perdi o interesse em empreender

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

15- Após o término do programa aprendi mais sobre meu negócio

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

16- Após o término do programa senti facilidade em vender meus produtos

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

17- Após o término do programa aprendi a fazer mais produtos e serviços

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

18- Após o término do programa melhorei minha administração

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

19- Após o término do programa aprendi a captar recursos (microcrédito)

Não concordo veementemente ()

Não concordo ()

Indiferente ()

Concordo ()

Concordo totalmente ()

20- Com esse curso você teve a possibilidade de abrir seu próprio negócio?

Não ()

Sim ()

Qual? _____

21- Você é associado a alguma cooperativa no momento?

Não ()

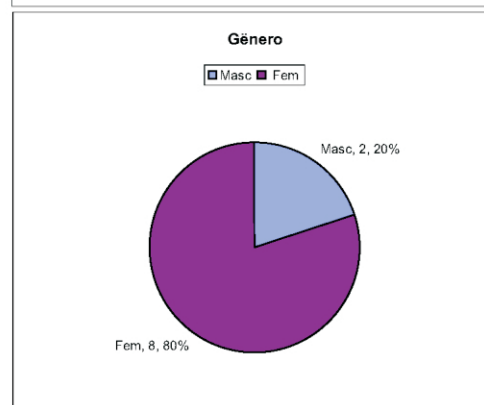
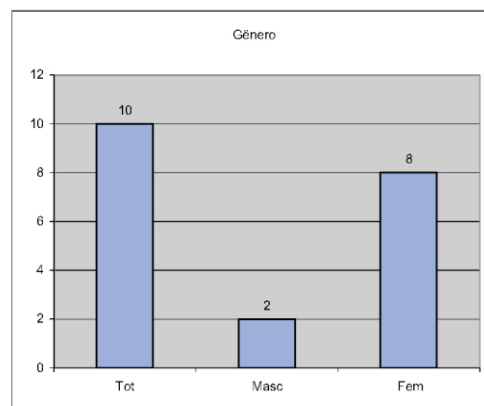
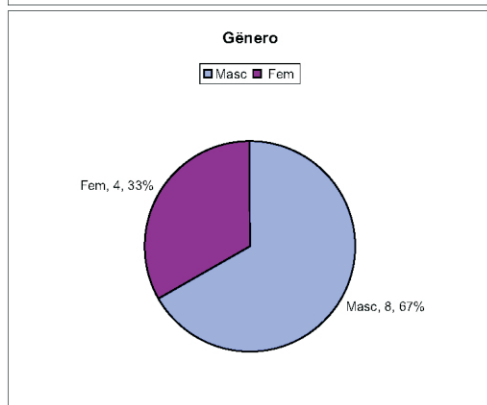
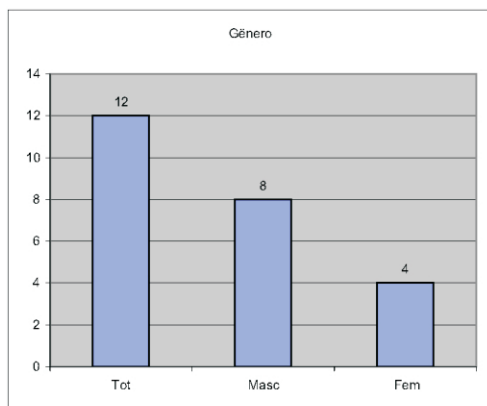
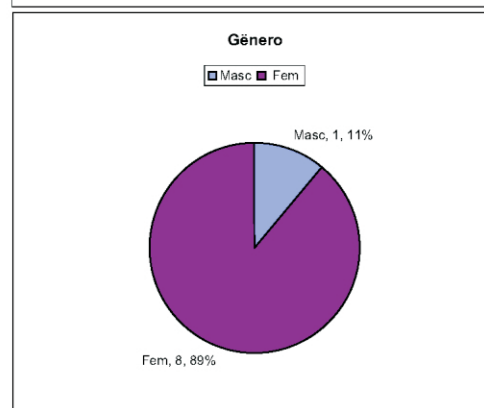
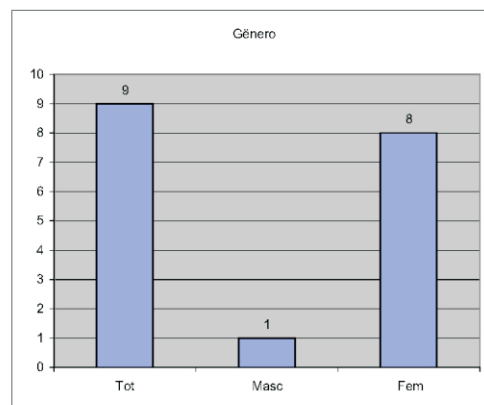
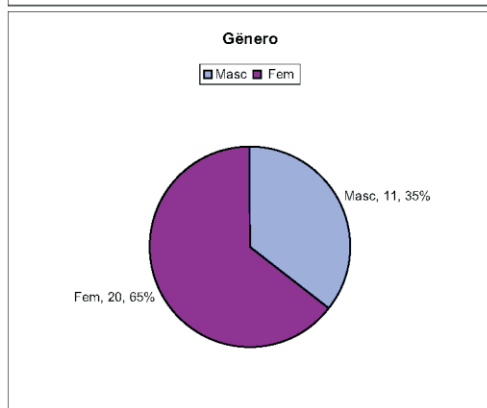
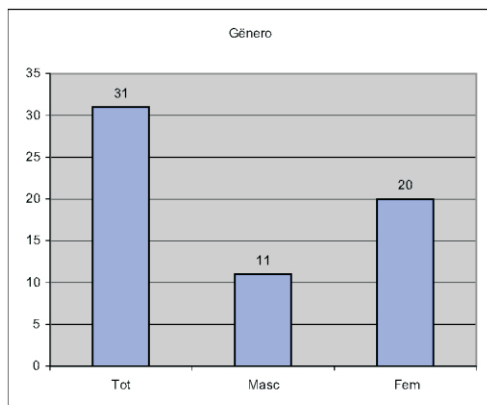
Sim ()

Qual? _____

APÊNDICE 2 – Tabulação das respostas aos questionários fechados
Gráficos apresentados lado a lado – Individuais e Consolidado

CONSOLIDADO

TARUMA

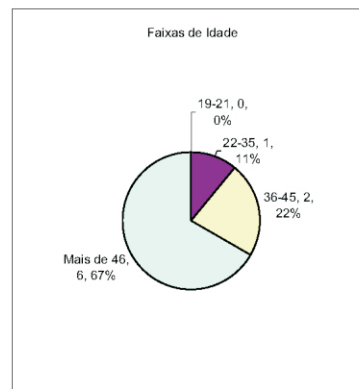
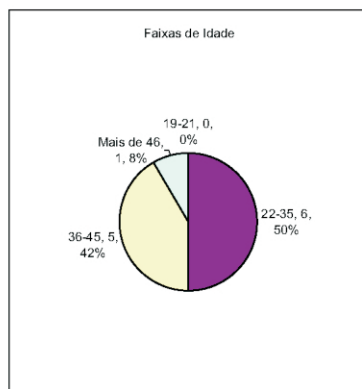
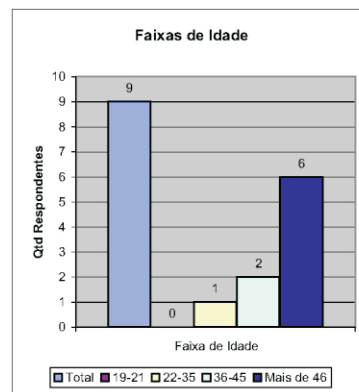
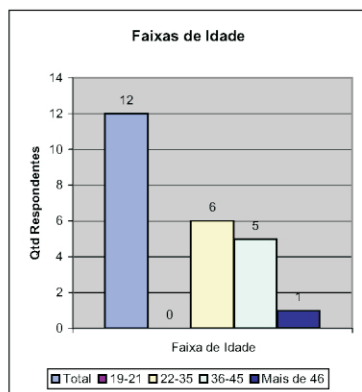
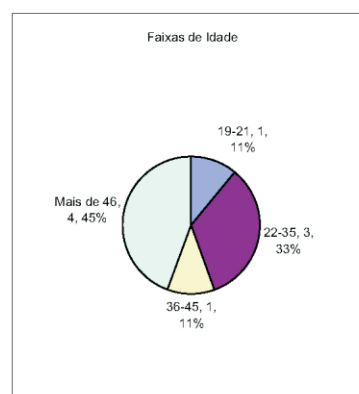
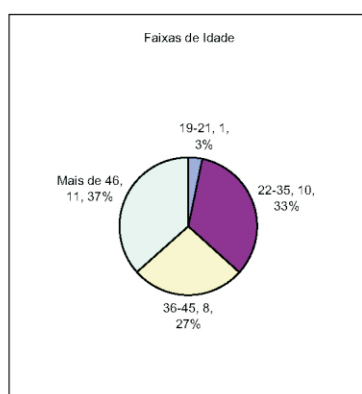
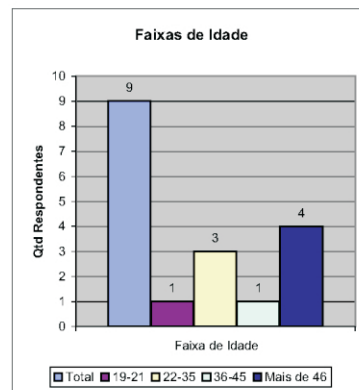
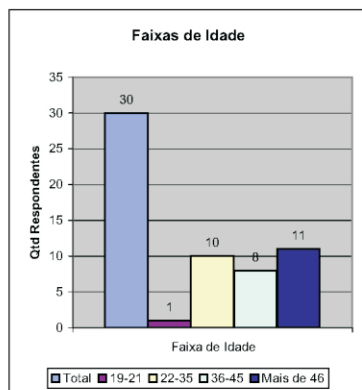


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

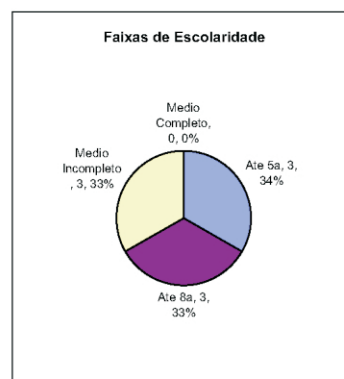
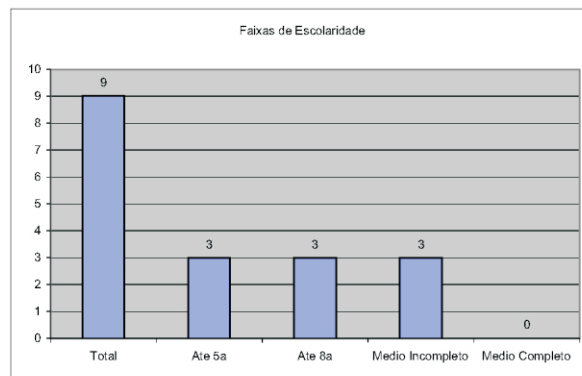
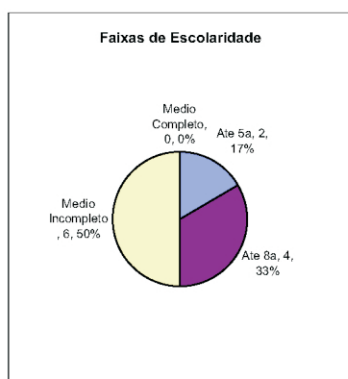
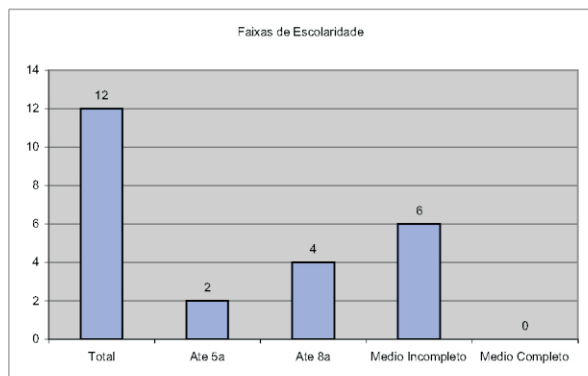
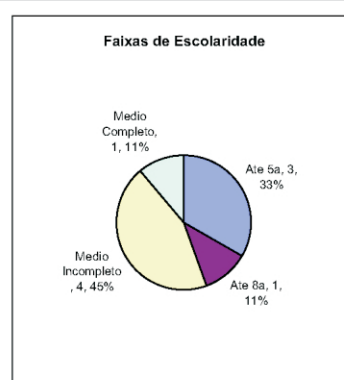
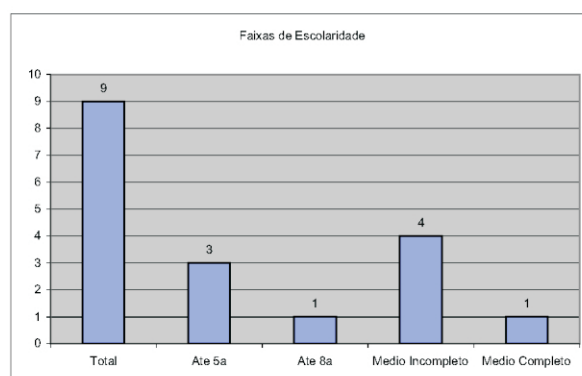
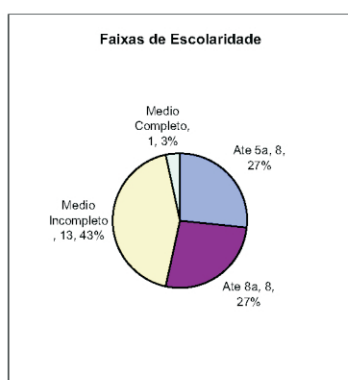
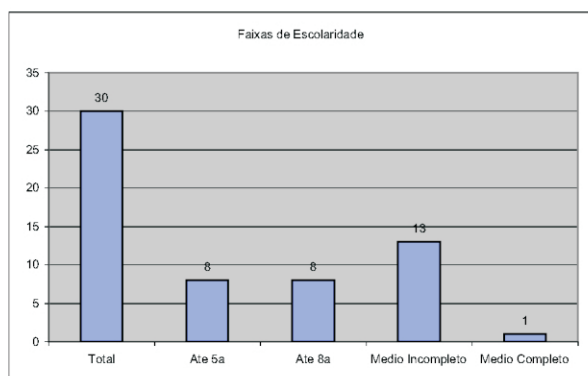
CONSOLIDADO

TARUMA



CONSOLIDADO

TARUMA

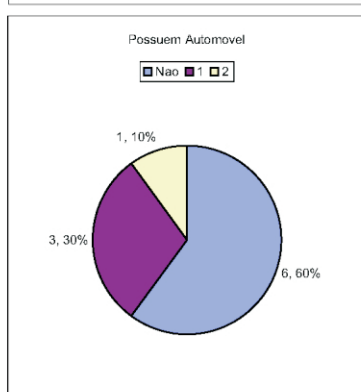
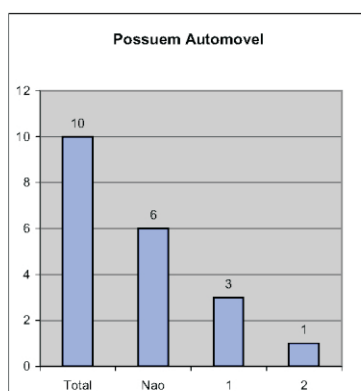
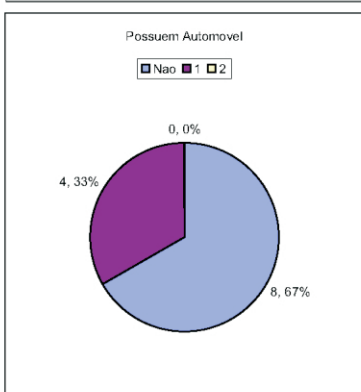
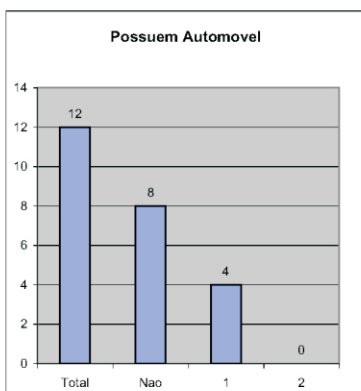
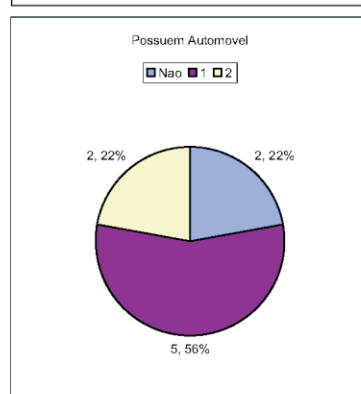
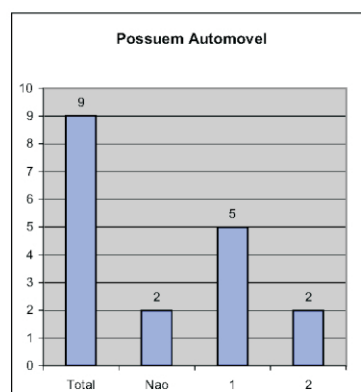
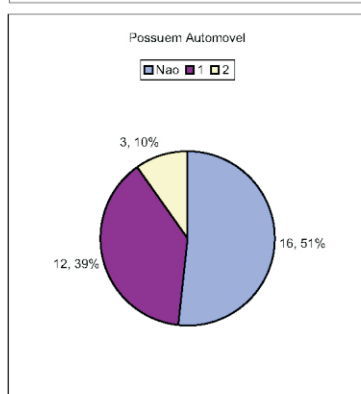
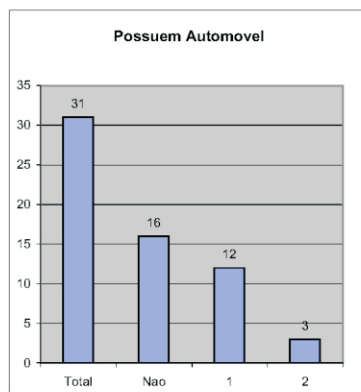


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

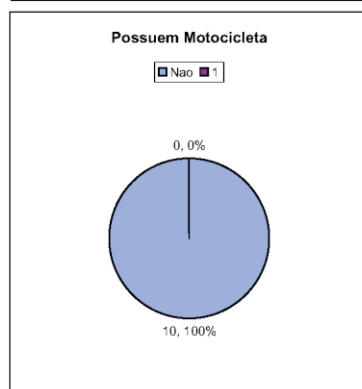
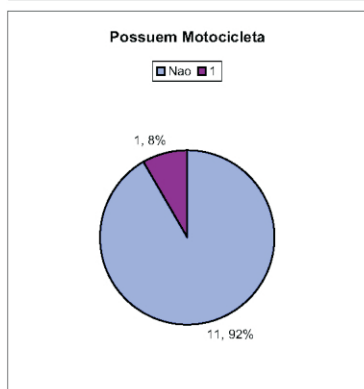
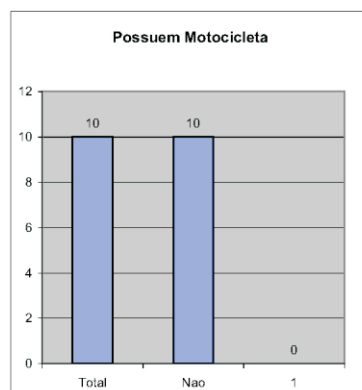
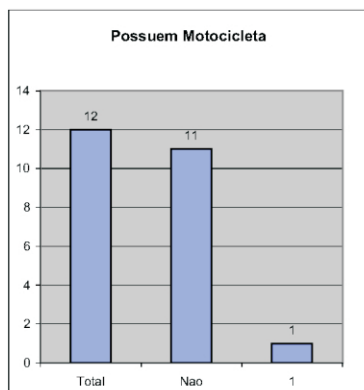
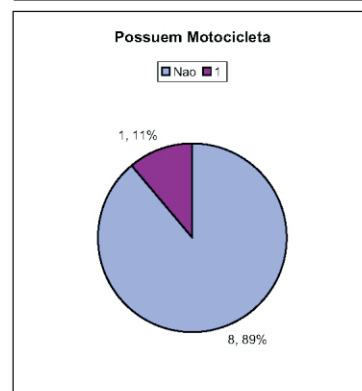
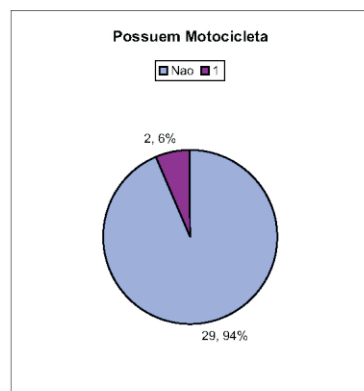
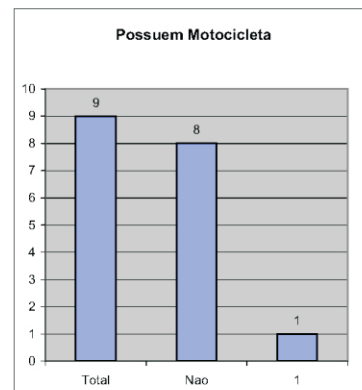
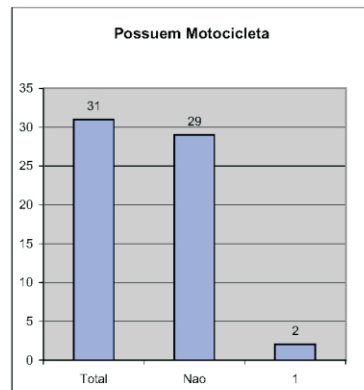


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

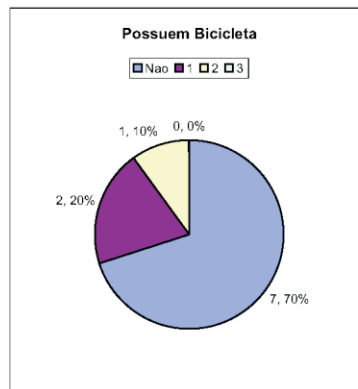
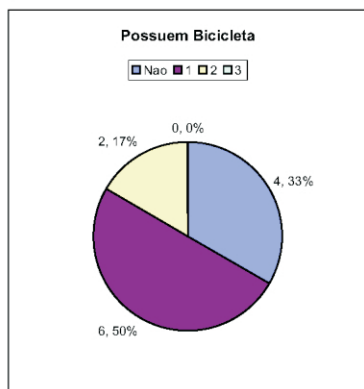
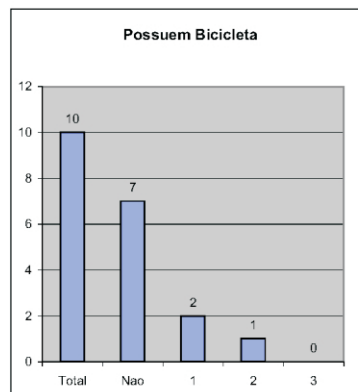
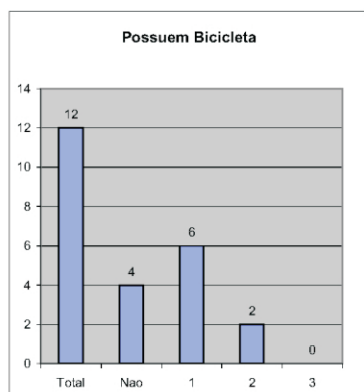
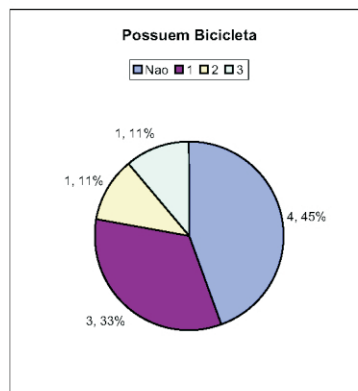
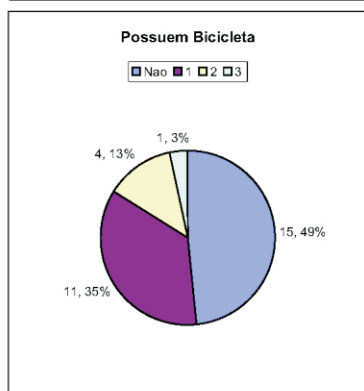
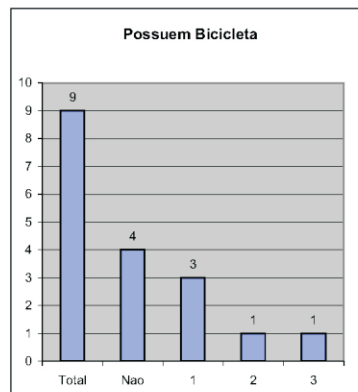
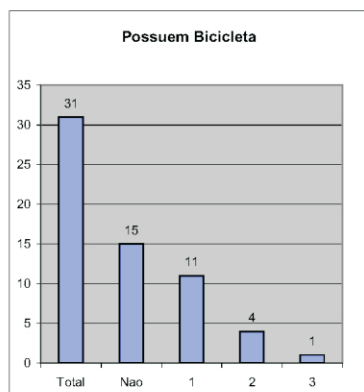
CONSOLIDADO

TARUMA



CONSOLIDADO

TARUMA

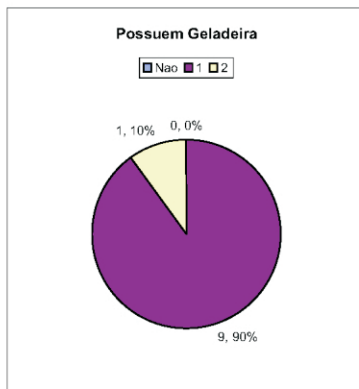
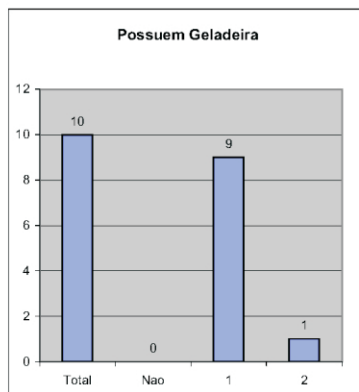
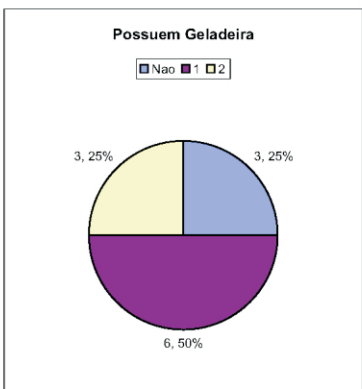
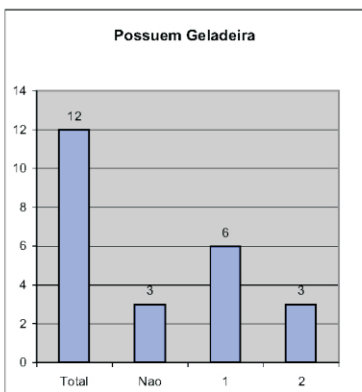
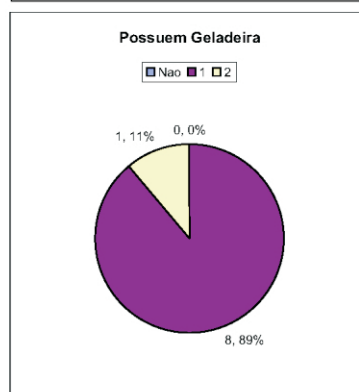
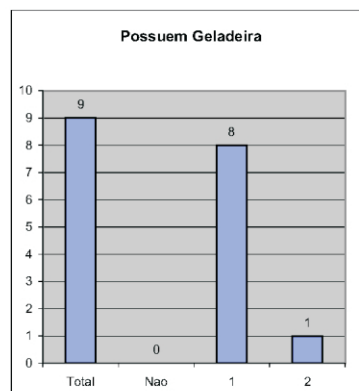
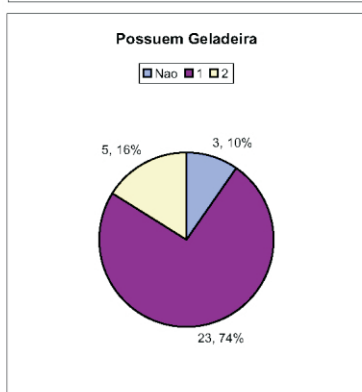
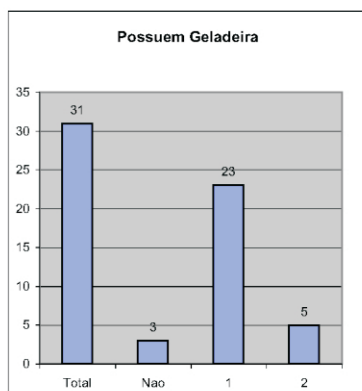


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

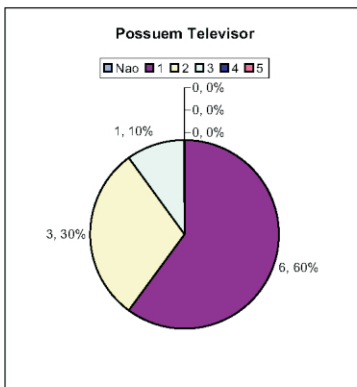
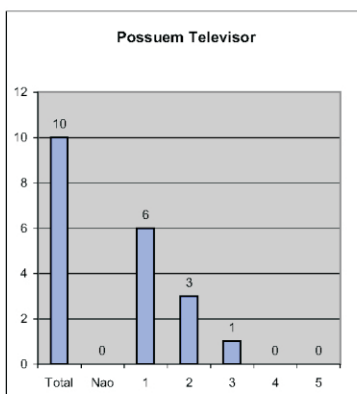
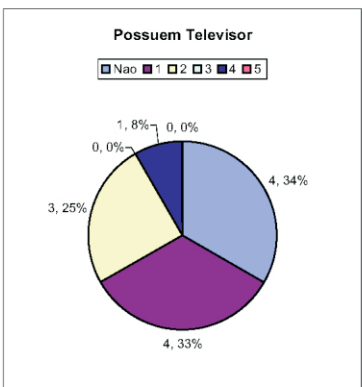
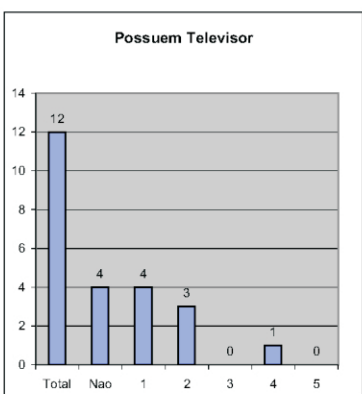
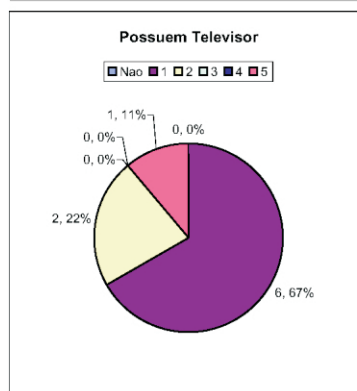
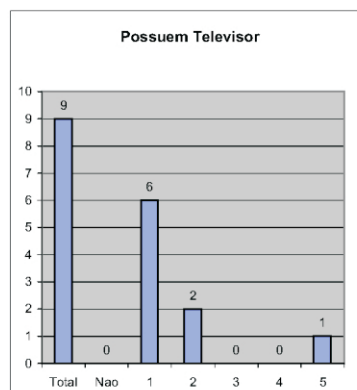
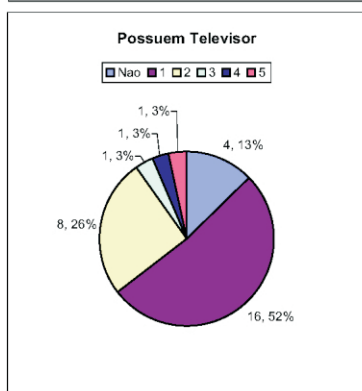
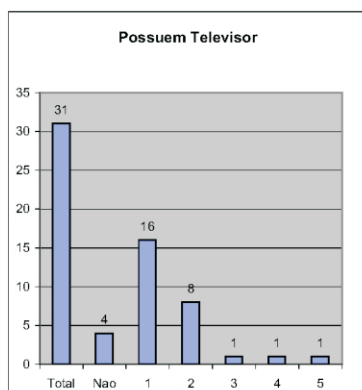
CONSOLIDADO

TARUMA



CONSOLIDADO

TARUMA

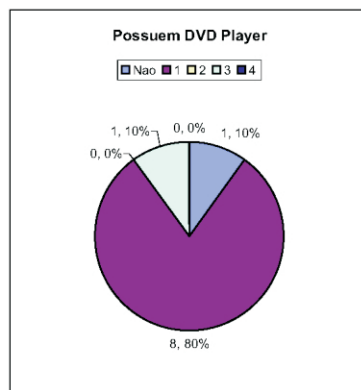
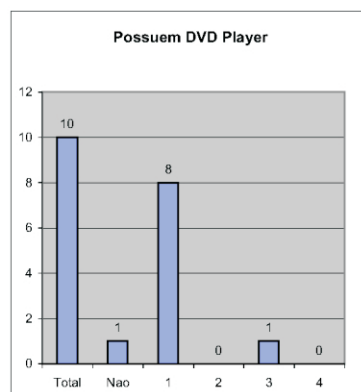
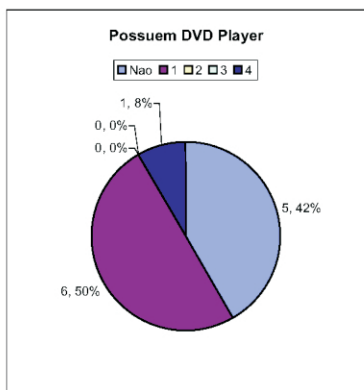
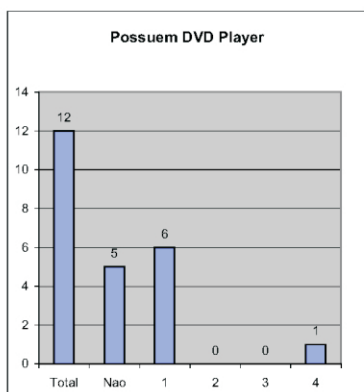
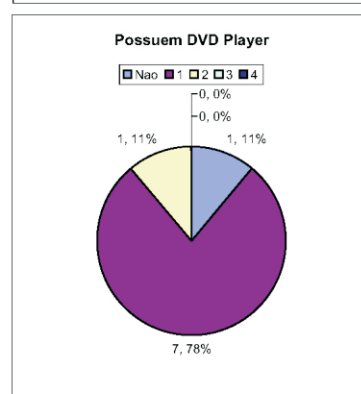
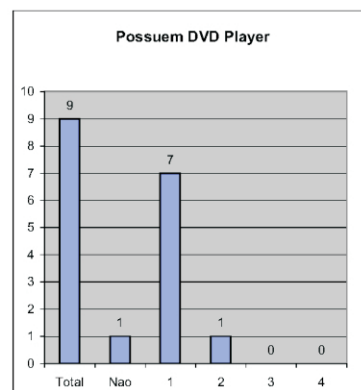
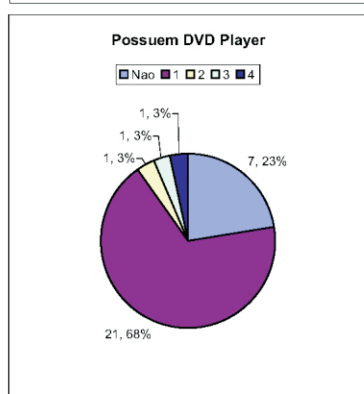
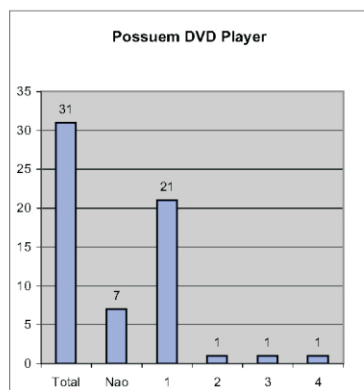


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

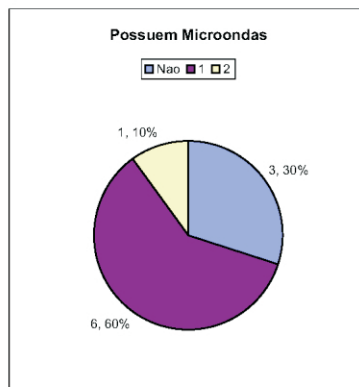
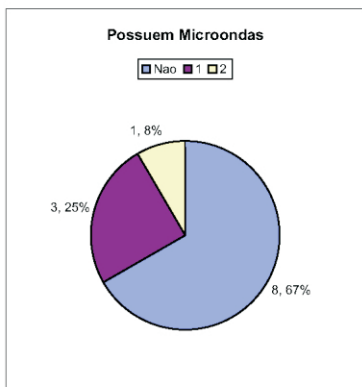
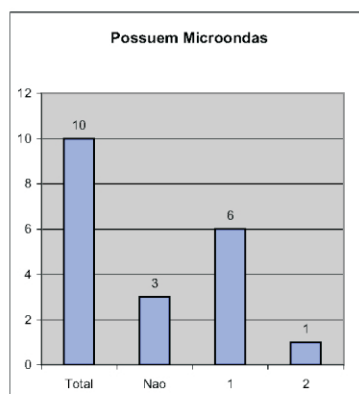
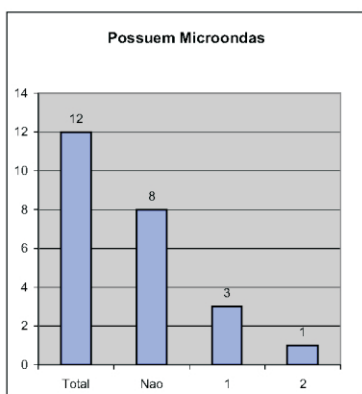
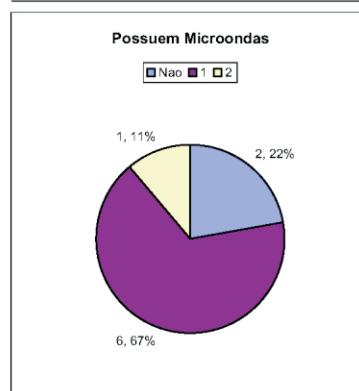
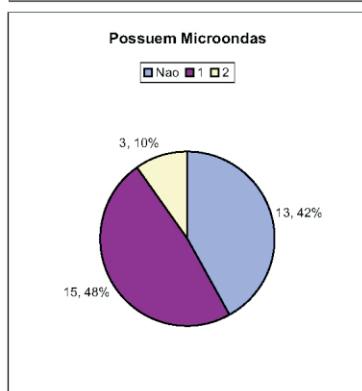
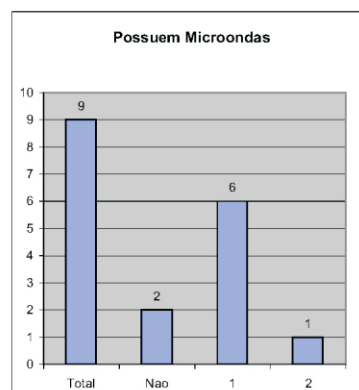
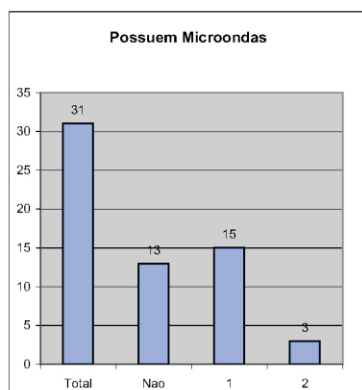


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

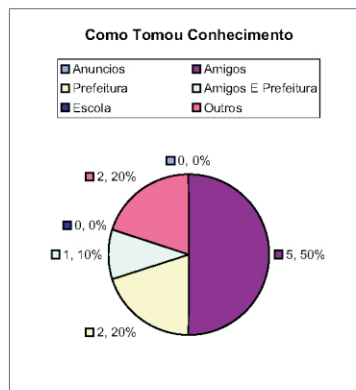
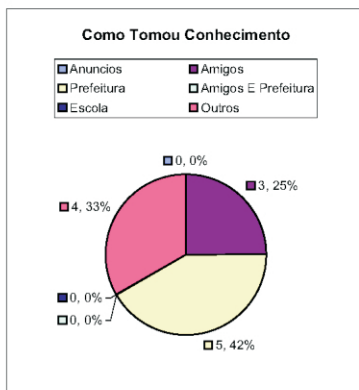
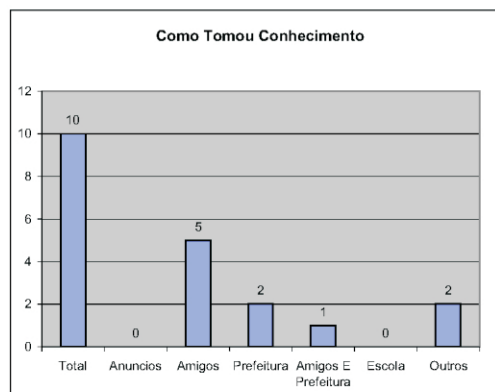
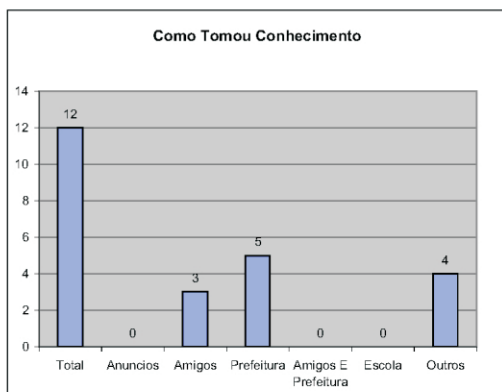
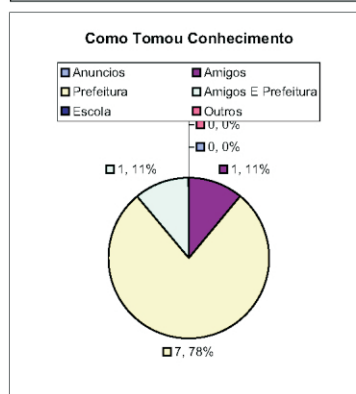
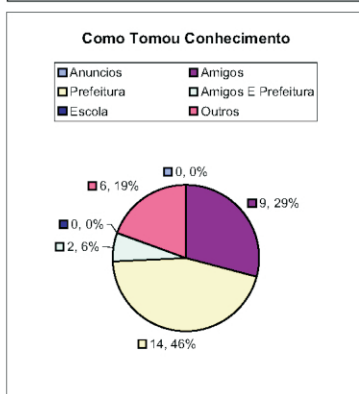
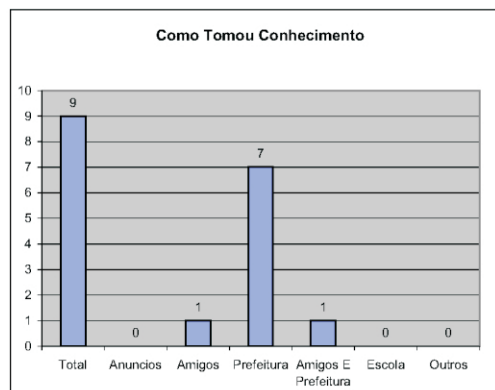
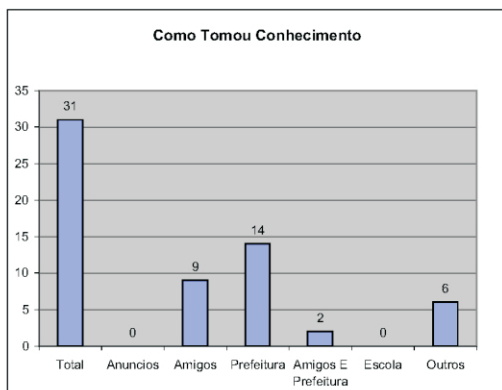


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

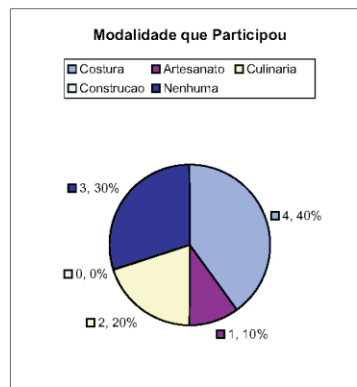
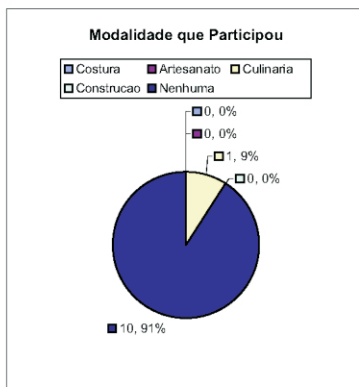
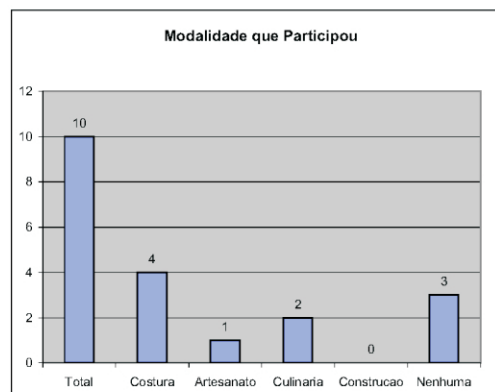
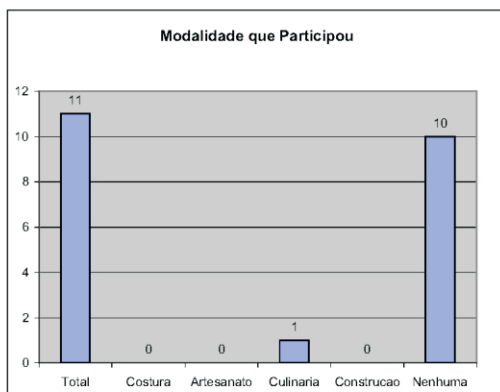
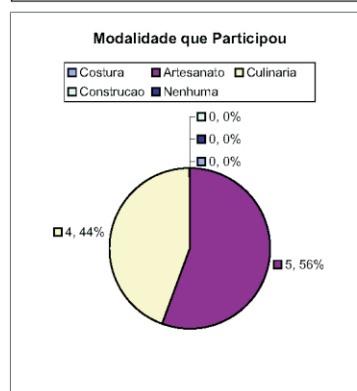
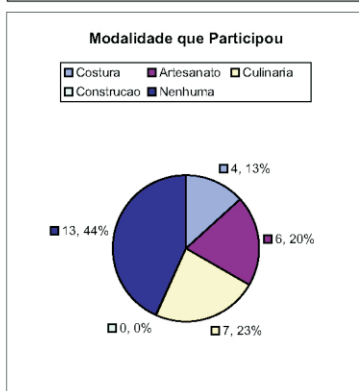
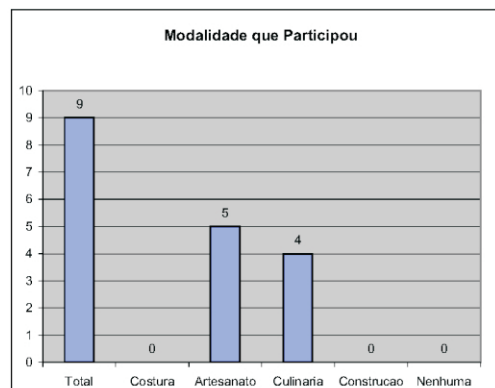
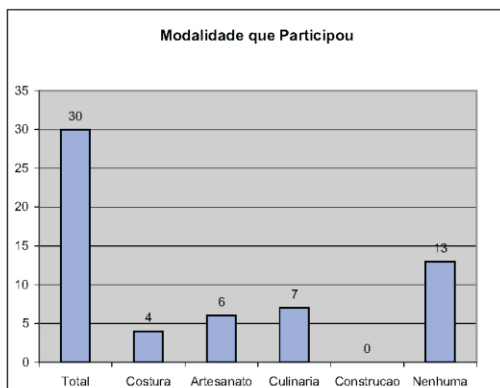


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

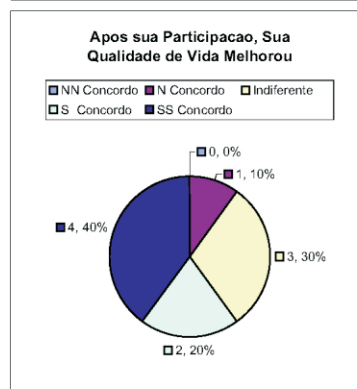
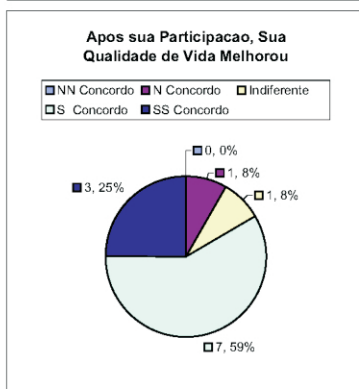
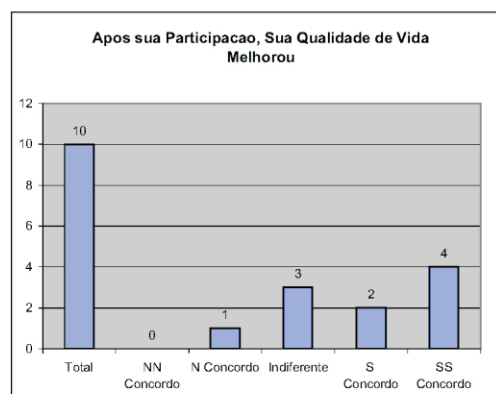
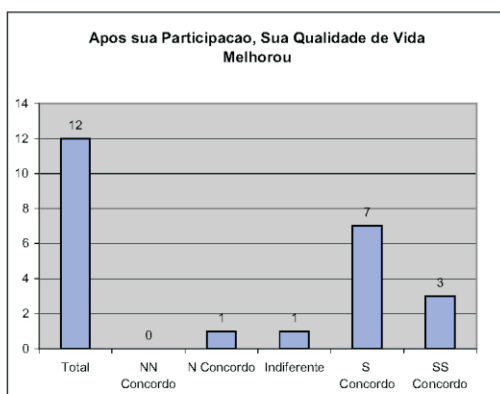
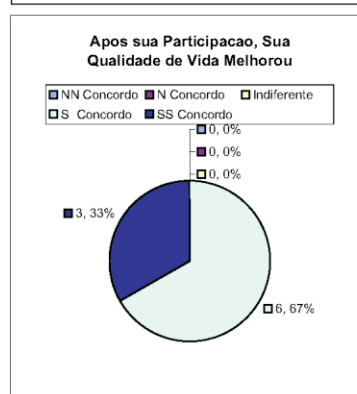
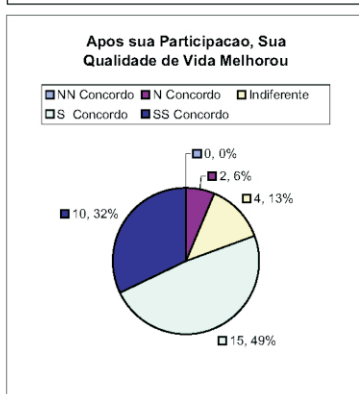
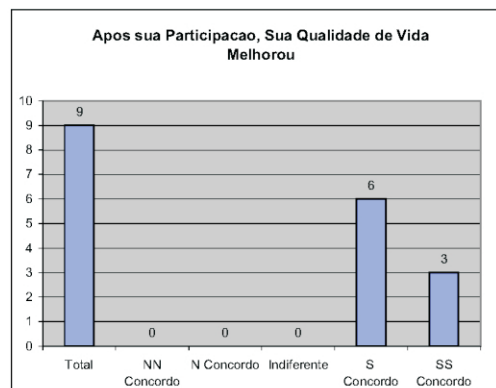
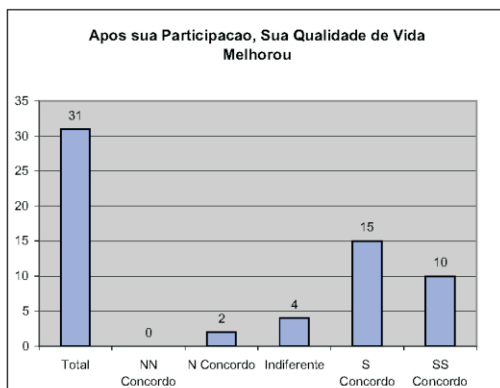


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

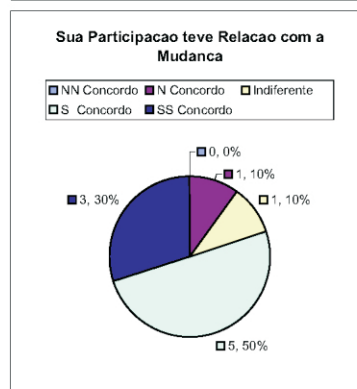
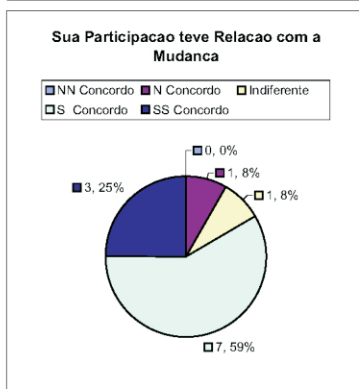
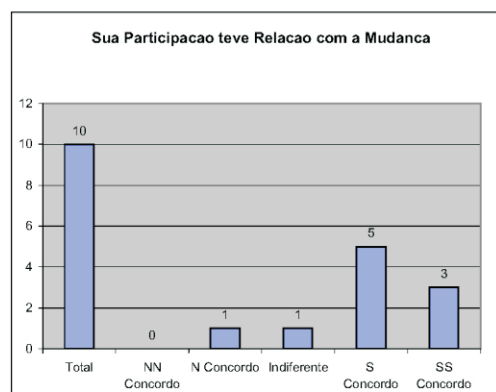
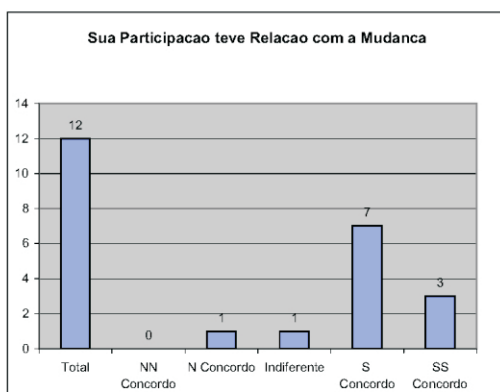
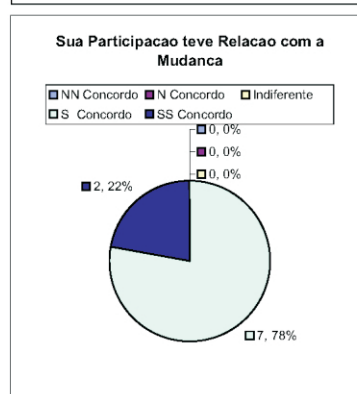
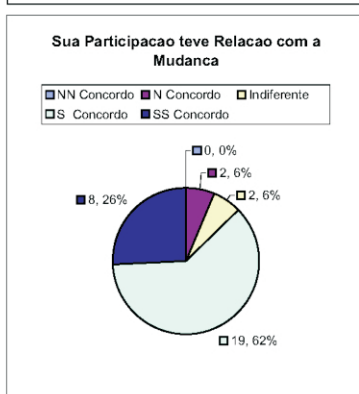
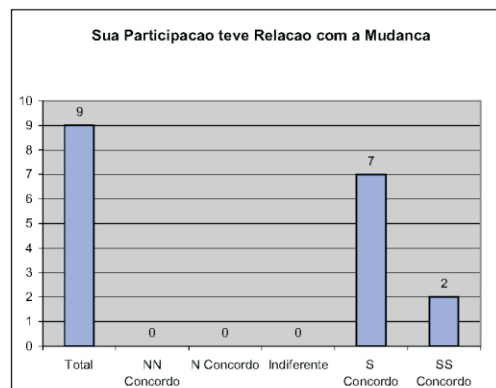
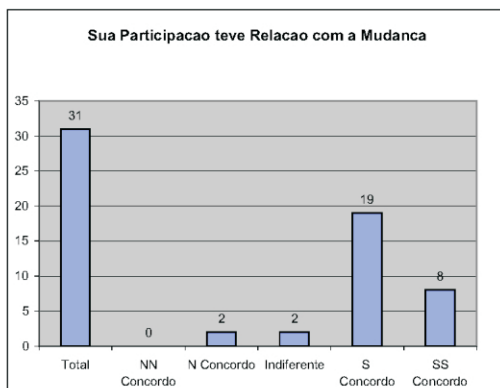


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

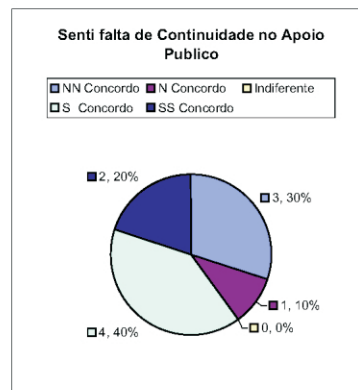
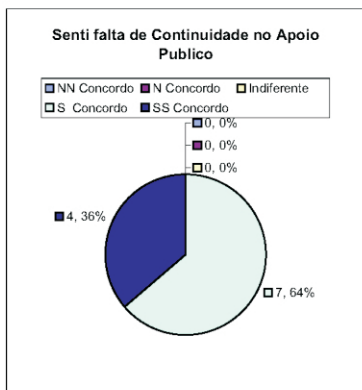
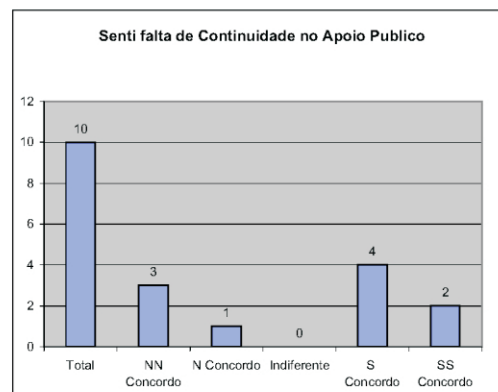
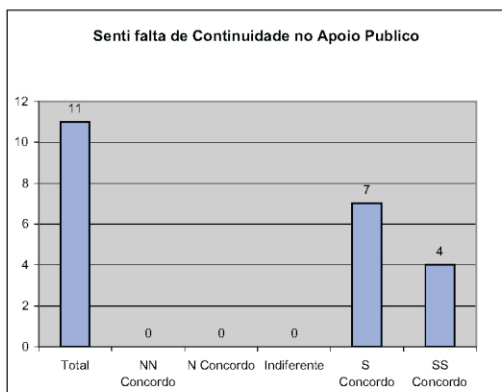
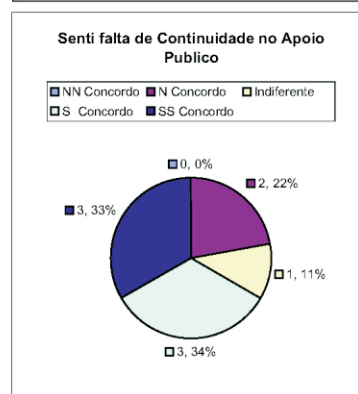
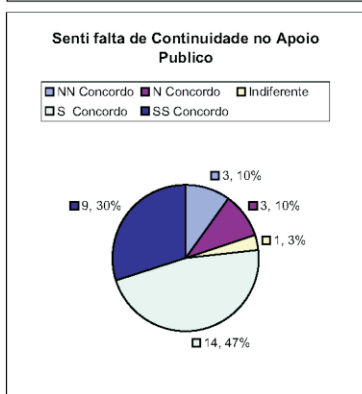
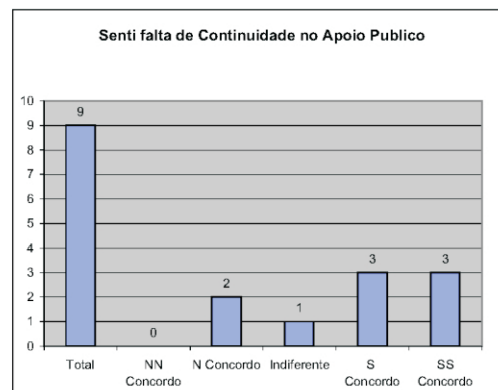
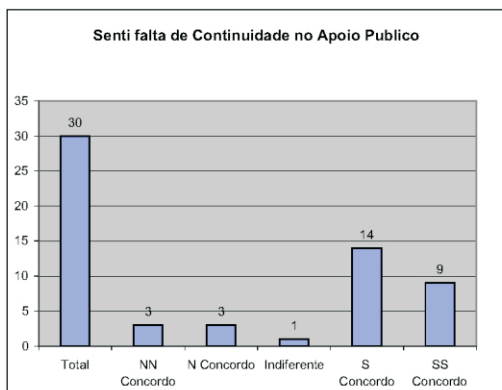


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

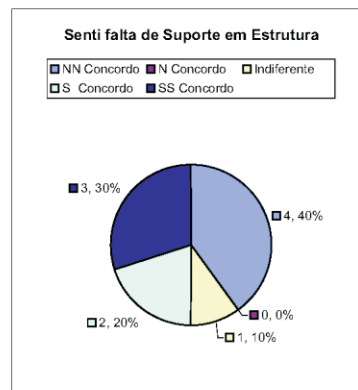
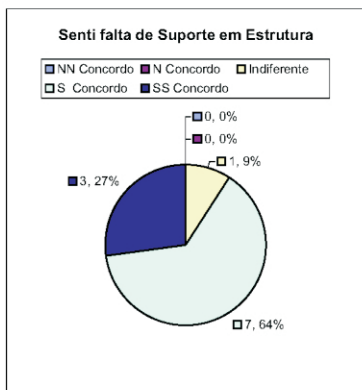
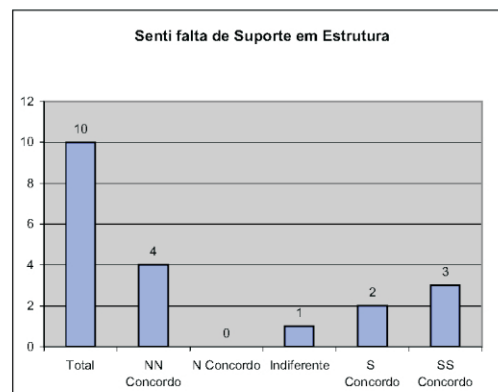
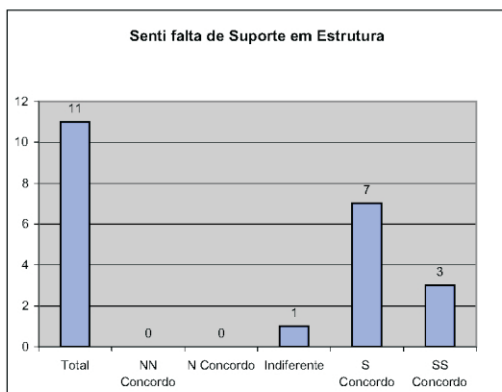
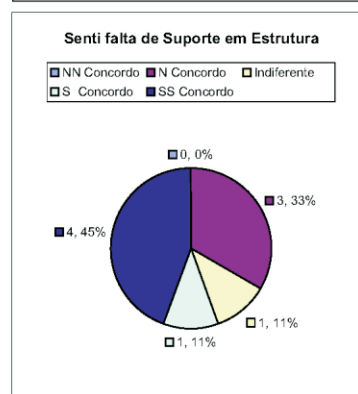
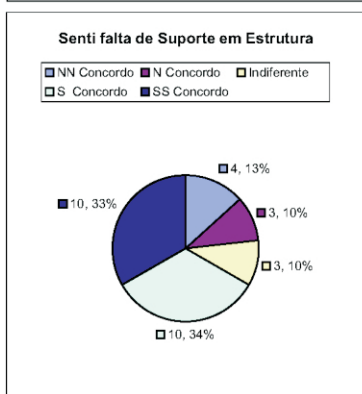
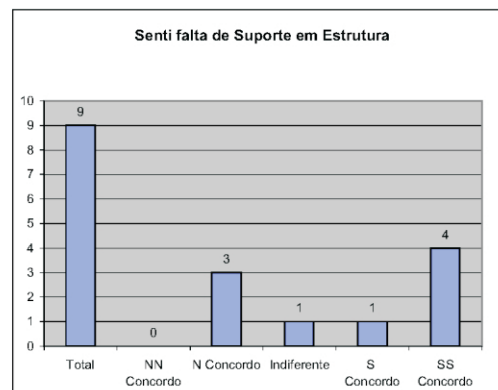
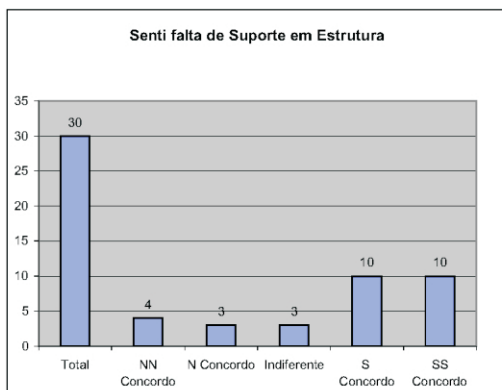


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

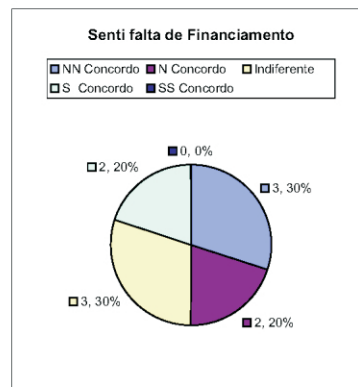
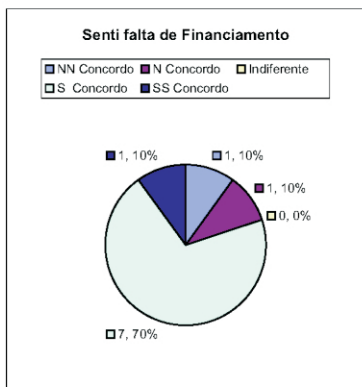
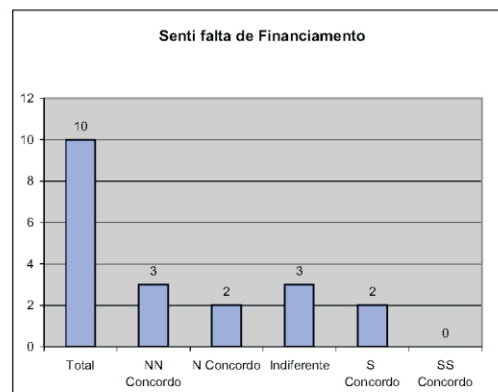
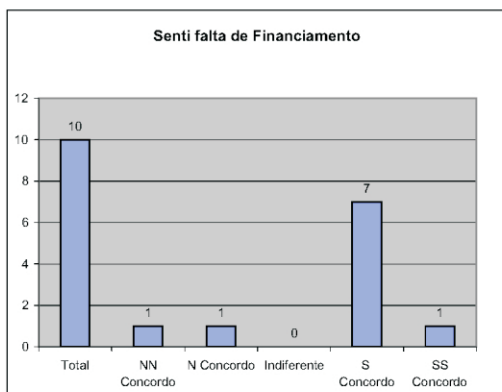
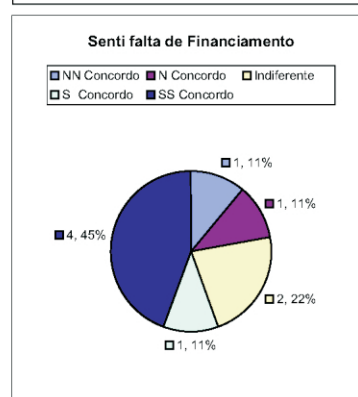
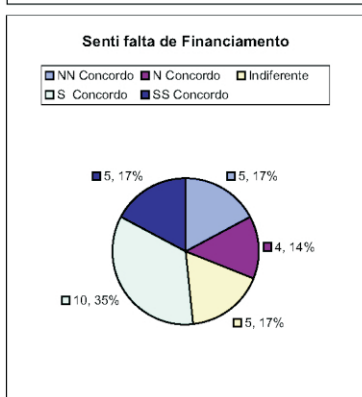
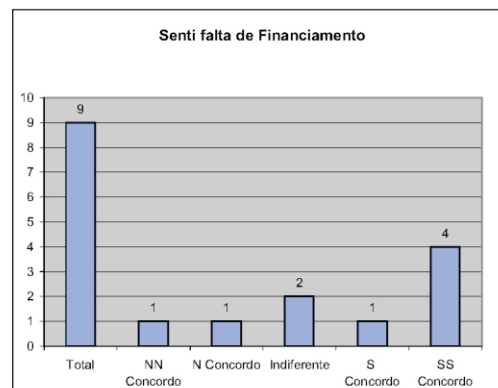
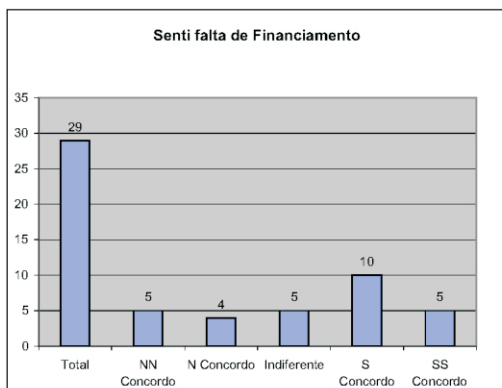


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

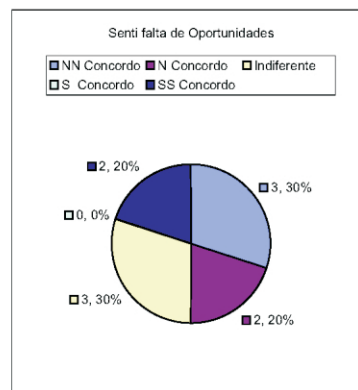
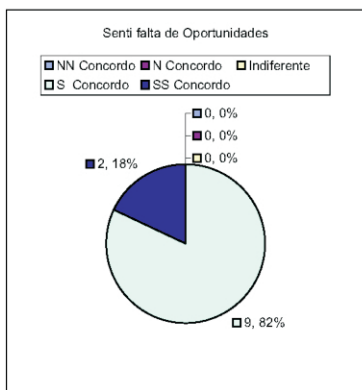
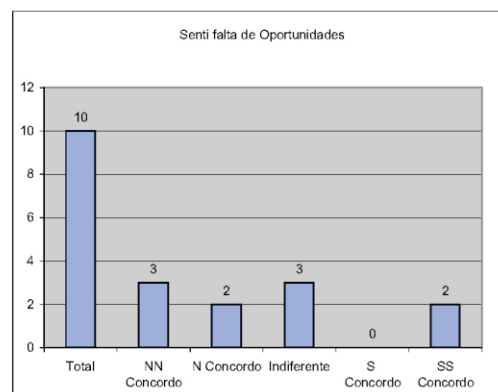
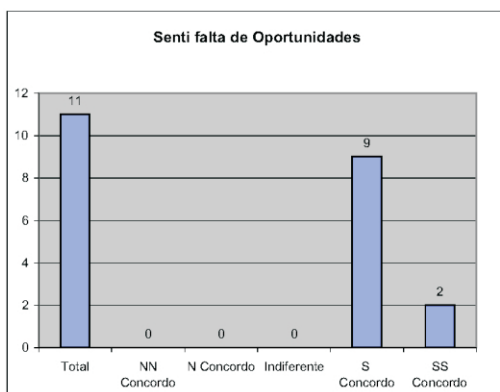
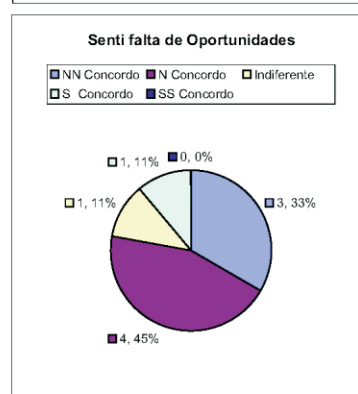
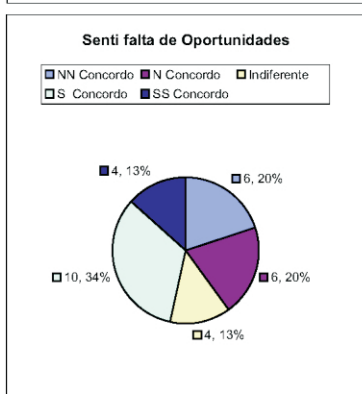
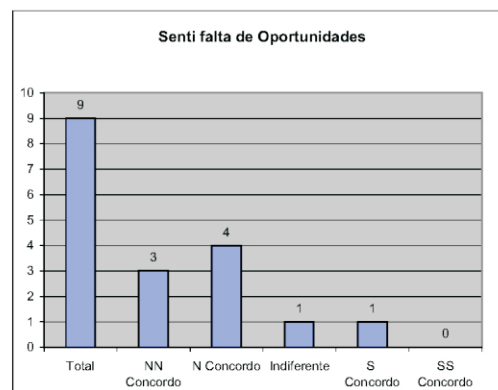
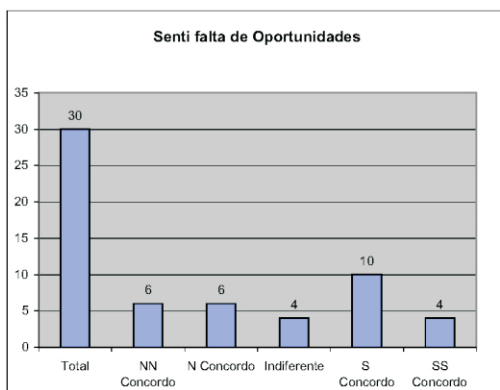
CONSOLIDADO

TARUMA



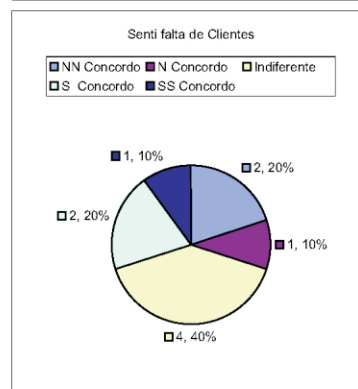
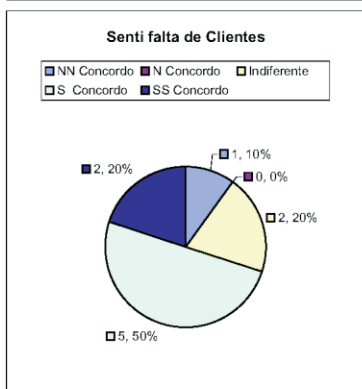
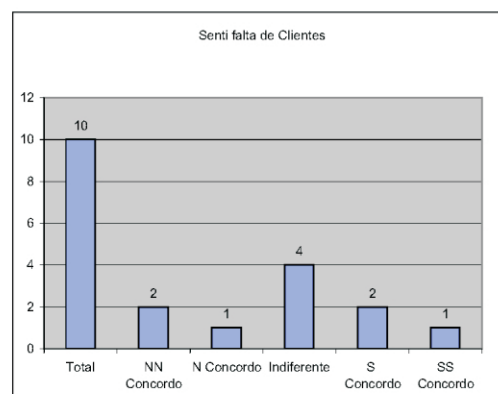
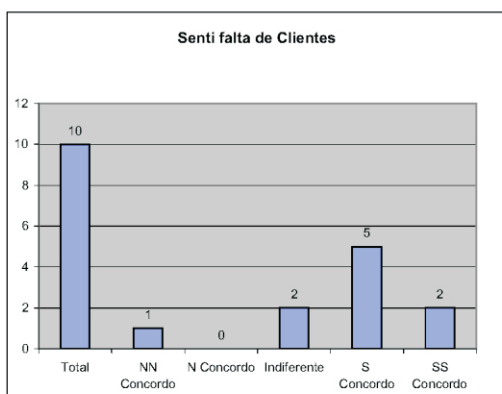
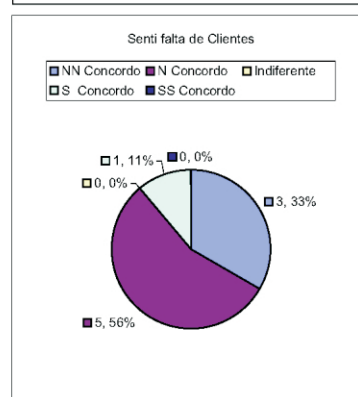
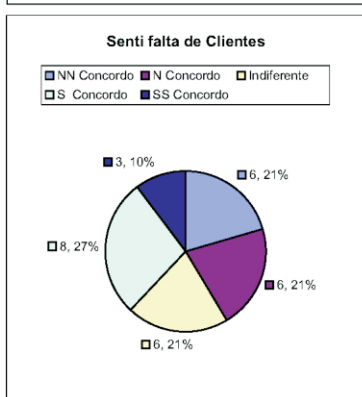
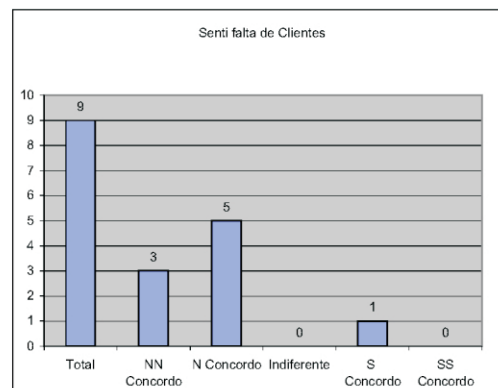
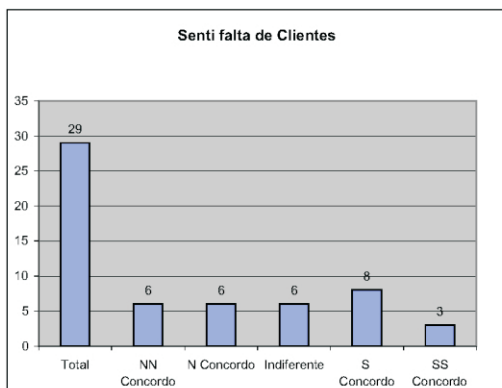
CONSOLIDADO

TARUMA



CONSOLIDADO

TARUMA

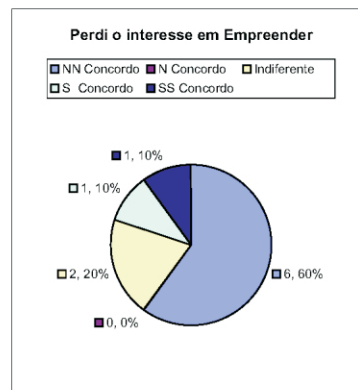
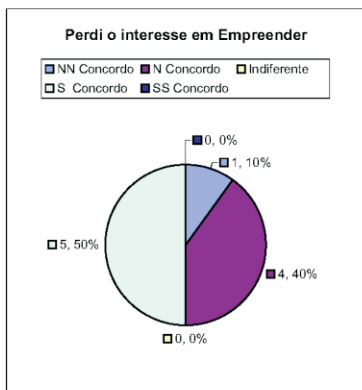
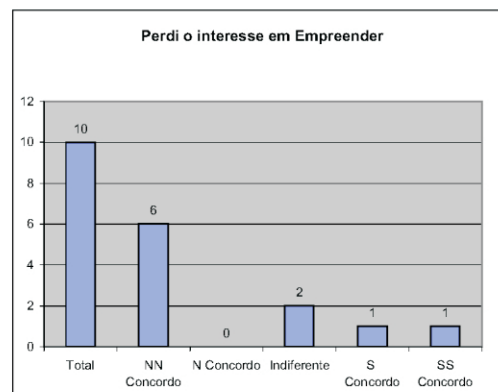
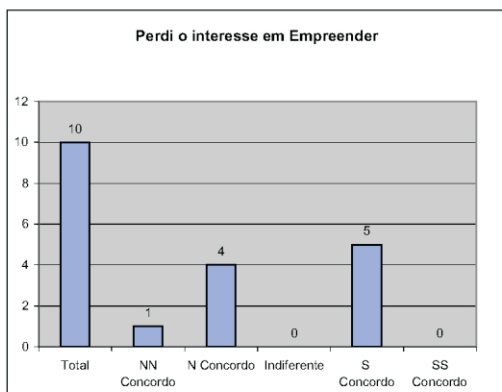
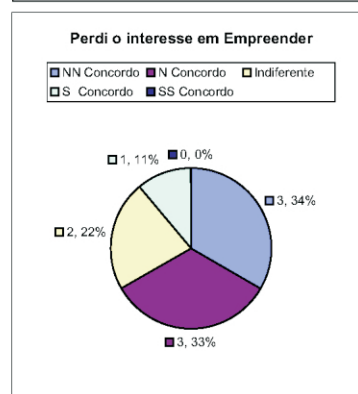
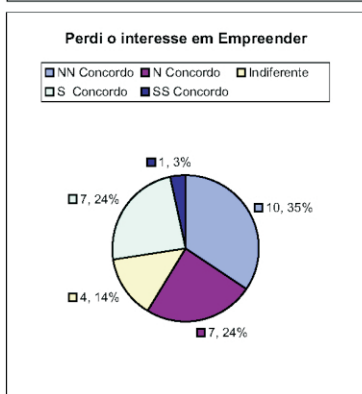
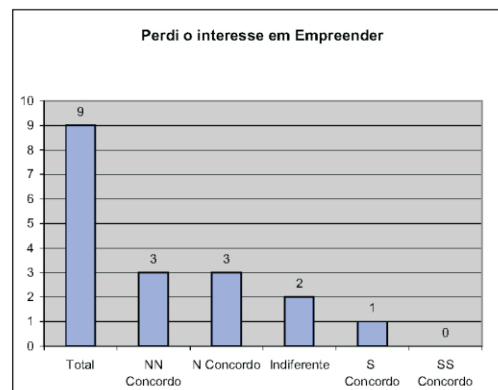
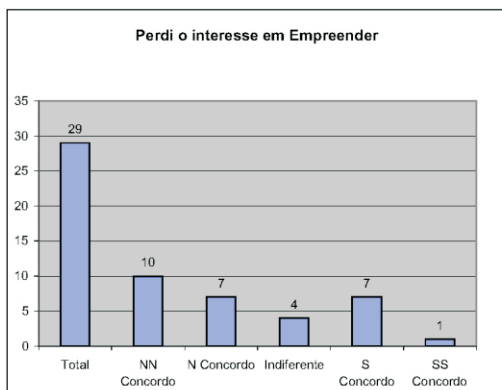


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

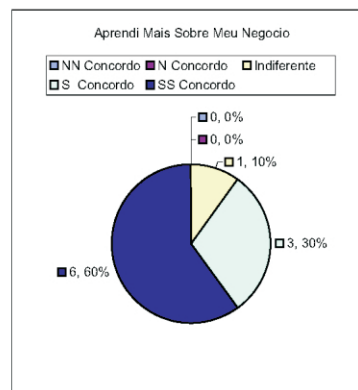
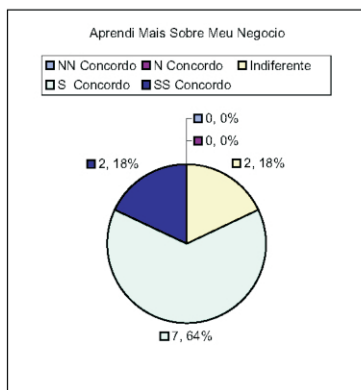
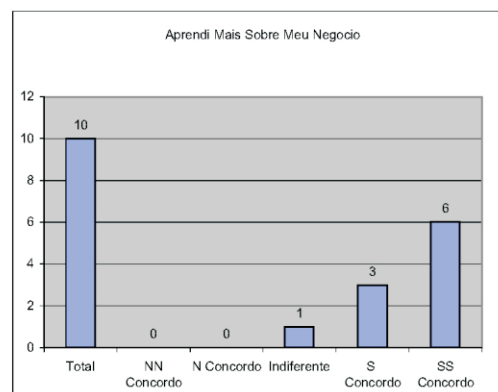
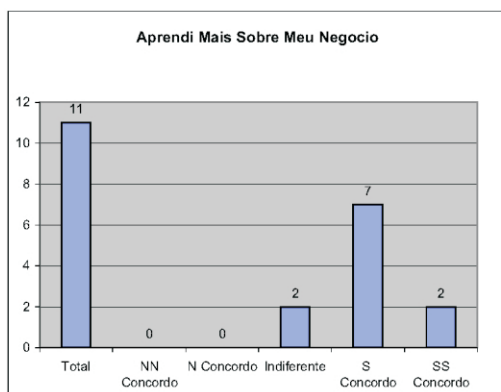
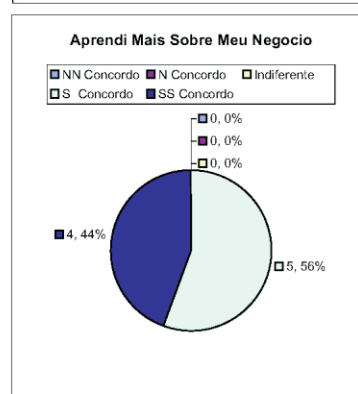
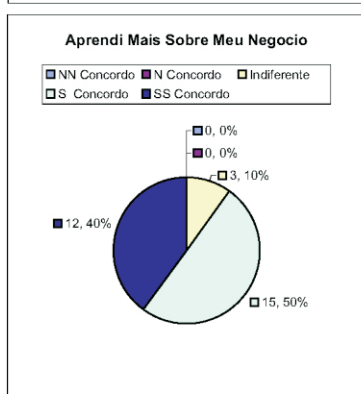
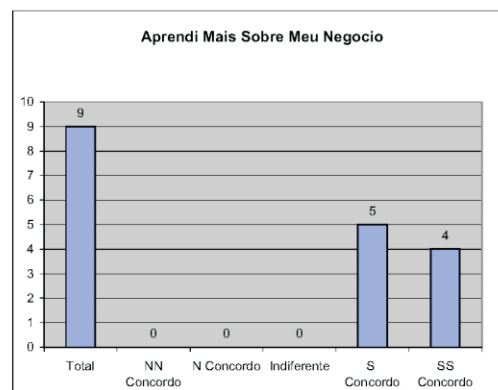
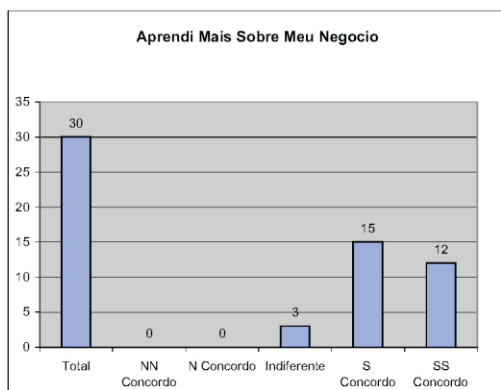


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

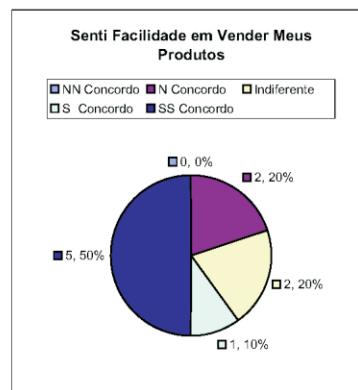
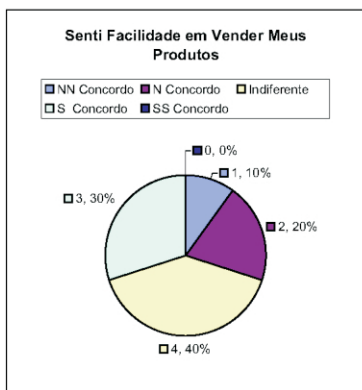
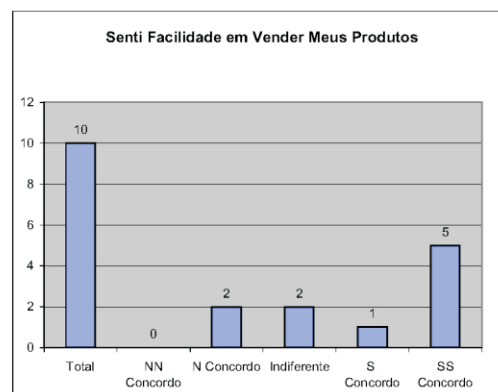
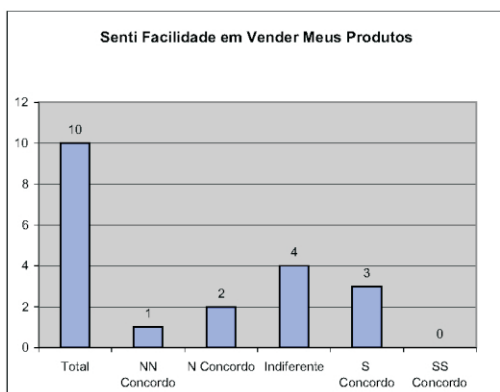
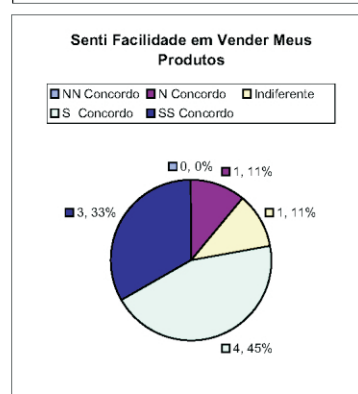
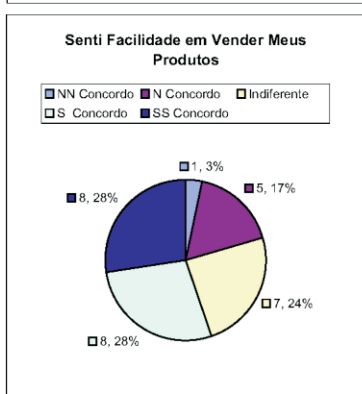
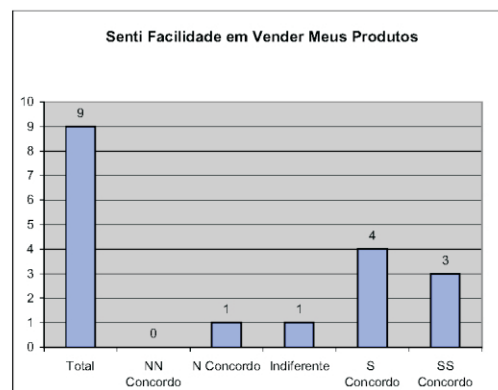
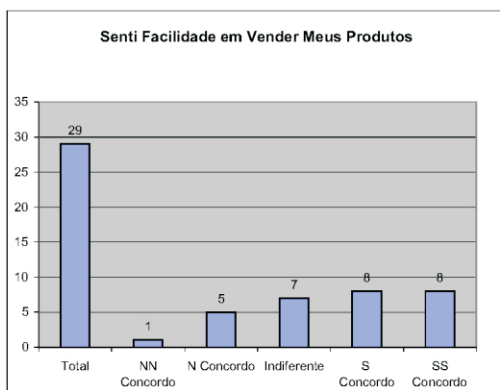
CONSOLIDADO

TARUMA



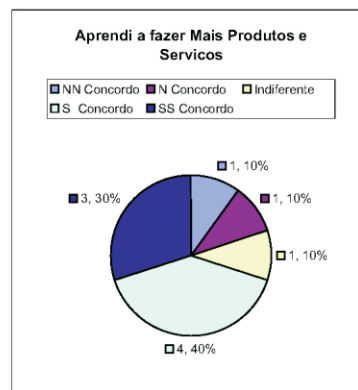
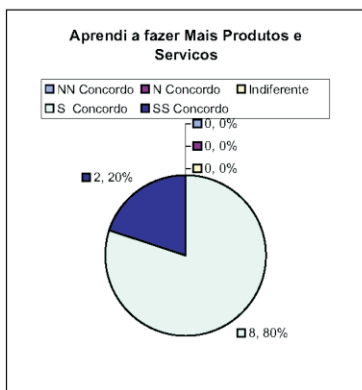
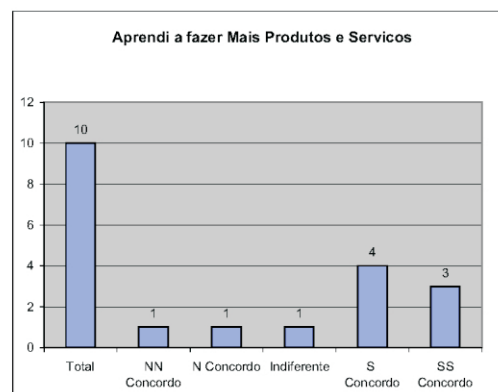
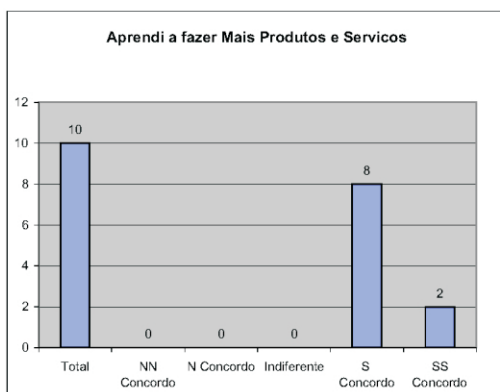
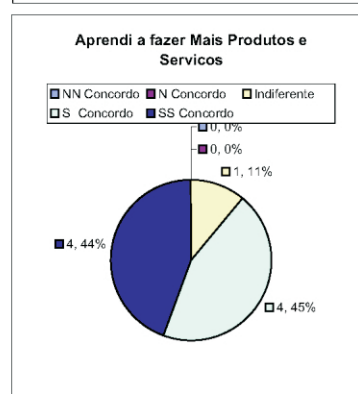
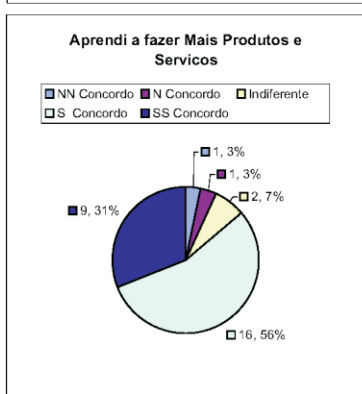
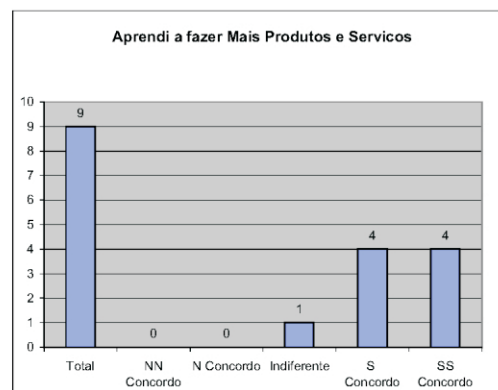
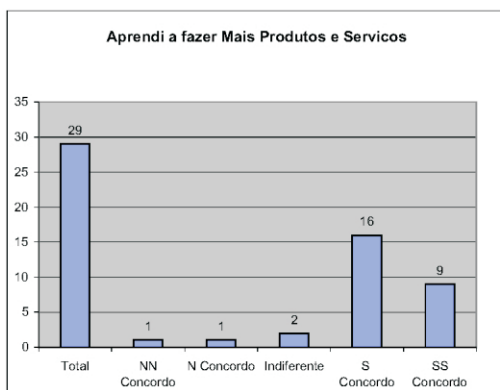
CONSOLIDADO

TARUMA



CONSOLIDADO

TARUMA

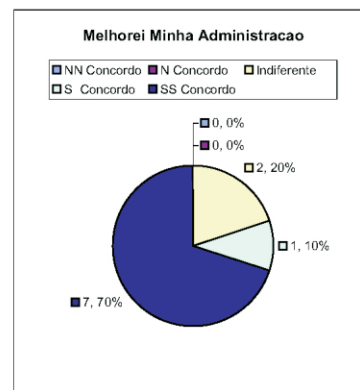
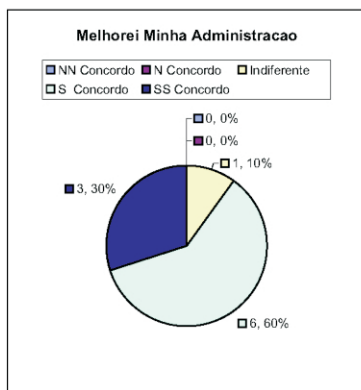
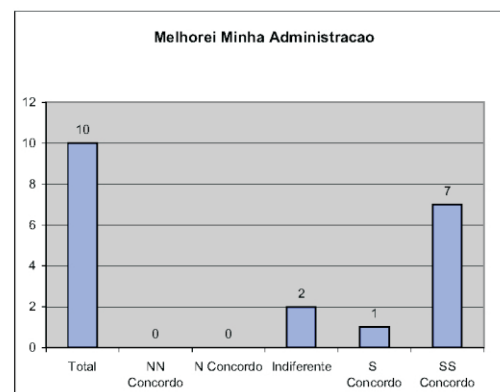
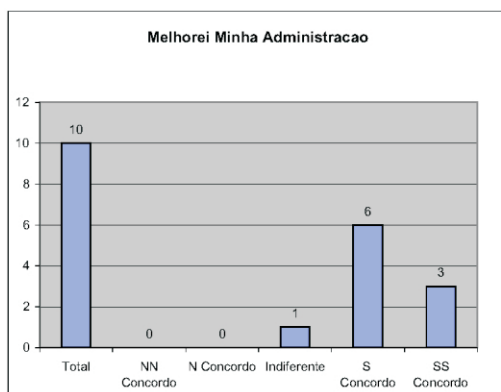
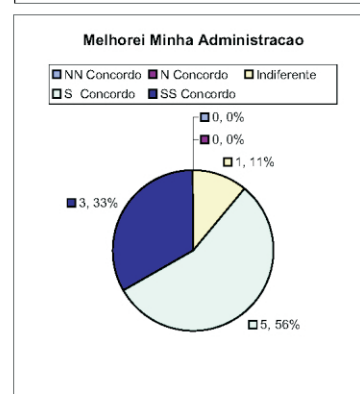
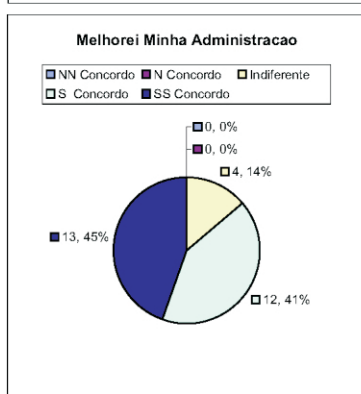
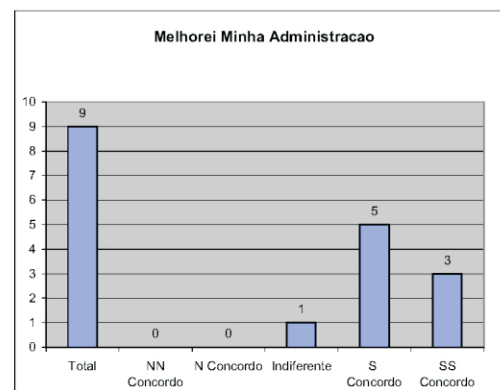
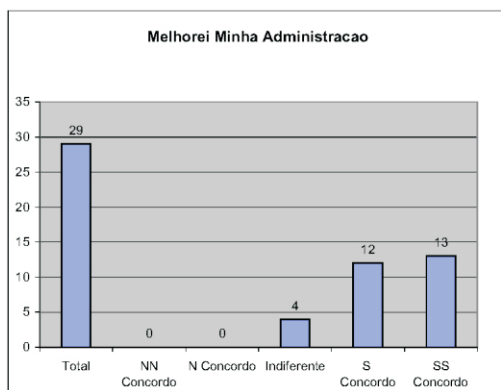


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

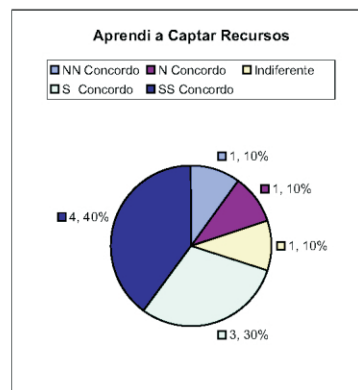
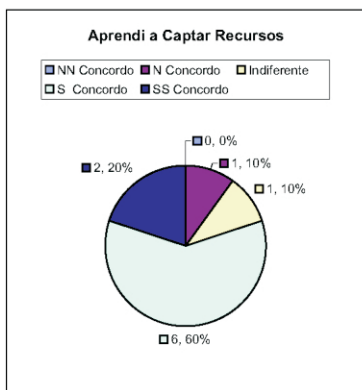
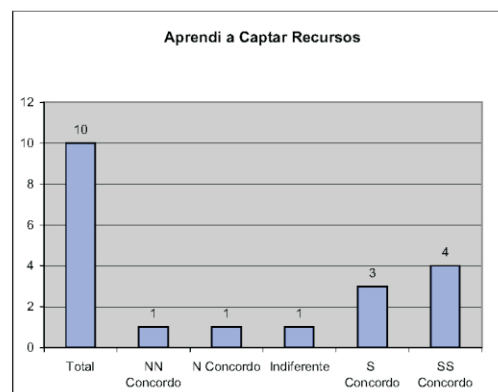
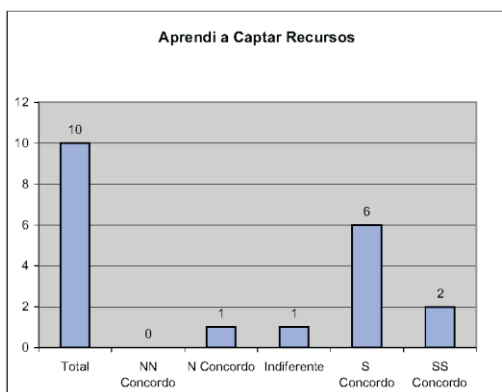
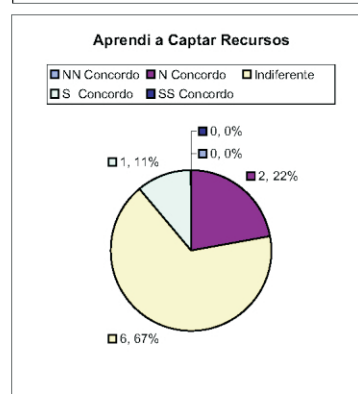
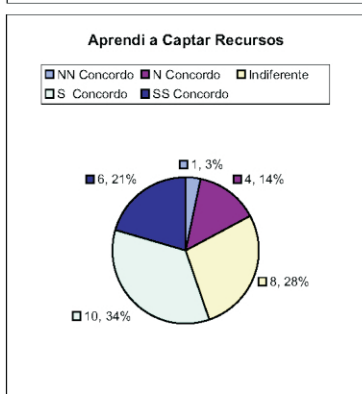
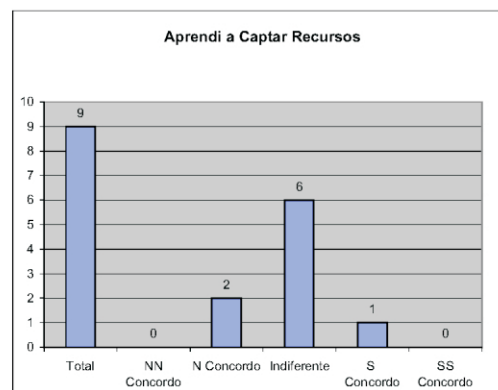
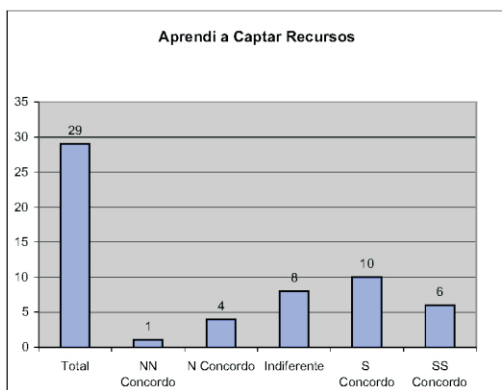


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

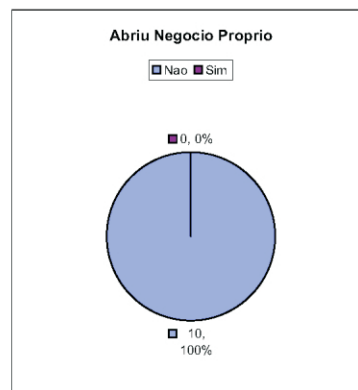
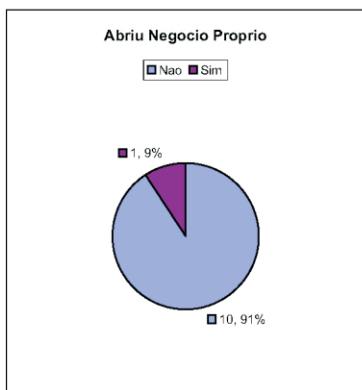
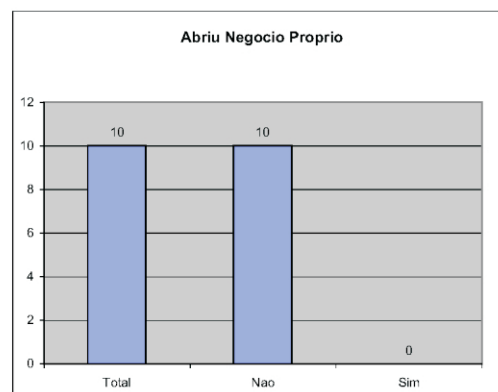
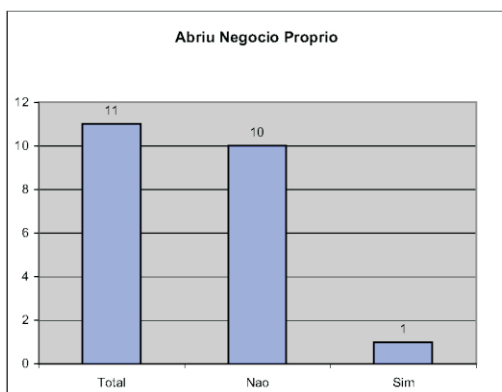
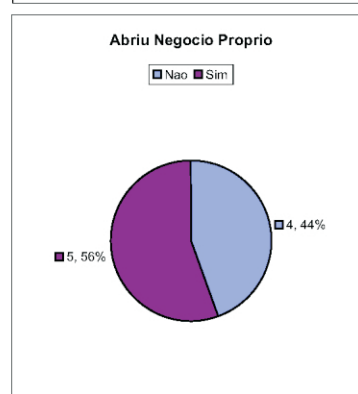
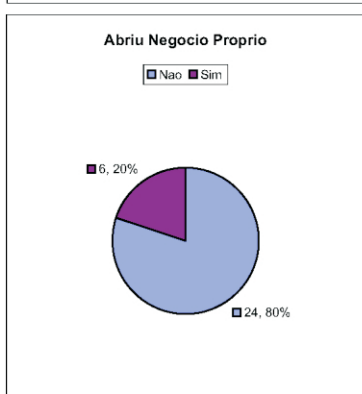
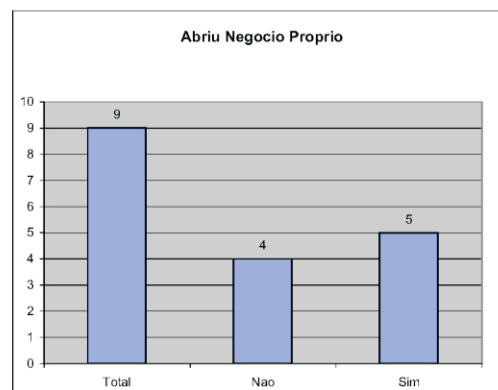
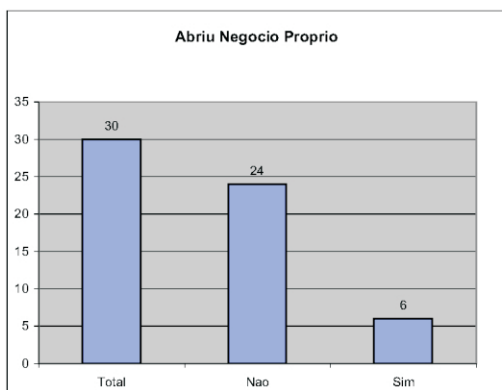


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA

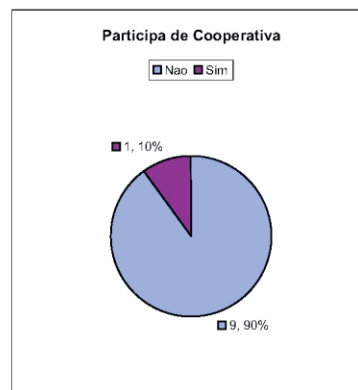
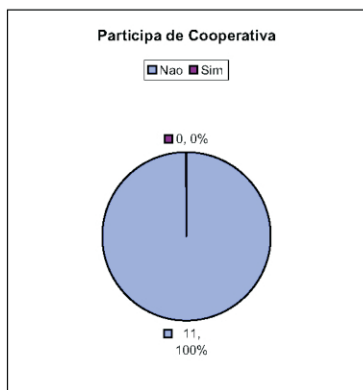
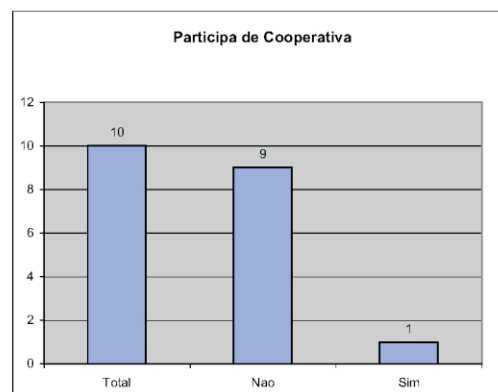
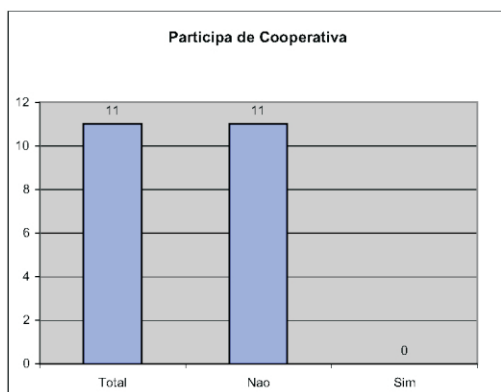
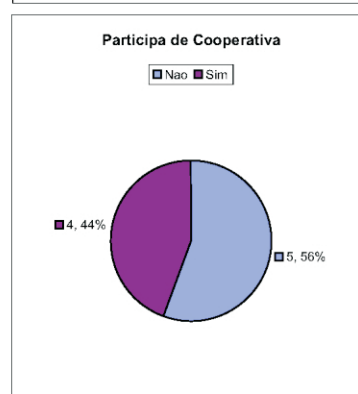
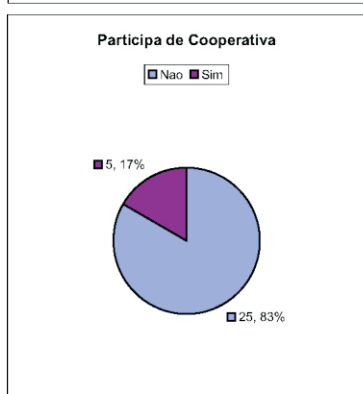
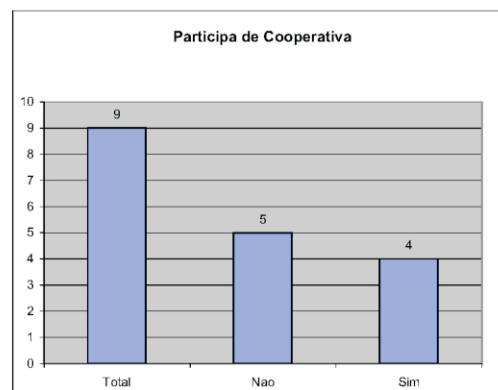
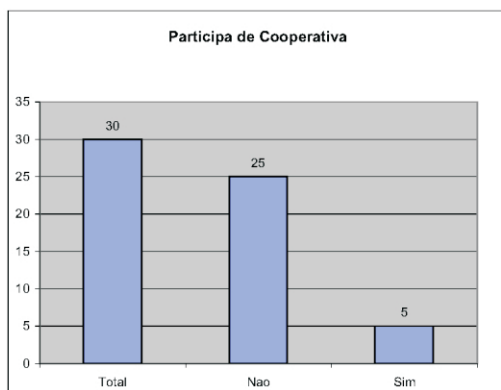


SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA

CONSOLIDADO

TARUMA



SÃO JOSE DOS CAMPOS

ITAIM PAULISTA